PARTE B : ESTUDOS DE CASO

UN PHOTO/PATRICIA ESTEVE

CONTEXTO

Esta seção contém estudos de caso das ações adotadas pelos partidos políticos para aumentar a participação das mulheres. Muitos dos exemplos utilizados na Parte A foram extraídos dos estudos de caso incluídos na Parte B. Trata-se de estudos sobre diversas iniciativnas de partidos políticos ou da sociedade civil, e não análises situacionais abrangentes de todos os partidos nos países em questão. Não foi possível no âmbito desse estudo apresentar todas as iniciativas dos partidos, e esta publicação é, portanto, necessariamente seletiva. Os estudos de caso de partidos políticos são provenientes dos seguintes países: Armênia, Austrália, Burkina Faso, Camboja, Canadá, Croácia, El Salvador, México, Marrocos, Ruanda, África do Sul, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos. Além disso, vários estudos de caso menores são apresentados como Boxes que resumem as informações sobre questões-chave na Índia, Indonésia, Sul da África (Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia), Peru, Sérvia e Timor Leste.

Os estudos de caso estão organizados em ordem alfabética. Eles utilizam uma combinação de pesquisa documental e entrevistas aprofundadas com líderes atuais e ex-líderes de partidos políticos, representantes de partidos e membros da sociedade civil que possuem conhecimento sobre os partidos ou sobre as iniciativas apresentadas. Foi feito um esforço para incluir uma diversidade de exemplos em termos de geografia, ideologia partidária, tipo de sistema político e estratégias empregadas. Os estudos de caso informam o contexto para a seleção e implementação de estratégias específicas, e também descrevem o impacto das estratégias. Cada estudo de caso visa oferecer lições aprendidas e boas práticas para ajudar os partidos políticos e seus assessores no desenvolvimento e implementação de estratégias de reforma.

ESTUDOS DE CASO

Abaixo estão listados os 20 exemplos de estudo de caso que informam uma grande parte dos exemplos dados na Parte A - **RESUMO DE BOAS PRÁTICAS** (em alguns casos, alguns exemplos fora do escopo desta pesquisa também foram apresentados na parte A para ilustrar algum aspecto específico). As páginas a seguir fornecem mais detalhes sobre esses estudos de caso.

PAÍS	TÍTULO	EXEMPLO	PALAVRAS-CHAVE
África do Sul	A mobilização das mulheres e a transformação da agenda política	Congresso Nacional Africano	Mobilização das mulheres Cotas partidárias voluntárias
Armênia	Construção de coalizão para a implementação das cotas	Fórum de Liderança das Mulheres (organização da sociedade civil)	Mobilização das mulheres Cota legislada
Austrália	Cotas partidárias internas e redes de levantamento de recursos para promover o avanço das mulheres na política	Partido Trabalhista Australiano	Cotas partidárias internas Redes de captação de recursos
Burkina Faso	Cotas partidárias voluntárias e legisladas	Congresso para a Democracia e o Progresso	Cotas partidárias voluntárias Cotas legisladas Mecanismos de financiamento
Camboja	Organização da frente das mulheres para promover as mulheres dentro do partido e em cargos eletivos	Partido Sam Rainsy	Mobilização das mulheres Campanha de apoio para mulheres candidatas
Canadá	Apoio às candidatas por meio de redes de financiamento e regras de nomeação de candidatos	Partido Liberal	Redes de financiamento Regras de nomeação dos candidatos
	Recrutamento diversificado de candidatos e subsídios para despesas de campanha	Novo Partido Democrático (box)	Plataformas dos partidos Nomeação de candidatos Despesas de campanha
Croácia	Apoio da frente das mulheres para cotas de candidatos e capacitação	Partido Social Democrata	Mobilização das mulheres Ala das Mulheres Cota interna do partido
El Salvador	Estratégias para a promoção da participação das mulheres na política pós-libertação	Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional Associação de Parlamentares e ex-Parlamentares Mulheres Salvadorenhas	Organização interna do partido Cota voluntária Caucus da Mulher
Espanha	Trabalho em parceria com os homens para transformar o ambiente político para as mulheres	Partido Socialista dos Trabalhadores	Parceria com os homens Cota interna Mobilização das mulheres
EUA	Redes de captação de recursos e uma política de equidade de gênero para as convenções partidárias	Partido Democrata	Mobilização das mulheres Redes de financiamento Organização partidária
Índia (box)	Cotas, reservas e partidos políticos	Geral Partido Bharatiya Janata	Assentos reservados no Parlamento
Indonésia (box)	Recrutamento de candidatas e cotas dos partidos políticos	Partido Democrático Indonésio da Luta	Recrutamento de candidatas
Marrocos	Ativismo trans-setorial para promover cotas partidárias para candidatas	Organizações da sociedade civil	Mobilização das mulheres Cota para candidatas Políticas partidárias
México	Apoio à representação das mulheres por meio de cotas e fundos estaduais para capacitação	Partido da Ação Nacional	Mobilização das mulheres Financiamento de candidatas Cotas partidárias internas
Peru (box)	Fórum de mulheres em defesa das cotas	Geral	Cotas
RU	Indicação de candidatas para assentos disponíveis	Geral Partido Conservador	Nomeação de candidatas Reforma da política partidária
Ruanda	Usando a constituição para institucionalizar ganhos para as mulheres pós-conflito	Frente Patriótica Ruandesa	Cotas voluntárias e legisladas Mobilização das mulheres
Sérvia (box)	Mobilização da frente das mulheres para a mudança política	G17 +	Mobilização das mulheres Ala das Mulheres
Sul da África (box)	Lições regionais para alavancar períodos de transição e institucionalização de práticas partidárias de igualdade de gênero	Moçambique (Frente de Libertação de Moçambique) Namíbia Ilhas Maurício	Políticas partidárias
Timor Leste (box)	Criação de incentivos para promover o recrutamento de candidatas mulheres	Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste	Cotas Veiculação na Mídia

ÁFRICA DO SUL: MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES E TRANSFORMAÇÃO DA AGENDA POLÍTICA[1]

GETTY IMAGES/PAWEL GAUL

PALAVRAS-CHAVE

Mobilização das mulheres

Cotas voluntárias

EXEMPLO DE PARTIDO POLÍTICO

Congresso Nacional Africano

RESUMO: ÁFRICA DO SUL

Nome do parlamento	Parlamento da África do Sul
Estrutura do parlamento	Bicameral (Assembleia Nacional e Conselho Nacional das Províncias)
Tipo de sistema eleitoral	Representação proporcional (câmara baixa)
Última eleição legislativa	Abril de 2009
Número de mulheres eleitas (câmara baixa)	174 de 400 (44 %)

Contexto

A África do Sul realizou a transição para a democracia após um longo histórico de segregação racial sob o sistema apartheid. Uma constituição transitória foi criada pelo parlamento em 1993 e promulgada em 27 de abril de 1994. Uma Assembleia Constituinte com as duas casas do parlamento conjuntamente esboçaram a Constituição de 1996. Em 1994, eleições gerais livres foram convocadas pela primeira vez na história da África do Sul, o que permitiu a eleição de Nelson Mandela como o primeiro presidente negro da nação. Nos anos seguintes ao colapso do apartheid, o país já havia feito considerável progresso democrático. A democracia da África do Sul é caracterizada por eleições regulares, liberdade de imprensa e um estado de direito razoavelmente fortalecido.

O Congresso Nacional Africano (ANC) e seus parceiros aliados (Sindicatos e Partido Comunista da África do Sul) dominavam a política da África do Sul. A Assembleia Nacional de 400 membros é eleita por meio de uma lista proporcional com sistema de representação eleitoral, com listas fechadas. O ANC possui 65 por cento dos assentos na Assembleia Nacional. Os assentos remanescentes são compartilhados entre 12 partidos, inclusive com a Aliança Democrática, o Congresso das Pessoas, Democratas Independentes e o Partido da Liberdade Inkatha. As mulheres possuem 44 por cento dos assentos no parlamento.[2]

Este estudo de caso apresenta algumas das estratégias adotadas pelo Congresso Nacional Africano a fim de promover a participação das mulheres dentro do partido e no contexto das eleições. Salienta como a mobilização das mulheres dentro do ANC influenciou a adoção das cotas voluntárias. O estudo de caso foca na participação na Assembleia Nacional, embora alguns avanços importantes na participação das mulheres tenham sido feitos no Conselho Nacional das Províncias nos níveis provincial e local.

Justificativa para o Aumento da Participação Feminina

Após uma longa luta contra o sistema opressor de um governo caracterizado pelo racismo institucional, patriarcado e opressão, em 1994 uma nova democracia foi trazida no sentido de ter uma sociedade democrática, não racista e não sexista.[3] O compromisso da África do Sul com a igualdade de gênero está incorporado na constituição na Carta dos Direitos Fundamentais (*Bill of Rights*), que incorpora o reconhecimento de direitos iguais e inalienáveis de todas as mulheres e homens e um princípio de não-sexismo.[4]

A forte vontade política entre os líderes da África do Sul para avançar na participação feminina foi um fator determinante no estabelecimento de um maquinário nacional abrangente para o avanço da igualdade de gênero, inclusive estruturas, tais como o Escritório sobre o Status das Mulheres e a Comissão para a Igualdade de Gênero. O governo da África do Sul já amadureceu seu compromisso alavancando instrumentos regionais e internacionais para a promoção da igualdade de gênero; aumento da integração das mulheres em políticas e programas governamentais; introdução de nova legislação feita para promover o empoderamento das mulheres, inclusive das mulheres que enfrentam a pobreza em áreas, tais como acesso à saúde, seguridade social, habitação, água, educação; e o envolvimento de maior número de mulheres em posições governamentais.

Estratégias empregadas

O aumento precoce no número de mulheres em posições chaves de liderança nas estruturas do partido auxiliou as ativistas do ANC a ter assento durante a transformação do país e do partido, que puderam usar para institucionalizar uma estrutura de igualdade de gênero por meio de importantes documentos do partido. A mobilização das mulheres no ANC foi crucial para garantir sua participação na liderança e processos chaves de negociação nos anos 1990.

(A) MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES

As mulheres da África do Sul foram centrais na luta contra o *apartheid*, frequentemente indo às ruas. No dia 9 de agosto de 1956, 20.000 mulheres marcharam até Pretória para protestar contra as novas leis recentemente propostas que lhes exigia o uso de passes.[5] As mulheres no ANC ainda mencionam esta marcha histórica como um momento chave quando mulheres de todas as raças provaram sua capacidade como catalisadoras da mudança. O dia é celebrado hoje como feriado nacional, conhecido como o Dia Nacional da Mulher. A canção daquelea marcha – *"You have touched the women, you have struck a rock, you have dislodged a boulder, you will be crushed!"* (Mexeu com as mulheres, bateu contra uma rocha, deslocou um pedregulho, será esmagado!) – ainda é usada no movimento das mulheres, salientando a relevância desta história para as mulheres e a política no país de hoje.

Durante as negociações constitucionais entre 1992 e 1994, as organizações de mulheres foram fundamentais para garantir que as necessidades e interesses das mulheres fizessem parte do debate acerca dos direitos. Uma Coalizão Nacional de Mulheres (WNC) que interseccionava questões raciais e ideológicas foi formada para influenciar o processo constituinte.[6] Após uma campanha de dois anos que envolveu mais 2 milhões de mulheres, a WNC produziu a Carta para a Igualdade Efetiva das Mulheres que articulava as esperanças das mulheres da África do Sul e fazia pressão sobre o objetivo

de igualdade de gênero. As mulheres membros de todos os partidos políticos envolveram-se com a WNC, que chegou a um consenso de pressionar para o empoderamento das mulheres e a inclusão de candidatas mulheres nas eleições parlamentares. A WNC propôs que um novo estado deveria incluir um 'pacote' de instituições a fim de promover e proteger a igualdade de gênero: no parlamento, uma bancada de mulheres; no estado, um Escritório sobre o Status das Mulheres; e uma Comissão Independente pela Igualdade de Gênero.[7]

Durante o o período da resistência ativa, as mulheres eram eleitas ou nomeadas para estruturas de liderança no ANC, o que criou tanto uma presença feminina no movimento quanto a conscientização pelas questões das mulheres e seu papel na política entre a liderança do partido. Além disso, o movimento pela libertação nacional seguiu uma política não-sexista e igualitária, com base em uma agenda de direitos fortalecidos. Isto foi salientado no discurso de abertura do presidente **Thabo Mbeki na Conferência Internacional pela Solidariedade em 1993: "**A visão que compartilhamos de uma sociedade verdadeiramente não racial, não sexista e democrática não pode ser percebida se não contemplarmos a questão do desenvolvimento de modo bem-sucedido, no mais amplo sentido da palavra."[8]

A organização das mulheres durante o período de transição significava que podiam entrar na era democrática preparadas com um nova agenda. As mulheres participavam das estruturas da transição, inclusive dos órgãos elaboradores da constituição, dos órgãos revisores dos estatutos do partido para o novo sistema e o primeiro governo. A Carta das Mulheres, um documento interno do ANC que chamava pela igualdade entre partidos e raças, foi depois incorporada na constituição do país. As organizações de base das mulheres tiveram um papel importante para a elaboração e pressão de todas estas iniciativas. A estrutura da Liga das Mulheres do ANC, a frente das mulheres do ANC (ANCWL), garantiram que as mulheres da base em todo o país estavam conectadas com tudo o que estava acontencendo no nível nacional, abrindo assim o caminho para uma liderança nova e mais dinâmica com maior representação da classe trabalhadora dentro do partido. Debates organizados na base ajudaram a levar adiante as questões das mulheres e um jornal foi usado para ajudar a mobilizar recursos financeiros para as mulheres.[9]

(A) COTAS VOLUNTÁRIAS NOS PARTIDOS

Por causa dos grandes esforços de mobilização de ativistas mulheres, o ANC criou vários mecanismos e políticas voluntárias para garantir a representação feminina na politica na África do Sul. A ANCWL repetidamente levantou a questão da igualdade de gênero dentro das estruturas internas do partido. Antes das eleições de 1994, as mulheres do ANC exigiram e conseguiram garantir que pelo menos 30 por cento da lista de candidatos fossem mulheres. Embora não exista por força de lei, a cota foi refletida no Processo de Listas Adotadas do ANC para as eleições nacionais finalizadas em outubro de 1993. A cota de 30 por cento foi aplicada nas eleições de 1994 a 2004. A cota aumentou para 50 por cento a tempo para as eleições de 2009 e, por isso, 40 por cento dos membros nos encontros parlamentares do ANC são mulheres.

Como uma estratégia comum ao longo de seus esforços, as mulheres no ANC fizeram uso de pressão internacional para suas metas dentro do partido. Dentro da região do Sul da África, a ANCWL juntamente com ativistas da sociedade civil fizerem vigorosas campanhas para a África do Sul ter acesso à Comunidade de Desenvolvimento do Sul da África (SADC), à Declaração sobre o Gênero e o Desenvolvimento (1997) e ao Protocolo sobre Gênero e Desenvolvimento do SADC (2008), que estabeleceram a paridade para as mulheres em posições decisórias. Por meio de sua filiação com o *Socialist International*, a ANCWL mantém laços com organizações com a mesma mentalidade, inclusive as frentes de mulheres de 157 partidos políticos em todo o mundo.[10]

Resultados

Antes da adoção das cotas no ANC, a representação das mulheres no parlamento nunca havia excedido quatro por cento. Nas eleições de 2009, a África do Sul chegou perto da paridade ao eleger 44 por cento das mulheres entre os parlamentares, ficando em 3º lugar no ranqueamento global dos países que possuem mais mulheres no parlamento. Entretanto, as mulheres no ANC não influenciam apenas com base em sua quantidade. Elas também possuem cargos em quase todos os níveis de governo e já ocuparam posições como vice-presidente, ministras, presidente da câmara e corregedora do parlamento. As mulheres também estão cada vez mais representadas nas estruturas municipais e nas prefeituras. Com tais conquistas, as mulheres no partido notam que a igualdade de gêneros está totalmente incorporada na visão e princípios do ANC. A presença feminina em posições chaves também contribuiu para várias leis no parlamento, inclusive a lei da Manutenção ou Apoio Infantil, Lei da Igualdade no Emprego, Lei contra a Violência Doméstica e Lei do Aborto.

Enquanto isso, vários outros partidos também reconheceram a necessidade de serem responsivos aos votos das mulheres. A Aliança Democrática e os Democratas Independentes possuem ambos líderes mulheres e já tomaram iniciativas a fim de adotar uma plataforma sensível ao gênero.

O sucesso do movimento feminino da África do Sul na transição para a democracia é algo familiar para acadêmicos e ativistas. A transição após a luta nacionalista levou à inclusão da questão da igualdade de gênero para o cerne dos debates democráticos. A participação política foi estendida para a esfera do governo representativo e várias instituições foram criadas para defender os interesses das mulheres na formulação de políticas.

Desafios e Caminho à frente

Uma grande lição é que quando ocorrem os momentos chaves de transição, seja por causa do fim de um conflito, mudança no regime ou outros fatores, o papel da mulher no novo sistema deve ser formalizado. Na África do Sul, as mulheres que tinham voz no período da transição trabalharam para garantir que suas contrapartes do sexo masculino implementassem estratégias abrangentes que solidificariam o compromisso das mulheres no partido, na constituição e nas instituições políticas. Conforme percebido por um respondente, as leis sensíveis ao gênero "são imperativas para evitar possíveis retaliações ou retrocessos contra a participação das mulheres de futuras gerações que podem não compreender ou ter o contexto do porquê a participação feminina na política é importante; se as cotas não forem incorporadas na constituição ou promulgadas por lei, não há garantias."

Emboras as mulheres tenham alcançado resultados tangíveis na África do Sul com a adoção de medidas e políticas especiais, a África do Sul permanece profundamente impactada por seu passado de *apartheid* e o desenvolvimento na era pós-*apartheid* tem sido desigual. O país experimenta uma das maiores lacunas entre os ricos e os pobres em todo o mundo. As mulheres suportam a carga do desenvolvimento desigual e pobreza persistente e permanecem desproporcionalmente afetadas pelo HIV/AIDS. A desigualdade de gênero ainda está profundamente arraigada nas estruturas e atitudes do estado e de instituições cívicas. Em um discurso do ANC em 2008, a então presidente da Liga das Mulheres Nosiviwe Mapisa-Nqakula salientou que "a maioria das mulheres da África do Sul não experimentaram por completo os frutos da liberalização, especialmente a classe trabalhadora, a classe rural e as mulheres pobres." Conforme a África do Sul busca consolidar sua democracia, haverá pressão para garantir que todas as mulheres de todas as raças e contextos se beneficiem igualmente de suas políticas e participem efetivamente na governança de suas instituições políticas.

Notas de fim

1 Este estudo de caso não apresenta uma análise abrangente das iniciativas de todos os partidos políticos no país, mas mostra ações concretas de alguns partidos mais profundamente. A análise e as recomendações não necessariamente refletem as opiniões do PNUD ou do NDI.

2 Inter-Parliamentary Union (IPU) and UNDAW. (2010). *Map on Women in Politics: 2010*. Disponível em http://www.ipu.org/pdf/publications/wmnmap10_en.pdf, acessado em janeiro de 2012.

3 Ibid.

4 Constitution of the Republic of South Africa, Bill of Rights, Act 108 of 1996. Disponível em http://www.info.gov.za/documents/constitution/1996/a108-96.pdf, acessado em janeiro de 2012.

5 South African History Online. "20 000 women march to the Union Buildings in protest of Pass Laws." Disponível em http://www.sahistory.org.za/dated-event/20-000-women-março-union-buildings-protest-pass-laws, acessado em janeiro de 2012.

6 Meintjes, S. (2004). "South Africa: Beyond Numbers." In Julie Ballington and Azza Karam, eds. (2005). *Women in Parliament: Beyond Numbers*, Stockholm, Sweden: International IDEA, p. 230. Disponível em http://www.idea.int/publications/wip2/, acessado em janeiro de 2012.

7 Ibid.

8 Thabo Mbeki. (1993). "Discurso proferido" entregue no International *Solidarity Conference on the Theme From Apartheid to Peace, Democracy and Development*, 19 de fevereiro, Johannesburg. Disponível em http://www.anc.org.za/show.php?id=4570, acessado em janeiro de 2012.

9 Entrevista com ativista do ANC, outubro de 2009.

10 Socialist International Women é a organização internacional de mulheres dos partidos socialista, social democrata e trabalhista. Atualmente existem 157 organizações de todas as partes do mundo. Mais informações disponíveis em http://www.socintwomen.org.uk/, acessado em janeiro de 2012.

ARMÊNIA: CONSTRUÇÃO DE COALIZÃO PARA FAZER PRESSÃO PELA IMPLEMENTAÇÃO DE COTAS[1]

Contexto

Desde que conquistou sua independência da União Soviética em 1991, o desenvolvimento democrático da Armênia tem sido lento e tem enfrentado vários desafios. A legislatura da Armênia consiste de 131 membros eleitos por meio de um sistema eleitoral misto, que combina listas dos partidos e eleições distritais de membros individuais. Há mais de 50 partidos registrados na Armênia, e cinco estão representados no parlamento, que é dominado pelo Partido Republicano. A natureza da maioria dos partidos políticos na Armênia, focada em personalidades, reflete-se no caráter altamente centralizado das organizações políticas, o que por sua vez afeta a perspectiva de participação das mulheres na política. Nas eleições parlamentares de 2007, nenhuma das cinco candidatas a cargos distritais individuais foi eleita; por outro lado, 12 mulheres foram eleitas por meio das listas dos partidos.[2] Ao todo, apenas 12 dos 131 assentos foram conquistados pelas mulheres nas eleições de 2007.

Este estudo de caso centra-se no Fórum de Liderança das Mulheres, uma organização da sociedade civil que tem trabalhado para aumentar o acesso das mulheres à política na Armênia. Embora não seja um estudo de caso de partidos políticos, é um exemplo útil de como reunir mulheres de todo o espectro político para capacitá-las e desenvolver agendas comuns para influenciar os partidos políticos.

> O CASO DA ARMÊNIA SUGERE QUE AS COTAS PODEM SER SIGNIFICATIVAS COMO PARTE DE UMA ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO TANTO PARA O ORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA QUANTO PARA TRAZER MAIS MULHERES PARA A POLÍTICA.

PALAVRAS CHAVE

Mobilização das mulheres

Cota legislativa

EXEMPLO

Fórum de Liderança das Mulheres (Organização da Sociedade Civil)

RESUMO: ARMÊNIA

Nome do parlamento	Assembleia Nacional
Estrutura do parlamento	Unicameral
Tipo de sistema eleitoral	Proporcional Membros Mistos
Última eleição legislativa	Maio de 2007
Número de mulheres eleitas	12 dos 131 (9 %)

Justificativa para Aumentar a Participação Feminina

Histórica e culturalmente, o papel das mulheres na sociedade armênia se concentra na esfera privada, com a esfera pública em grande parte dominada pelos homens.[3] Embora as políticas da era soviética possibilitassem às mulheres adquirir educação e entrar no mercado de trabalho em números sem precedentes, essas políticas não foram acompanhadas por mudanças similares nas rigorosas normas de gênero e, como resultado, as mulheres carregavam o peso duplo de jornadas de trabalho integrais, tanto fora como dentro de casa. Tal como em outros países pós-soviéticos, a transição para uma economia de mercado na Armênia foi um processo por meio do qual as mulheres perderam muitas das vantagens sociais e econômicas, mesmo que de âmbito limitado, adquiridas durante a era soviética. Isto incluiu a eliminação de todas as cotas dos Soviets para a participação política das mulheres após a independência em 1991, que resultou em um declínio dramático no acesso das mulheres à esfera pública. Uma cota mínima modificada foi reintroduzida em 1999, determinando um mínimo de 5 % de mulheres parlamentares.[4] A política continua sendo percebida em grande parte como masculina e relacionada a lutas e disputas por poder, percepções que desencorajam o envolvimento das mulheres.[5]

Em 2005, o Fórum de Liderança das Mulheres (WLF) começou a se mobilizar para aumentar a representação das mulheres no parlamento e na política em geral. O WLF é uma organização nacional da sociedade civil (OSC), que tem trabalhado para reunir mulheres de diferentes formações profissionais e políticas. O WLF surgiu de uma série de reuniões convocadas originalmente em 2005 por organizações internacionais que procuravam promover a participação das mulheres na política armênia. As participantes nessas discussões concordaram que uma **OSC multipartidária** com vínculos com todos os partidos seria o melhor veículo para promover os interesses políticos das mulheres. Foi considerado que essa abordagem teria maior probabilidade de sucesso porque, diante da predominância masculina entre as lideranças partidárias, esperava-se que uma mobilização coletiva produzisse os melhores resultados em termos de estratégias partidárias internas. Até 400 mulheres de toda a Armênia participaram nas reuniões WLF, incluindo representantes de todos os principais partidos políticos. O WLF foi governado por um órgão diretivo composto por 16 mulheres, chamado Conselho de Coordenação de Liderança das Mulheres (WLCB).

Estratégias Empregadas

Conscientes das dificuldades na consecução de uma reforma legal formal no ambiente político da Armênia, o WLF inicialmente buscou o compromisso dos partidos políticos para **implementar as cotas.** A estratégia do WLF centrou-se em uma campanha de conscientização voltada para os partidos individuais, e se baseou em alianças estratégicas com organizações cívicas e internacionais para divulgar uma mensagem comum pela mudança.

(A) CAPACITAÇÃO

Os esforços iniciais do WLF também tiveram como objetivo **desenvolver a capacidade política** das parlamentares na Armênia, e foram apoiados por organizações internacionais. As decisões iniciais sobre a forma e a direção do WLF foram baseadas em avaliações realizadas pelas mulheres membros do WLF sobre os desafios políticos enfrentados pelas mulheres armênias. Em cooperação com organizações internacionais, as mulheres membros do WLF receberam treinamento sobre liderança, comunicação, planejamento estratégico e outras áreas afins, e se reuniram para gerar oportunidades de criação de redes e estratégias. A organização também elaborou uma Declaração de Intenções, indicando a sua visão de ter mais mulheres eleitas para o parlamento nas eleições de 2007.

(B) COTAS

Com base nos debates liderados pelas organizações feministas, mulheres parlamentares e partidos políticos, o WLF se juntou a um movimento mais amplo de defesa de uma reforma da **cota legislativa para as eleições**. O WLF, juntamente com outros atores domésticos cívicos e políticos, argumentou que a cota era a estratégia mais direta para aumentar a participação das mulheres na política. A cota legal existente na Armênia para as mulheres nas listas dos partidos havia sido fixada em apenas 5 %, e foi observada pela primeira vez nas eleições de 2007. Como uma reforma legal para aumentar a porcentagem da cota seria muito difícil, o WLCB também apelou diretamente aos partidos políticos para que implementassem uma **cota partidária voluntária** de 25 % para as mulheres em suas respectivas listas dos partidos. O WLCB considerou 25 % uma meta ambiciosa, mas sustentou que essa seria a proporção mínima necessária para que as mulheres tivessem algum impacto. O objetivo era que os principais partidos assinassem um compromisso comprometendo-se com essa cota, que, embora não fosse legalmente obrigatória, ainda assim representava um compromisso sério para com o objetivo.

Devido à natureza multipartidária da sua liderança e a natureza imparcial da organização, o WLF foi capaz de abordar todos os principais partidos para obter apoio a essa iniciativa, aproveitando a influência de membros do WLCB que eram líderes ativos em diversos partidos políticos. No início, muitos dos líderes partidários resistiram em assinar o compromisso, alegando que seria difícil encontrar mulheres qualificadas para preencher as listas. A estratégia do WLF incluiu uma combinação de reuniões privadas e negociações com líderes partidários, bem como eventos públicos, como conferências de imprensa e mesas-redondas, visando convencer os partidos a assumirem o compromisso.

O WLCB também procurou organizações internacionais e outras OSCs de mulheres para tirar proveito de sua influência junto aos partidos políticos. O WLCB e organizações internacionais argumentaram que a assinatura do compromisso demonstraria o compromisso dos partidos com uma reforma democrática, e lhes renderia reconhecimento dentro e fora da Armênia. Vários partidos acabaram sendo persuadidos por diferentes argumentos. Alguns partidos perceberam que a inclusão de mais mulheres em suas listas seria uma forma de aumentar sua base eleitoral, enquanto outros temiam ser deixados para trás à medida que os partidos começassem a ganhar o apoio do eleitorado feminino.

Em 2006, o WLF **conseguiu garantir os compromissos** da maioria dos principais partidos políticos. Embora o Partido Republicano no poder não assinasse o compromisso, indicou que o partido apoiaria o aumento da participação das mulheres nos processos políticos. Significativamente, todos os partidos que assinaram o compromisso o honraram, embora não houvesse qualquer sanção legal aplicável pela violação do compromisso.

Como resultado dos esforços combinados do WLF, OSC de mulheres e parlamentares, a Assembleia Nacional revisou o código eleitoral para aumentar a cota de 5 % para 15 %, com a exigência de pelo menos uma mulher ocupando cada décima vaga em cada lista partidária. A nova cota demonstrou que o consenso promovido pelo WLF entre os partidos havia conseguido chamar a atenção para o problema da subrepresentação das mulheres na Assembleia Nacional.

O WLF manifestou a intenção de trabalhar para fortalecer ainda mais a cota, defendendo a aplicação de um sistema de "zebra" que garantisse a colocação de mulheres em pelo menos uma em cada quatro vagas nas listas dos partidos, bem como a substituição de mulheres nas listas por outras mulheres.

Desafios e Caminho à Frente

O caso da Armênia sugere que as cotas podem ser significativas como parte de uma estratégia de longo prazo tanto para o fortalecimento da democracia quanto para trazer mais mulheres para a política. No entanto,

persistem as percepções negativas sobre a política, o que constitui um impedimento para a entrada na política, particularmente entre as mulheres. O sucesso do WLF foi um primeiro passo importante no avanço da participação das mulheres num contexto político difícil, e demonstra o valor da colaboração estratégica entre os partidos e a sociedade civil, e do potencial das redes interpartidárias de mulheres. As mulheres armênias podem participar da mudança democrática de seu país e de estratégias partidárias que oferecem oportunidades às mulheres de crescer como líderes políticos e cívicos, bem como de organizar redes, podem estabelecer uma base importante para capacitar as mulheres a se tornarem agentes de mudança.

Notas

1 Este estudo de caso não apresenta uma análise abrangente de todas as iniciativas ou de todas as organizações do país que visam promover a participação política das mulheres, mas sim apresenta ações concretas de uma organização em particular. A análise e as recomendações não refletem necessariamente as opiniões do PNUD ou NDI.

2 União Inter-Parlamentar (UIP). "Armenia Azgayin Zhoghov (National Assembly)." PARLINE Database. Disponível em http://www.ipu.org/parline/reports/2013_E.htm, acessado em janeiro de 2012.

3 Ohanyan, A. (2009). "State-society nexus and gender: Armenian women in postcommunist context." In S. J. Gelb & M. L. Palley (Eds.), *Women and Politics Around the World: A Comparative History and Survey*. California, USA: ABC-CLIO, Inc., pp. 231-245.

4 Dahlerup, D. & L. Freidenvall. (2003). "Cotas as a "Fast Track" to equal political representation for women: Why Scandinavia is no longer the model." Documento apresentado na Reunião Anual APSA, em Filadélfia, EUA, 28-31 de agosto. Disponível em http://www.avoixegales.ca/pdf/APSA5.pdf, acessado em janeiro de 2012.

5 Ohanyan, 2009.

AUSTRÁLIA: COTAS PARTIDÁRIAS INTERNAS E REDES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA PROMOVER O AVANÇO DAS MULHERES NA POLÍTICA[1]

Contexto

A Austrália é uma democracia consolidada, com dois grandes partidos, o Trabalhista e o Liberal, e vários partidos menores, com assentos no parlamento. A câmara baixa australiana, a Câmara dos Deputados, elege os membros por meio de votação por maioria preferencial em distritos uninominais. O mesmo sistema existe em vários parlamentos estaduais australianos. Devido à predominância do sistema eleitoral de distritos uninominais, o Partido Trabalhista Australiano (ALP) empregou estratégias de extensão e apoio às candidatas, e implementou cotas partidárias internas.

Julia Gillard foi eleita líder do Partido Trabalhista e, assim, tornou-se a primeira mulher Primeira-Ministra da Austrália, em junho de 2010, após o ex-Primeiro Ministro Kevin Rudd decidir não concorrer ao cargo. Ela liderou o partido nas eleições de agosto de 2010. As eleições resultaram no primeiro "parlamento pendurado" desde 1940, onde nenhum partido obteve uma maioria na Câmara dos Deputados. Depois de muita negociação política, Gillard anunciou que o Partido Trabalhista poderia formar um governo minoritário com o apoio dos Verdes e três membros independentes.[2] Este foi um evento sem precedentes no nível federal na Austrália, embora governos minoritários sejam comuns nos níveis estadual e territorial.

GETTY IMAGES

PALAVRAS CHAVE

Cotas partidárias internas

Redes de Captação de recursos

EXEMPLO DE PARTIDO POLÍTICO

Partido Trabalhista Australiano

RESUMO: AUSTRÁLIA

Nome do parlamento	Parlamento da Austrália
Tipo de parlamento	Bicameral (Senado e Câmara dos Deputados)
Tipo de sistema eleitoral	Pluralidade/Maioria (Câmara dos Deputados)
Última eleição legislativa	Agosto de 2010
Número de mulheres eleitas (câmara baixa)	37 de 150 (24 %)

Este estudo de caso apresenta algumas das estratégias desenvolvidas pelo Partido Trabalhista Australiano para promover a participação das mulheres dentro do partido e no contexto das eleições. Centra-se na participação das mulheres na Câmara dos Deputados, embora se deva reconhecer que avanços importantes na participação política das mulheres também foram alcançados no Senado e em várias legislaturas estaduais.

Justificativa para Aumentar a Participação Feminina

As estratégias do Partido Trabalhista para promover a participação política das mulheres tem origem no movimento e ativismo social progressista das décadas de 1960 e 1970 e as desventuras eleitorais do governo trabalhista de Gough Whitlam (1972-1975), que foi removido em um "golpe constitucional" do Governador Geral em 1975. Como um partido que representa os australianos progressistas, o ALP sempre atraiu e absorveu novas correntes políticas progressistas na Austrália. Às vezes, essas foram repelidas antes de serem incorporadas nas estruturas e práticas do ALP. Este foi o caso com o movimento de mulheres na Austrália, que empreendeu uma série de campanhas tanto publicamente quanto dentro do Partido Trabalhista para aumentar os direitos sociais e de representação das mulheres dentro do Partido Trabalhista.

As vitórias de mulheres no Governo Whitlam foram importantes e abrangentes. Elas incluíram a igualdade de remuneração para as mulheres, a modernização das antiquadas leis de divórcio da Austrália e a nomeação da primeira Assessoria ao Primeiro Ministro sobre a Situação das Mulheres. Com a derrota do Governo Whitlam e posteriores derrotas eleitorais em 1977 e 1980, as mulheres do ALP procuraram explicações para a derrota e melhores formas de consolidar os ganhos do movimento das mulheres. Assim, o partido estabeleceu vários comitês para identificar áreas de reforma para o partido, incluindo uma Comissão sobre a Situação das Mulheres. Mulheres estrategistas dentro do Partido Trabalhista que atuaram nesta Comissão utilizaram pesquisas de opinião pública e argumentaram que o partido ia mal por ser visto como dominado por homens. A Comissão sobre a Situação das Mulheres sugeriu trazer mais mulheres para o partido como uma estratégia concreta para ampliar seu apelo eleitoral.

Estratégias empregadas

(A) COTAS PARTIDÁRIAS INTERNAS

No final da década de 1970, a Comissão sobre a Situação das Mulheres, do Partido Trabalhista, recomendou a criação de uma **política abrangente de medidas especiais**, chamada "Ação Afirmativa", no jargão australiano, que mudaria a face e o processo decisório do partido. No entanto, devido à resistência da liderança masculina que se opunha às medidas especiais, a política foi rejeitada na conferência do Partido Trabalhista em 1981. A conferência do partido concordou em adotar uma cota de gênero de 40 % para todos os comitês do partido e outras instâncias decisórias. Em 1982, um número maior de mulheres do Partido Trabalhista foi eleito para o parlamento.

No entanto, essa tendência não se manteve, e em 1994 havia menos mulheres do Partido Trabalhista no parlamento do que antes de 1982. Embora a cota partidária interna estivesse em vigor há anos, o partido continuou dominado pelos homens. Além disso, poucas mulheres eram apresentadas como candidatas, e as mulheres eram vistas como menos elegíveis do que os homens. As preocupações dos homens em torno da competitividade eleitoral das mulheres levou a um certo nível de resistência às medidas especiais propostas para candidatos do Partido Trabalhista, como a ação afirmativa.

Mulheres ativistas do Partido Trabalhista procuraram mudar as percepções negativas com relação às mulheres candidatas por meio da sensibilização sobre a importância e o valor da participação das mulheres dentro do partido. Esse grupo organizado de mulheres, incluindo várias mulheres eleitas para altos cargos, inicialmente concentrou seus esforços nos estados de Victoria, Queensland e

West Australia. Nesses estados, as mulheres líderes e os comitês partidários de mulheres organizaram uma série de eventos sob o lema **"Metade até 2000".** A visibilidade pública desses eventos exerceu uma pressão significativa sobre a liderança do Partido Trabalhista para que atendesse às demandas de seus membros femininos. As ativistas buscaram o apoio do então Primeiro Ministro Trabalhista Paul Keating como aliado em sua campanha, destacando os compromissos verbais assumidos por ele de expandir o papel das mulheres na liderança do partido. O apoio de Keating revelou-se particularmente valioso porque suas raízes estavam na frente conservadora do partido, onde a oposição às medidas especiais e outras políticas que buscavam aumentar o papel e a influência das mulheres no partido era mais forte.[3]

A política de medidas especiais baseada em cotas foi a espinha dorsal dos esforços do Partido Trabalhista para transformar sua imagem. As mulheres ativistas do partido fizeram lobby pela adoção de **cotas internas** e por uma avaliação sobre se as candidatas estavam disputando assentos "vitoriosos". Também realizaram uma avaliação do progresso dos esforços iniciais com a cota, a fim de fornecer recomendações concretas para o partido acerca da implementação da cota. Enquanto isso, as mulheres líderes do Partido Trabalhista criaram entidades partidárias e não-partidárias para ajudar a capacitar, captar recursos e assessorar as candidatas.

(B) COTA VOLUNTÁRIA DE CANDIDATAS

No início de 1994, a conferência de mulheres do Partido Trabalhista, uma reunião anual de membros femininos do Partido Trabalhista, aprovou uma resolução apoiando um programa de Ação Afirmativa determinando que o partido nomeasse mulheres para 40 % de todos os assentos viáveis. A conferência das mulheres considerou um assento viável com base em uma série de fatores, como a composição partidária de um determinado eleitorado ou distrito. As participantes da conferência também exigiram sanções contra agências estaduais e territoriais do partido que não nomeassem um número suficiente de mulheres candidatas.[4]

Mais tarde naquele ano, a conferência geral do Partido Trabalhista aprovou a Ação Afirmativa para as mulheres, estipulando uma cota de 35 % até 2002 para candidatos concorrendo a assentos viáveis nos parlamentos estaduais e federal. Aprovar a **política de medidas especiais** não foi uma tarefa fácil.[5] Algumas facções do Partido Trabalhista se opunham à aprovação da regra de medidas especiais, e dois premiers se opunham contra a política privadamente, mas acabaram votando a favor da regra em solidariedade ao Primeiro Ministro, que era favorável.[6] A maioria dos membros votantes na conferência aprovou a política, concordando com a aplicação de **penalidades** se as listas de candidatos não incluíssem número suficiente de mulheres e a convocação de novas primárias ou pré-seleções. Os Comitês Administrativos Estaduais e a Executiva Nacional do Partido Trabalhista foram incumbidos de garantir que as metas das Ações Afirmativas fossem atendidas por todas as facções partidárias. Até o presente, as penalidades nunca foram aplicadas.

Nas eleições de 1996, o partido não conseguiu atingir suas recém-adotadas metas de ação afirmativa, e não houve ganhos significativos no número de mulheres eleitas. As mulheres do Partido Trabalhista rapidamente concluíram que uma política de ação afirmativa por si só era insuficiente para alterar a composição das várias instituições representativas na Austrália, sem abordar outros desafios, como a cultura partidária dominada pelos homens e a falta de recursos "iniciais" necessários para uma candidata ser pré-selecionada pelo partido para concorrer.

(C) REDES DE FINANCIAMENTO

A Rede Nacional das Mulheres Trabalhistas (NLWN) foi criada em 1997. Ao contrário da Lista EMILY, ela não era uma organização autônoma e prestava contas à Executiva Nacional do Partido Trabalhista. Em 2000, tanto a Lista EMILY da Austrália quanto a NLWN observaram que, apesar dos progressos substanciais, a meta da cota não havia sido atingida em todos os estados, e, em seguida, desempenhou um papel fundamental na convocação de uma reavaliação da política de Ação Afirmativa do Partido Trabalhista. Seguiu-se a Conferência Nacional Especial sobre Regras

em 2002, que estabeleceu uma nova meta de não menos que 40 % de representação feminina e 40 % masculina para os cargos partidários, delegações sindicais e pré-seleção para cargos públicos e cargos em nível estadual e federal até 2012, com os 20 % restantes abertos para ambos os sexos.[7]

Resultados

A política de ação afirmativa tem sido eficaz para o Partido Trabalhista. Nos 15 anos desde sua implementação, o número de mulheres parlamentares mais do que dobrou, passando de 66 em 1994 para 159 mulheres do Partido Trabalhista desde maio de 2009, representando 37,6 % dos Parlamentares Trabalhistas em toda a Austrália. Em comparação, o outro partido importante da Austrália, o Liberal, tem 53 mulheres que representam 22,7 % dos parlamentares do Partido Liberal. O Partido Trabalhista também conseguiu eleger várias líderes femininas proeminentes, incluindo as primeiras mulheres premiers de Western Australia, Queensland, Victoria, Tasmânia e New South Wales, e as primeiras mulheres Ministras Chefes de dois territórios continentais da Austrália. A primeira mulher Primeira-Ministro e a primeira mulher a ser diretamente eleita presidente nacional do Partido Trabalhista já se juntaram à lista.[8]

A presença de mais mulheres em posições de poder no partido mudou as prioridades legislativas do Partido Trabalhista. O Partido Trabalhista conseguiu aprovar reformas dos direitos reprodutivos em alguns legislativos estaduais. O partido também lutou com sucesso pela implementação de programas de saúde da mulher, educação para mulheres adultas, leis contra a violência doméstica, práticas de licença parental e legislação de equidade remuneratória. Se no passado essas iniciativas eram vistas como "questões femininas", elas agora são consideradas políticas sociais relevantes para toda a sociedade australiana e tratadas como tal.

Desta forma, o programa de Ação Afirmativa e do trabalho realizado pela Lista EMILY da Austrália mudaram a face do Partido Trabalhista. Uma antiga líder do Partido Trabalhista afirmou que os parlamentos nacionais e estaduais "já não se parecem com clubes do Bolinha."[9]

Desafios e Caminho à Frente

Olhando para a frente, as mulheres ativistas do Partido Trabalhista estão buscando elevar a meta de Ação Afirmativa gradualmente para 50 %, a fim de aumentar e manter a influência das mulheres nos processos decisórios e plataformas políticas do partido.

A fim de alcançar essas novas metas, o Partido Trabalhista terá de resolver um fosso geracional crescente na sua base de apoio, devido ao fato de ter maior apelo junto às mulheres mais jovens, entre 30 e 45 anos, do que entre mulheres com mais de 45 anos de idade. Uma entrevistada especulou que as mulheres com mais de 45 ainda podem ver o Partido Trabalhista como dominada por sindicatos principalmente masculinos, ao passo que as mulheres mais jovens não têm essa memória institucional. A política de Ação Afirmativa e a Lista EMILY da Austrália demonstram como uma combinação de estratégias articuladas pode trazer maior liderança política das mulheres e políticas sensíveis a gênero.

Notas

1 Este estudo de caso não apresenta uma análise abrangente de todas as iniciativas ou de todas as organizações do país que visam promover a participação política das mulheres, mas sim apresenta ações concretas de uma organização em particular. A análise e as recomendações não refletem necessariamente as opiniões do PNUD ou NDI.

2 União Interparlamentar (UIP). "Australia: House of Representatives." PARLINE Database. " Disponível em http://www.ipu.org/parline-e/reports/2015_E.htm, acessado em janeiro de 2012.

3 Entrevista com ex-funcionário eleito do Partido Trabalhista Australiano, agosto de 2009

4 Partido Trabalhista Australiano. (2008). " Australian Labor's Affirmative Action Campaign."". Disponível em www.ip.alp.org.au.

5 Ibid.

6 Entrevista com o ex-funcionário eleito do Partido Trabalhista Australiano, agosto de 2009

7 IDEA, Universidade de Estocolmo e UIP. (2011). "Australia." *Electoral Cotas for Women*. Disponível em http://www.cotaproject.org/uid/countryview.cfm?country=15, acessado em janeiro de 2012.

8 Entrevista com ex-funcionário eleito do Partido Trabalhista Australiano, agosto de 2009.

9 Ibid.

BURKINA FASO: COTAS PARTIDÁRIAS VOLUNTÁRIAS E LEGISLADAS[1]

Contexto

Desde a realização das eleições legislativas em 1992, Burkina Faso tem usado um sistema de representação proporcional para eleger seu parlamento. O partido político Congresso para a Democracia e o Progresso (CDP) dominou a política durante esse período. Existem mais de 140 partidos políticos, a maioria com líderes fortes e programas geralmente centrados na promoção do desenvolvimento nacional. Como tal, muitos partidos continuam sendo principalmente organizações eleitorais com atividade limitada quando as eleições não estão próximas, e alguns partidos simplesmente desaparecem quando termina o período eleitoral.

Tal como acontece com muitos outros países da África Ocidental, as mulheres têm tido pouca participação nos fóruns de tomada de decisões em Burkina Faso.[2] Desde as eleições legislativas de 1997, as organizações de mulheres

Este estudo de caso apresenta algumas das estratégias empreendidas pelos partidos políticos, políticos e ativistas para promover a participação das mulheres em Burkina Faso. Ele examina como os esforços coordenados de mulheres politicamente ativas, juntamente com o apoio de líderes masculinos, levou à adoção de cotas legisladas de candidaturas para as mulheres.

UNDP

PALAVRAS CHAVE

Cotas partidárias voluntárias
Cotas legisladas
Mecanismos de financiamento

EXEMPLO DE PARTIDO POLÍTICO

Congresso para a Democracia e o Progresso (CDP)

RESUMO: BURKINA FASO

Nome do parlamento	Assembleia Nacional
Estrutura do parlamento	Unicameral
Tipo de sistema eleitoral	Representação Proporcional
Última eleição legislativa	Maio de 2007
Número de mulheres eleitas	13 de 111 (12 %)

têm adotado medidas para exigir um aumento das candidaturas de mulheres nas eleições, inclusive por meio de cotas. Embora alguns partidos tenham prometido apoio a uma cota de candidaturas para mulheres, essa ainda não foi inteiramente implementada. Nas últimas eleições de 2007, as mulheres ganharam apenas 13 dos 111 assentos no parlamento.[3]

Justificativa para Aumentar a Participação Feminina

De acordo com as tendências regionais, Burkina Faso foi influenciado pelos esforços de implementação de cotas de seus vizinhos regionais e outros países no continente.[4] Ao longo da última década, mulheres parlamentares e representantes de organizações de mulheres visitaram esses países para aprender sobre as experiências africanas com cotas e retornaram a Burkina Faso para defender essas normas regionais e internacionais de participação política das mulheres.

Reconhecendo a dinâmica política de Burkina Faso, o movimento das mulheres percebeu desde cedo que, para que seus esforços progredissem e produzissem resultados, seria importante conseguir o apoio do Presidente de Burkina Faso e do Presidente do parlamento para uma cota legislada. Embora também houvesse uma corrente ideológica de apoio do partido para as cotas, a conscientização de que geralmente as mulheres votam em maior número do que os homens nas eleições[5] significava que atender as demandas dos grupos de mulheres poderia alargar a base de apoio do partido.

Uma lei foi aprovada em 16 abril de 2009 tornando as cotas obrigatórias para todos os partidos políticos. De acordo com o artigo 3º da Lei de Cotas, listas dos partidos de candidatos deveriam incluir pelo menos 30 % de mulheres ou enfrentariam sanções. Os partidos que não cumprem a lei podem sofrer um corte de 50 % na alocação de financiamento público para campanhas eleitorais. Se um dos partidos alcançar ou exceder a cota de 30 %, receberá financiamento adicional.[6] A lei se aplicará às eleições legislativas e locais em 2012.

Estratégias empregadas

(A) MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES

O **ativismo das mulheres** em Burkina Faso na promoção de cotas nos partidos políticos veio de militantes da sociedade civil, bem como mulheres dentro dos partidos políticos. No início, os partidos políticos adotaram cotas voluntárias no nível nacional e local. Mulheres ativistas partidárias e cívicas empregaram estratégias de advocacy para angariar o apoio necessário dos partidos políticos para implementar as iniciativas de cotas.

Em 2003, Burkina Faso lançou as bases dos esforços políticos para promover a participação das mulheres na política ao ratificar o Protocolo à Carta Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos e Direitos das Mulheres na África, mais conhecido como Protocolo de Maputo, que garante direitos abrangentes para mulheres, incluindo o direito de tomar parte nos processos políticos e gozar de igualdade política com os homens. Portanto, os esforços iniciais do movimento das mulheres foram direcionados para a implementação do Protocolo e a necessidade de honrar obrigações internacionais e regionais.

Durante esses primeiros anos, as mulheres parlamentares e representantes da sociedade civil foram cada vez mais expostas a capacitações e oficinas conduzidas por organizações internacionais que apresentaram os prós e contras das cotas na promoção da participação das mulheres na política. Por meio de seu maior conhecimento sobre as cotas em outros países da África, as mulheres burquinenses que eram ativistas partidárias e cívicas chegaram a um consenso de que as cotas seriam um veículo eficaz para obter uma maior representação de longo prazo das mulheres nos cargos decisórios.

(B) COTAS DE CANDIDATOS

A primeira iniciativa de cota do CDP foi a adoção de uma **cota interna voluntária de 25 % para mulheres** nas listas dos partidos para as eleições parlamentares de 2002 e 2007. Antecipando-se às eleições locais de 2006, o CDP também aprovou uma cota interna maior de 50

% para suas listas de candidatos nas áreas rurais do país. Com forte apoio da liderança do partido, essa última cota foi aplicada nas eleições locais de 2006, resultando na eleição de 6.500 mulheres e a duplicação da representação das mulheres em todo o país, partindo de 18 % em 2002 e alcançando 36 % de vereadores em 2006.[7]

Encorajadas pelo sucesso eleitoral das mulheres nas eleições locais de 2006, as organizações cívicas das mulheres começaram uma campanha de vários anos pela aprovação de uma cota legislada obrigatória para todos os partidos políticos. As organizações de mulheres em Burkina Faso empregaram diversas estratégias para promover a legislação de cotas - incluindo lobby junto a líderes políticos, manifestações públicas, fortalecimento de laços com organizações internacionais, campanhas de mídia e oficinas para parlamentares do sexo masculino e feminino para sensibilizá-los sobre a necessidade das cotas.

Tal como acontece com as cotas partidárias internas, a legislação de cotas proposta foi inicialmente recebida com resistência tanto pela oposição quanto pelos partidos da coalizão presidencial. Essa oposição centrou-se em preocupações sobre a possibilidade de atrair mulheres suficientes para os partidos políticos e o temor de que os parlamentares em exercício e suplentes perderiam seus assentos. Apesar destas reservas, quando a lei de cotas foi votada em 2009, muitos representantes de partidos de oposição votaram a favor da cota, de acordo com o CDP. O projeto de lei foi aprovado por 87 dos 111 membros do Legislativo,[8] e as organizações de mulheres se mobilizaram para assistir a sessão de votação no parlamento.

(C) PARCERIA COM OS HOMENS

O Presidente Compaoré deu ampla divulgação ao seu forte apoio às cotas, o que significou que se opor publicamente às cotas também significaria oposição pública ao Presidente. As mulheres conseguiram **forjar alianças com outros importantes aliados masculinos** no parlamento, incluindo a Comissão Ad Hoc da Assembleia sobre Cotas, que analisou as iniciativas.[9] Esses líderes masculinos trabalharam muito para explicar e conscientizar sobre a lei de cotas, a fim de angariar o apoio de todos os membros do CDP, bem como informar ativistas em vários distritos eleitorais.

(D) LINGUAGEM DE COTAS NEUTRA EM RELAÇÃO A GÊNERO

A resistência inicial e a ameaça de questionamento constitucional em relação à cota foram debeladas com uma mudança na redação da legislação para incorporar uma linguagem "inclusiva". A lei de cotas de Burkina Faso não menciona especificamente as mulheres, e sua formulação é neutra em relação a gênero: "nem um nem o outro sexo" devem constituir menos de 30 % das listas dos partidos políticos.[10] Esta linguagem foi propositalmente utilizada porque a constituição de Burkina Faso não permite discriminação em função de gênero. A linguagem neutra em relação a gênero facilitou a aprovação da cota.

Para promover a aplicação de cotas em futuras eleições, os partidos políticos que alcançam 30 % de mulheres eleitas para a Assembleia Nacional ou conselhos locais serão recompensados com o dobro de financiamento que normalmente recebem do Estado. Partidos que não respeitarem a cota perderão 50 % do seu financiamento público alocado para campanhas eleitorais. O aumento do financiamento público para qualquer partido que cumpra a norma visa impedir que os partidos deixem as mulheres no fim de suas listas de candidatos, o que diminuiria as perspectivas das mulheres de ganhar um assento.[11]

Resultados

A cota de 2009 é vista amplamente como uma grande vitória para as mulheres em Burkina Faso e deverá ter um efeito dramático sobre a política do país.[12] A relação entre os partidos políticos e as organizações de mulheres tem sido mutuamente benéfica para ambos os lados. Os partidos adotaram reformas porque enxergaram o potencial de fortalecer suas bases de apoio, e as reformas aumentaram as oportunidades para as mulheres dentro dos partidos de levantar questões e oferecer contribuições.

Desafios e Caminho à Frente

Embora a adoção de cotas voluntárias e legisladas de candidatos represente um avanço significativo, o maior desafio será a implementação da lei nas próximas eleições. Alguns dos dispositivos da lei são vagos e abertos a diferentes interpretações. Por exemplo, a lei não especifica como a comissão eleitoral deve verificar quais partidos atendem o critério de 30 %, que tipo de informações os partidos devem apresentar para provar que estão em conformidade ou se os 30 % exigidos devem ser calculados sobre uma base nacional ou por distrito. A lei será posta à prova pela primeira vez durante as próximas eleições locais e legislativas em 2012.

O maior número de mulheres em cargos eletivos vai lentamente rendendo ganhos para as mulheres em termos de políticas. Um desafio importante à frente será o de oferecer às mulheres recém-eleitas oportunidades de desenvolver suas capacidades políticas, a fim de se tornarem representantes mais eficazes e competitivas e de trabalhar para influenciar as políticas dos seus partidos. Enquanto isso, barreiras tradicionais para mulheres na política, como a falta de recursos financeiros, o medo da violência política, a baixa auto-confiança e os índices mais baixos de escolaridade continuam aplicáveis no contexto de Burkina Faso.[13]

Superar estes desafios sócio-econômicos, culturais e políticos para as mulheres dependerá da vontade política continuada dos partidos políticos de irem além da cota. Com mais mulheres habilitadas a conduzir um debate aberto sobre as questões dos cidadãos, dar transparência aos processos políticos e garantir a responsabilização das plataformas dos partidos, as mulheres burquinenses na política estarão bem posicionadas para apoiar a expansão da democracia em seu país.

Notas

1 Este estudo de caso centra-se principalmente na implementação das cotas eleitorais legisladas em Burkina Faso. A análise e as recomendações não refletem necessariamente as opiniões do PNUD ou NDI.

2 Compaoré, Nestorine. (2002). "Case Study: Burkina Faso Recruiting Women for Última eleição legislativa s." In Julie Ballington and Marie-Jose Protais. (2002). *Les Femmes au parlement : Au-Delà du Nombre*, International IDEA, Stockholm, Sweden; and Tiendrébéogo-Kaboret. (2002), "Burkina Faso: Les obstacles á la participation des femmes au parlement," in IDEA, Les femmes au parlement. Disponível em http://www.idea.int/publications/wip/upload/CS-Burkina-Kaboret.pdf, acessado em janeiro de 2012.

3 União Interparlamentar (UIP). "PARLINE Database of National Parliaments." Disponível em http://www.ipu.org/parline-e/parline-search.asp, acessado em janeiro de 2012. A proporção de mulheres aumentou para 17 membros desde a eleição (2010).

4 Tripp, A. (2003) "The Changing Face of Africa's Legislatures: Quotas and Women," um documento apresentado no International IDEA Conference, *The Implementation of Cotas: African Experiences*. Pretória, África do Sul.

5 Entrevista com uma mulher membro do partido do CDP, 2010.

6 IDEA, Universidade de Estocolmo e IPU, *Global Database of Electoral Quotas for Women*. Disponível em www.cotaproject.org, acessado em janeiro de 2012.

7 National Democratic Institute for International Affairs (NDI). (2009). "Gender Cota in Burkina Faso Marks Feats Accomplished, Challenges Ahead." Disponível em http://www.ndi.org/node/15289, acessado em janeiro de 2012.

8 NDI. (2009). "Women Gain Political Ground in Burkina Faso." Disponível em http://www.ndi.org/node/15464, acessado em janeiro de 2012.

9 Powley, E. (2009) "Burkina Faso's Proposed Cota Law: Implications for Implementation." Relatório não publicado desenvolvido para o *National Democratic Institute for International Affairs*.

10 Projeto de Lei de Cotas, não publicado, sem data. [Tradução].

11 NDI. "Women Gain Political Ground in Burkina Faso." Disponível em http://www.ndi.org/node/15464, acessado em janeiro de 2012.

12 Entrevista com ativista cívica em Burkina Faso, julho de 2009.

13 Powley, E. (2009). "Burkina Faso's Proposed Cota Law: Implications for Implementation." Relatório não publicado desenvolvido para o NDI.

CAMBOJA: ORGANIZAÇÃO DA FRENTE FEMININA PARA PROMOVER A MULHER NO PARTIDO E NA CONQUISTA DE CARGOS ELETIVOS[1]

Contexto

O Parlamento do Camboja é bicameral, formado pela Assembleia Legislativa e o Senado. A Assembleia Legislativa é eleita por um sistema de representação proporcional com listas fechadas, enquanto o Senado é eleito indiretamente pelos conselhos comunais.[2] O Camboja é governado pelo Partido Popular do Camboja (CPP, na sigla em inglês), legenda majoritária que detém o controle político sobre o governo nacional e a maioria dos governos locais. Embora o CPP continue sendo amplamente dominado por homens, com poucas mulheres em cargos com poder de decisão, a proporção de mulheres no parlamento sob o regime do CPP aumentou de 3 % em 1993 para 22 % em 2009.[3]

Segundo o maior partido e principal legenda de oposição do Camboja, o Sam Rainsy (SRP) tem procurado aumentar o número de mulheres em sua frente parlamentar. Desde 2006, duas mulheres do

Este estudo de caso apresenta algumas das Estratégias Empregadas pelo Partido de Sam Rainsy para promover a participação feminina, embora o partido não tenha sido o único a fazê-lo no Camboja. Seu foco é a participação feminina no contexto eleitoral, o apoio à mulher candidata e o papel da frente feminina no partido.

UNDP

PALAVRAS-CHAVE

Mobilização feminina

Apoio à campanha de mulheres candidatas

EXEMPLO DE PARTIDO POLÍTICO

Partido de Sam Rainsy (SRP, na sigla em inglês)

RESUMO: CAMBOJA

Nome do Parlamento	Parlamento do Camboja
Estrutura do Parlamento	Bicameral (Assembleia Nacional e Senado)
Tipo de sistema eleitoral	Representação Proporcional (Assembleia Nacional)
Última eleição legislativa	Julho de 2008
Número de mulheres eleitas (Câmara dos Deputados)	20, de um total de 123 (16,3 %)

partido ocuparam consecutivamente o cargo de secretária-geral, tornando o SRP o primeiro grande partido com mulheres em sua liderança. Nas eleições de 2008, seis mulheres do SRP foram eleitas, constituindo 23 % dos membros do partido no parlamento. Além disso, as líderes femininas respondiam por 15 % do órgão deliberativo máximo do partido.

Justificativa para Aumentar a Participação Feminina

As fortes líderes do SRP valorizaram o ingresso de outras mulheres na política e, por meio de relações com várias organizações, conseguiram obter apoio técnico e financeiro para as suas iniciativas de participação feminina. Os esforços da frente feminina para apoiar as mulheres conquistaram eleitores e membros do partido, e líderes do SRP de ambos os sexos identificaram essas estratégias como cruciais para a modernização do partido.[4]

Estratégias Empregadas

(A) MOBILIZAÇÃO DA FRENTE FEMININA

A frente **feminina** do SRP desempenhou um papel importante nos avanços conquistados pelas mulheres no partido, e tem sido uma fonte de estratégias inovadoras para fortalecer o papel da mulher na política cambojana. O SRP foi fundado em 1995 por trabalhadores cambojanos, muitos dos quais eram mulheres. Os membros fundadores do SRP, inclusive indivíduos influentes como Saumura Tioulong, reconheceram os benefícios – para o partido e para a democracia cambojana – de abrir o SRP a uma maior participação feminina. Dessa forma, a frente feminina foi uma das primeiras estruturas partidárias do SRP, criada com a **missão de envolver e apoiar as mulheres**. A presidente da frente feminina é eleita pelas mulheres do partido.

A frente feminina do SRP introduziu políticas partidárias progressistas para envolver e "empoderar" um número maior de mulheres no partido, incluindo uma cota para a diretoria executiva, capacitação para mulheres candidatas, pacotes de campanha para mulheres candidatas, um programa de rádio sobre educação cívica (*Women's Voices - Women's Choices* (Voz das Mulheres-Escolhas das Mulheres)), e esforços de articulação com mulheres parlamentares do SRP para a introdução de legislação sobre prioridades de políticas para as mulheres. As alas femininas também promoveram as necessidades das mulheres no partido, desenvolvendo relações sinérgicas com organizações nacionais e internacionais, inclusive a Diáspora Cambojana.

A frente feminina defendeu junto à liderança do partido uma cota de **15 % na diretoria executiva do partido**, a fim de assegurar uma representação mínima das mulheres nas mais altas instâncias decisórias do partido. A frente feminina também foi o berço de propostas de políticas que instavam o partido a dar preferência às mulheres candidatas qualificadas e a favorecer as mulheres em caso de empate nas urnas. Essas políticas foram finalmente adotadas pelo partido. Posteriormente, a frente feminina do SRP trabalhou para disponibilizar capacitação para mulheres candidatas e ativistas do partido, para as legislaturas locais e nacional. Essa capacitação ajudou a dotar as mulheres candidatas das habilidades políticas necessárias, inclusive no que se refere a obtenção de votos, mídia, desenvolvimento de mensagens e comunicação. A capacitação da frente feminina representou uma fonte valiosa de informação e desenvolvimento de capacidade para as mulheres, especialmente em vista dos baixos níveis de educação e alfabetização no Camboja.

A frente feminina do SRP buscou estabelecer relações sinérgicas com organizações internacionais para financiar, desenvolver e implementar seus programas de capacitação. Como esses programas se tornaram populares e foram bem recebidos pelos participantes, a liderança do SRP pediu à frente feminina que continuasse expandindo seus esforços de capacitação. A liderança da frente feminina assinalou que financiamentos futuros para seus programas dependeriam de sua capacidade para mostrar resultados concretos, com destaque para uma maior participação das mulheres. Assim, a frente feminina acabou usando o interesse da liderança do partido em

programas de capacitação para alavancar a aprovação, pela liderança, da cota interna de 15 %.

A liderança masculina do SRP apoiou maciçamente as atividades da frente feminina. Os líderes do SRP haviam estabelecido relações com organizações internacionais e partidos políticos europeus, e muitos haviam sido educados no exterior, fato que distinguia o SRP de outros grandes partidos do Camboja e contribuiu para uma cultura partidária de valorização da igualdade de gênero na política.

(A) ASSISTÊNCIA DE CAMPANHA A MULHERES CANDIDATAS

O financiamento tem sido um problema recorrente para as mulheres em busca de um cargo eletivo no Camboja. Antes das eleições para os conselhos comunais em 2007, a frente feminina distribuiu pacotes de apoio para cada candidata ao conselho, inclusive um conjunto de roupas apropriadas para a campanha e uma bicicleta para sua circulação pelo distrito, dentre outros recursos. O partido forneceu esses artigos em substituição a dinheiro, a fim de atender diretamente às necessidades de campanha de suas candidatas, a maioria das quais era pobre, com poucos recursos próprios. A frente feminina do SRP também adotou providências para criar um **fundo partidário interno** para prestar apoio financeiro adicional às candidatas do SRP.

Com o auxílio de organizações internacionais, a frente feminina do SRP ajudou a criar um **programa de rádio** apartidário, denominado "*Women's Voices - Women's Choices*" (Voz das Mulheres – Escolhas das Mulheres), cujo foco era explicar por que e como as mulheres poderiam participar da política e se candidatar a um cargo eletivo. O programa de rádio consistia em uma dramatização dos problemas enfrentados pelas mulheres em sua vida diária e da incapacidade ou falta de vontade dos representantes eleitos para resolver esses problemas. A finalidade era demonstrar a necessidade de as próprias mulheres se envolverem na política. A segunda parte do programa era um show interativo com convidados, inclusive mulheres proeminentes ligadas ao SRP. O partido considerou o programa muito eficaz e manifestou seu desejo de buscar recursos adicionais para mantê-lo.

A frente feminina desempenhou um **papel-chave de articulação** entre várias mulheres líderes importantes no parlamento e os líderes do SRP, a fim de apresentar políticas ao legislativo sobre questões prioritárias para as mulheres, tais como emprego, inflação e outras questões básicas de cunho econômico. Para reforçar sua posição fora do partido, a frente feminina aproximou-se de sindicatos e organizações de trabalhadores da indústria do vestuário, onde as mulheres predominavam, e trabalhou para envolver líderes da Diáspora Cambojana em suas atividades.

A frente feminina do SRP **desenvolveu um plano estratégico** para buscar cotas mais ambiciosas em todas as instâncias decisórias internas do partido e para a seleção de candidatos. A oposição às cotas dentro do partido permanece forte e prejudicou a introdução de novas cotas internas. A frente feminina previu e respondeu às críticas internas de candidatas mulheres, informando as razões por trás das cotas e investindo no desenvolvimento de capacidade para as mulheres membros do partido, com o objetivo de criar um grupo de líderes femininas fortes para defender e ajudar a cumprir as cotas.

Resultados

As estratégias de capacitação adotadas pela frente feminina do SRP nas eleições locais de 2007 foram fundamentais para ajudar as mulheres a conquistar assentos: o número de conselheiras comunais do SRP eleitas pulou de 46 para 273, representando um aumento de mais de 600 %. O programa de rádio da frente feminina também obteve sucesso no sentido de alcançar eleitores do sexo feminino, apesar da influência do governo nos meios de comunicação dominantes. Em um sentido mais amplo, as atividades da frente feminina do SRP foram responsáveis por promover o respeito e

aumentar a influência das parlamentares do SRP, institucionalizando a presença da mulher nas instâncias mais altas da liderança do partido e ajudando centenas de mulheres a desenvolver as habilidades necessárias para concorrer a um cargo público e ocupá-lo.

Desafios e Caminho à Frente

O SRP implementou uma série de atividades para apoiar as mulheres cambojanas na política, e o fizeram no contexto de um ambiente político restrito, onde o partido é minoritário. O espaço político no qual a frente feminina do SRP pode se movimentar é limitado, o que, por sua vez, reduz o impacto de seus esforços. No SRP, a frente feminina também tem sido forçada a lutar contra visões tradicionais no que se refere a como o poder político deve ser distribuído entre homens e mulheres, bem como contra desigualdades de gênero nas taxas de educação e alfabetização. No entanto, a frente feminina do SRP pavimentou um caminho crucial para um maior envolvimento das mulheres nos partidos políticos no Camboja. No curto prazo, as mulheres do SRP estão adquirindo uma valiosa experiência política e criando suas redes, enquanto o partido constrói uma base diversificada de seguidores.

Outros partidos também registraram sucesso em termos de participação feminina. O partido do governo, o CPP, tem mais representantes mulheres no parlamento do que o SRP.[5] O CPP também tem procurado mobilizar as mulheres e adotou programas de capacitação, dentre outros, tais como a reserva de assentos para mulheres nas comissões internas do CPP nas esferas nacional, provincial e comunal. A Vice Primeira-Ministra do CPP recebeu a incumbência do partido de estabelecer ligações com organizações nacionais de mulheres e incentivar a participação feminina no partido.

Notas de Fim

1 Este estudo de caso não apresenta uma análise aprofundada de todas as iniciativas nem de todas as organizações do país que tentaram promover a participação política das mulheres mas, em vez disso, apresenta ações concretas e detalhadas de um partido. A análise e recomendações não refletem necessariamente as opiniões do UNDP ou NDI.

2 Inter-Parliamentary Union (IPU). "Cambodia Parliamentary Chamber: Constituent Assembly (1993)." Disponível em http://195.65.105.150/parline-e/reports/arc/2051_93.htm, acessado em janeiro de 2012.

3 Ibid.

4 Entrevista com Sam Rainsy, líder do partido durante a Quarta Conferência para Membros das Comissões Parlamentares sobre o Estatuto das Mulheres e outras Comissões sobre a Igualdade de Gênero "O Parlamento Está Aberto às Mulheres? Uma Avaliação", setembro de 2009. Documentos da Conferência disponível em http://www.ipu.org/splz-e/gender09.htm, acessado em janeiro de 2012.

5 Ibid.

CANADÁ: APOIO ÀS MULHERES CANDIDATAS POR MEIO DE REDES DE FINANCIAMENTO E REGRAS PARA A INDICAÇÃO DE CANDIDATOS[1]

UN PHOTO/ EVAN SCHNEIDER

Contexto

A política canadense opera no marco de uma monarquia constitucional e de um sistema federal de governo parlamentarista, com sólidas tradições democráticas. Muitas das práticas legislativas do país decorrem das convenções não escritas do Parlamento Britânico de Westminster e dos precedentes estabelecidos por ele. Os partidos políticos representados na Câmara dos Comuns eleita em 2008 incluem o Bloco Quebequense (o partido nacionalista do Quebec); o partido Conservador do Canadá; o Partido Liberal do Canadá; e o Novo Partido Democrático (NDP, um partido social-democrata).[3] Ao contrário de outros sistemas político-partidários, os partidos federais canadenses estão vagamente ligados aos seus congêneres provinciais, a despeito da semelhança de nomes. A exceção é o NDP, cujo sistema de filiação é compartilhado com várias esferas políticas, às quais o partido está integrado em termos organizacionais.

Nas eleições de 2008, as mulheres responderam por 22 % dos representantes eleitos na Câmara dos Comuns e 23 % nas legislaturas provinciais e territoriais e nos conselhos municipais.[4] Embora esses números sejam inéditos para as mulheres canadenses, especialmente no nível federal, a proporção de mulheres na política aumentou apenas um ponto porcentual num período de 17 anos, com as mulheres inicialmente conquistando 21 % dos assentos na Câmara dos Comuns em 1993.[5] Além dos desafios socioeconômicos de angariar os recursos necessários para concorrer a um cargo eletivo e equilibrar suas tarefas

PALAVRAS-CHAVE

Redes de financiamento
Regras para a indicação de candidatos
Plataformas partidárias

EXEMPLO

Partido Liberal

RESUMO: CANADÁ

Nome do parlamento	Parlamento do Canadá
Estrutura do parlamento	Bicameral (Senado e Câmara dos Comuns)
Tipo de sistema eleitoral	Pluralidade/Maioria (Câmara dos Comuns)
Eleições legislativas	Outubro de 2008
Número de mulheres eleitas (Câmara)	68 de um total de 240 (22,1 %)2

Este estudo de caso apresenta algumas das Estratégias Empregadas pelo Partido Liberal para promover a participação feminina no partido e no contexto eleitoral. Também faz referência a algumas das iniciativas do NDP (incluídas em um quadro separado), com foco na participação feminina na Câmara dos Comuns, a despeito de alguns avanços importantes na participação feminina também no Senado e na esfera provincial.

como cuidadoras, as mulheres também enfrentam muitos obstáculos estruturais no âmbito do sistema eleitoral distrital canadense de apenas um candidato por partido, tanto para conquistar a indicação do seu partido como para concorrer nas eleições gerais. Como resultado, nos últimos 30 anos o Partido Liberal e o NDP exerceram pressão no sentido da implementação de programas e políticas específicos para ajudar a colocar as mulheres em seus respectivos partidos e em cargos eletivos.

Justificativa para Aumentar a Participação Feminina

As ativistas políticas canadenses inspiram-se em Emily Murphy e em quatro outras proeminentes ativistas dos direitos das mulheres de Alberta, hoje conhecidas como as Cinco Famosas, que venceram a luta para que as mulheres fossem legalmente reconhecidas e tivessem os mesmos direitos políticos e jurídicos dos homens no âmbito da Lei da América do Norte Britânica (lei BNA de 1867). Entre 1916 e 1929, as mulheres desafiaram a Suprema Corte de Alberta, o Senado Federal, a Suprema Corte do Canadá e o Comitê Judicial do Conselho Privado (Privy Council) na Inglaterra, para que Emily Murphy ocupasse os cargos de primeira corregedora de polícia de Alberta e senadora federal. O Conselho Privado considerou "que a exclusão das mulheres de todos os cargos públicos é uma lembrança de dias mais bárbaros do que os nossos. E àqueles que perguntam por que a palavra 'pessoas' deveria incluir as mulheres, a resposta óbvia é "por que não?'"[6]

Entretanto, em meados da década de 1980 havia um reconhecimento crescente de que o impulso do caso das Cinco Famosas não se traduziu nos ganhos significativos para a representação e a participação feminina que podiam ser vistos em outros países.[7] O partido feminino e as ativistas cívicas canadenses pressionaram os líderes de partidos políticos para que adotassem iniciativas que aumentassem a frente feminina nos partidos e o número de mulheres eleitas. Os líderes do partido Liberal e do NDP reconheceram que o movimento feminista, com mais de meio século de existência, havia resultado em uma maior aceitação de práticas de igualdade de gênero e abriu uma oportunidade eleitoral em vista do histórico ruim de seu principal concorrente, o Partido Conservador, em eleger mulheres.[8] Por exemplo, Gerard Kennedy, assessor especial do líder do Partido Liberal, Stéphane Dion, nas eleições de 2007, justificou a cota interna do partido, afirmando que "O partido em geral concorda que isso [a baixa representação feminina] é uma incoerência que precisa ser corrigida … e já estamos muito atrasados."[9] Na medida em que começaram a observar que a inclusão de mulheres lhes garantia cobertura favorável da imprensa e angariava eleitores do sexo feminino, os partidos se tornaram mais abertos a explorar novas estratégias que garantissem às mulheres maior influência no processo de formulação de políticas em diferentes níveis.

Estratégias Empregadas

As mulheres do Partido Liberal estavam entre as ativistas da década de 1980 que clamavam pelo aumento do número de mulheres no parlamento. Desejosas de dar um maior impulso à mudança, as mulheres do Partido Liberal se organizaram para criar redes e instituições destinadas a superar o obstáculo ao financiamento que muitas mulheres vinham enfrentando para conseguir sua base de apoio na arena política. Mais tarde, mulheres proeminentes do partido conseguiram garantir o apoio da liderança do partido para integrar as prioridades de políticas para as mulheres à plataforma partidária, bem como para instituir uma cota interna para candidatos.

(A) VEÍCULOS DE FINANCIAMENTO: O FUNDO JUDY LAMARSH

Reconhecendo a necessidade de melhorar seu apoio às mulheres candidatas, o Partido Liberal inseriu as mulheres em suas estruturas formais de arrecadação de fundos e procurou garantir às mulheres recursos suficientes para suas campanhas. As mulheres do Partido Liberal criaram **redes de arrecadação de fundos** que cumpriam a dupla função de atrair líderes femininas poderosas e abastadas de outros setores para o partido, e permitir que as mulheres envolvidas no partido mostrassem seu valor como ativistas e seguidoras do partido.

Em 1984, o **Fundo Judy LaMarsh** foi instituído por líderes femininas do Partido Liberal, que se sentiam frustradas com o baixo número de mulheres em cargos eletivos e sua falta de poder político.[10] O nome do Fundo foi um reconhecimento à liderança de Judy LaMarsh, primeira mulher do partido a se tornar ministra de Estado, que trabalhou para a introdução de uma legislação progressista para as mulheres, tais como um sistema de plano de saúde universal financiado pelo governo e a criação da Comissão Real do Status da Mulher (*Royal Commission on the Status of Women*). As fundadoras do Fundo Judy LaMarsh procuraram criar um mecanismo partidário para que os recursos fossem arrecadados e investidos em mulheres candidatas, para ajudá-las a serem eleitas para o parlamento. Na medida em que o sucesso do Fundo aumentava, alguns membros do partido passaram a vê-lo também como uma ferramenta para fortalecer o partido e ampliar a base partidária no sentido da inclusão de um número maior de mulheres.

O Fundo Judy LaMarsh essencialmente **arrecada fundos junto a doadores** por meio da realização de eventos para esse fim. O Fundo deve observar as regras para o financiamento de partidos do Canadá, que restringem as contribuições individuais a um teto anual de CAD$ 1.000 para qualquer partido político; CAD$ 1.000 para associações eleitorais distritais; e CAD $1.000 por candidatura para candidatos à liderança de um partido político registrado (valores reajustados anualmente pela inflação).[11] A forma como o programa do Fundo Judy LaMarsh está estruturado o leva a concorrer diretamente com o partido por contribuições individuais. Esse fator limita sua capacidade geral de arrecadação de fundos. No entanto, o Fundo tem obtido um sucesso razoável no sentido de atrair mais mulheres doadoras para o partido e mobilizar grandes números de mulheres como contribuintes, voluntárias e militantes do partido.

INFLUENCIANDO AS PLATAFORMAS PARTIDÁRIAS: OS LIVROS COR-DE-ROSA (THE PINK BOOKS)

Além de seus esforços de arrecadação de fundos, o Partido Liberal tem adotado outras estratégias para mobilizar as mulheres do partido. Aproveitando o sucesso do Fundo Judy LaMarsh e a posição-chave das mulheres na liderança do partido, as liberais introduziram um novo **documento do partido denominado Livro Cor-de-Rosa**, que apresentou uma visão de igualdade de gênero para o partido e delineou propostas de políticas públicas voltadas para questões femininas. Lançado em 2006, o Livro Cor-de-Rosa "recomenda uma série de políticas para abordar as questões sociais e econômicas mais prementes enfrentadas pelas mulheres no Canadá, especialmente as mulheres trabalhadoras e suas famílias, cuidadoras e idosas."[12] As propostas de políticas refletiam as principais preocupações das mulheres, especialmente aquelas relacionadas com educação e emprego. O Livro Cor-de-Rosa foi iniciado pela Frente Liberal Feminina, que buscou desenvolver uma plataforma que o partido pudesse usar e consultar ao falar com os eleitores sobre mulheres. Posteriormente, mulheres candidatas também apoiaram o Livro Cor-de-Rosa desde o início e o usaram em suas campanhas.

Aproveitando a reação positiva tanto dos homens como das mulheres do partido, um segundo volume do Livro Cor-de-Rosa foi lançado em 2007, com um enfoque mais amplo em políticas, incluindo questões como "violência contra a mulher, moradia, mulheres aborígines, imigrantes e refugiadas e mulheres rurais."[13] Uma terceira edição do Livro Cor-de-Rosa foi publicada em

2009. Os Livros Cor-de-Rosa foram escritos fundamentalmente por mulheres do Partido Liberal, por meio de um processo inclusivo que envolveu consultas a organizações de mulheres e especialistas em políticas, a fim de assegurar que as necessidades e os interesses das mulheres canadenses fossem amplamente refletidos na publicação. Dessa forma, os Livros Cor-de-Rosa ajudaram o partido Liberal a **fortalecer seus laços com as organizações de mulheres** e aumentar sua capacidade de resposta às preocupações dos cidadãos. Um ex-parlamentar do Partido Liberal descreveu os Livros Cor-de-Rosa como "um veículo fantástico para se conectar com organizações de mulheres e seus membros."[14] Além disso, a substância e o processo por trás dos Livros Cor-de-Rosa mostraram a algumas organizações cívicas que o Partido Liberal levava a sério as questões femininas, ajudando-o a ampliar sua frente feminina e a atrair mulheres talentosas e politicamente astutas para o partido.

(A) COTA INTERNA DE CANDIDATOS

Como o Partido Liberal era uma entidade voltada para a liderança, as mulheres reconheceram que uma maior aceitação do partido no sentido de promover a participação política das mulheres não seria possível sem o forte apoio dos líderes do partido. As mulheres do Partido Liberal finalmente conquistaram esse apoio em 2007, quando o líder do partido, Michael Ignatieff, e seu antecessor, Stéphane Dion, pediram que **um terço das indicações do partido para o parlamento fosse reservado às mulheres**. Seu apoio à cota interna e suas declarações públicas sobre o valor da participação feminina para o partido, fomentaram a aceitação da iniciativa. Em vista do sistema eleitoral canadense de candidato único, o Partido Liberal buscou fortalecer essa cota, aprovando uma política do partido que exigia que cada distrito envidasse um "grande esforço" para recrutar mulheres candidatas para as primárias parlamentares. Se as organizações partidárias distritais não cumprissem esse requisito, o escritório central do partido não certificaria o candidato e a primária não seria realizada. Além disso, o escritório central do partido poderia derrubar as indicações de até 25 distritos parlamentares e substituí-las por candidatos de sua própria escolha.

Embora esses recursos tenham facilitado a aplicação da cota, tanto o escritório central como os escritórios locais do partido lutaram contra a ambiguidade da expressão "grande esforço". Os liberais indicaram uma Diretora de Busca de Mulheres Candidatas para recrutar mulheres candidatas ao parlamento. O partido também criou comitês "luz verde" no nível local, para ajudar o partido a cumprir sua meta de 33 %. Esses comitês foram criados para compilar informações pessoais e entrevistar, avaliar e investigar potenciais candidatos.[15] O recrutamento frequentemente ocorria no nível local, onde os esforços dos comitês partidários para recrutar candidatos variavam por distrito e região.

Resultados

A adoção de um **mecanismo de financiamento** no Partido Liberal tem aumentado a proporção de mulheres eleitas. Quando o Fundo Judy LaMarsh foi instituído, a proporção de mulheres na frente do partido Liberal no parlamento era baixa: 7 % dos Parlamentares Liberais eleitos em 1980 e 13 % dos eleitos em 1984 eram mulheres. Em 1993, esse número havia pulado para 20 %. A proporção de mulheres entre os Parlamentares Liberais eleitos não tem ficado abaixo de 20 % desde aquela época, tendo alcançado 25 % nas eleições nacionais de 2008.[16] Nas mesmas eleições de 2008, os Liberais deram continuidade a sua cota partidária interna, com 113 mulheres concorrendo em 307 circunscrições federais ou 36,9 % de seus candidatos.[17] Além disso, as conversas públicas sobre o apoio a mulheres candidatas e a arrecadação de fundos que ocorria no Partido Liberal reverberaram no cenário político mais amplo do Canadá, e o hoje extinto Partido Conservador Progressista lançou sua própria iniciativa para a arrecadação de fundos, denominada Fundo Ellen Fairclough.

Os **Livros Cor-de-Rosa** produziram um impacto semelhante na arena de políticas, com a inclusão de questões-chave como a violência doméstica na plataforma do Partido Liberal. Em 2004, esforços foram envidados para a introdução de um Programa Nacional de Assistência à Criança, que havia sido defendido nos Livros Cor-de-Rosa.

Em geral, por meio de uma filial feminina ativa, da arrecadação de fundos, de uma liderança presente, de uma visão de políticas que leva em conta as prioridades da mulher e de uma ligação clara entre essas táticas e uma estratégia eleitoral, as mulheres conquistaram posições de influência no Partido Liberal, inclusive a indicação de uma mulher para o cargo de consultora sênior de políticas nacionais.

CANADÁ, NOVO PARTIDO DEMOCRÁTICO (NDP): RECRUTAMENTO DIVERSIFICADO DE CANDIDATOS E SUBSÍDIOS PARA DESPESAS DE CAMPANHA.

Paralelamente às iniciativas inovadoras do Partido Liberal para apoiar as mulheres, o NDP do Canadá também implementou várias políticas importantes para aumentar o papel das mulheres em seu partido. Na década de 1980, as mulheres do NDP se organizaram para realizar uma auditoria da diversidade do partido, a fim de evidenciar a lacuna entre a missão do partido de promover a igualdade de gênero e a realidade da representação feminina, bem como para inaugurar uma política partidária de compromisso com a colocação de mulheres em assentos com chances de vitória. O NDP também trabalhou para vencer os desafios enfrentados pelas mulheres no que se refere a financiamento, por meio de subsídios a mulheres candidatas para despesas de campanhas.

DIVERSIFICAÇÃO NO RECRUTAMENTO DE CANDIDATOS

Após as eleições provinciais de 2005, a liderança provincial do partido na Colúmbia Britânica refletiu sobre o compromisso do NDP com a igualdade política, e constatou que os resultados das eleições não corresponderam ao apoio declarado do partido às mulheres. Após consultas a milhares de membros do partido, o NDP produziu um relatório com recomendações de medidas práticas para abrir o processo de indicação do partido a um grupo mais diversificado de candidatos, detalhando como o partido definiria e cumpriria metas para colocar mais mulheres e outros candidatos sub-representados em distritos onde pudessem sair vencedores. Observou-se, especialmente, a necessidade de reconhecer e acomodar a "dupla desvantagem" enfrentada por mulheres negras e outras originárias de vários grupos demográficos subrepresentados.[1]

Ao nivelar o compromisso declarado do partido às mulheres, as ativistas do partido conseguiram apresentar e obter aprovação para o relatório na Convenção do NDP na Colúmbia Britânica em 2007. O relatório, conhecido como Mandato da Equidade, continha três principais recomendações:

- **30 % de todos os distritos eleitorais sem representantes no parlamento, do "tipo um", seriam designados para candidatas mulheres;**
- **10 % dos distritos eleitorais sem representantes no parlamento, do "tipo dois", seriam designados para outros grupos demográficos subrepresentados, além de gênero;**
- **As mulheres candidatas seriam automaticamente designadas para distritos onde o representante do NDP no parlamento não buscaria a reeleição, colocando as mulheres nos "distritos eleitorais do tipo três", onde o NDP houvesse comprovado sua capacidade de vitória.[2]**

NOTAS:

1 Entrevista com o ativista do partido NDP da Colômbia Britânica, fevereiro de 2010.

2 Ibid.

Desafios e Caminho Futuro

Embora o Fundo Judy LaMarsh e a cota interna para mulheres candidatas do Partido Liberal tenham atraído um número maior de mulheres para as instituições políticas, o alcance e o impacto decorrentes dessas iniciativas têm-se limitado ao parlamento. O Fundo Judy LaMarsh está prestando assistência a mulheres candidatas a cargos eletivos, mas qualquer ampliação de seus esforços poderia aumentar ainda mais a concorrência às exíguas contribuições individuais de campanha.

Da mesma forma, a realidade política de ser um partido minoritário no parlamento tem prejudicado a capacidade do Partido Liberal para dar prosseguimento às propostas dos Livros Cor-de-Rosa. Os Livros produziram um impacto pouco significativo na legislação, descrito por um entrevistado como "nada radical."[18] Enquanto isso, a liderança do Partido Liberal, embora apóie a inserção das mulheres na política, permanece predominantemente masculina.

A despeito dos esforços do Partido Liberal e do NDP para apoiar o caminho das mulheres na conquista de cargos eletivos, o parlamento, como instituição, continua a impor desafios aos indivíduos com responsabilidade por cuidados essenciais. O Canadá é um país de grandes dimensões, com muitos parlamentares representando distritos localizados a milhares de quilômetros da capital do país, Ottawa. O tempo que os parlamentares precisam permanecer na capital, bem como as sessões e votações noturnas do parlamento dificultam o equilíbrio entre vida familiar e política. As mulheres são frequentemente prestadoras de cuidados essenciais, e isso tem representado uma barreira maior para elas do que para os homens no parlamento. Muitas mulheres líderes entrevistadas mencionaram que seus partidos poderiam introduzir reformas para ajudar o parlamento a se tornar mais sensível às questões de gênero, com iniciativas como, por exemplo, alterar o tempo de sua permanência diária no parlamento, adequando-o ao calendário escolar, a fim de acomodar as parlamentares com filhos pequenos; usar videoconferências em substituição às reuniões e audiências das comissões; e desenvolver software seguros para permitir aos parlamentares votar sem a necessidade de sua presença física. As estratégias inovadoras já implementadas pelo Partido Liberal e o NDP sugerem que há vontade e capacidade para abordar as barreiras remanescentes que impedem a participação equitativa e a influência das mulheres na política canadense.

Notas de Fim :

1 Este estudo de caso não apresenta uma análise abrangente das iniciativas de todos os partidos políticos no país, mas mostra ações concretas de alguns partidos mais profundamente. A análise e as recomendações não necessariamente refletem as opiniões do PNUD ou do NDI.

2 O estudo de caso foi escrito entre 2009 e 2010 e a informação contida se refere às eleições de 2008. Foi realizada uma eleição em maio de 2011, na qual as mulheres ganharam 24,6 % dos assentos..

3 Inter-parliamentary Union (IPU). "Canada: House of Commons." PARLINE database. Disponível em http://www.ipu.org/parline-e/reports/2055_A.htm, acessado em janeiro de 2012.

4 *The Globe and Mail.* (2010). "The Hurdle to Leap in the Next Election Year." Editorial, 11 de janeiro. Disponível em http://www.theglobeandmail.com/news/opinions/editorials/the-hurdle-to-leap-in-the-next-election/article1426310/, acessado em janeiro de 2012.

5 Ibid.

6 Munroe, S. "The Persons Case: A Milestone in the History of Canadian Women." *About.com Guide*. Disponível em http://canadaonline.about.com/cs/women/a/personscase.htm, acessado em junho de 2012.

7 The Globe and Mail, 2010.

8 Ibid.

9 Jolly, B. (2007). "Liberals Try to Pick Up More Women." *Capitol News Online.* Disponível em http://carleton.ca/Capital_News/02032007/n5.shtml, acessado em janeiro de 2012.

10 Parliament of Canada. "Women Candidates in General Elections: 1921 to Date." Disponível em http://www2.parl.gc.ca/Sites/LOP/HFER/hfer.asp?Language=E&Search=WomenElection, acessado em janeiro de 2012.

11 Marenko, J. (2009). "Federal Campaign Finance Laws in Canada." *Mapleleafweb*. Disponível em http://www.mapleleafweb.com/features/federal-campaign-finance-laws-canada#overview, acessado em janeiro de 2012.

12 Liberal Party of Canada-Alberta. "A Message from Incoming Alberta Liberal Women's Commission President Wendy Butler on International Women's Day." Disponível em http://www.liberalalberta.ca/story_15653_e.aspx, acessado em janeiro de 2012.

13 Ibid.

14 Former Liberal MP, julho de 2009.

15 Jolly, 2007.

16 Dasko, D. (2008). "Open Letter." *Equal Voice*. Disponível em http://www.equalvoice.ca/pdf/EV%20Canada_Challenge_-_Letter_to_Ignatieff-_Liberal_leader.pdf, acessado em janeiro de 2012.

17 Barker, J. (2008). "Over one third of liberal candidates are women." *National Post*, 23 de setembro. Disponível em http://network.nationalpost.com/np/blogs/posted/archive/2008/09/23/over-one-third-of-liberal-candidates-are-women.aspx, acessado em janeiro de 2012.

18 Entrevista com o ativista do Partido Liberal, novembro de 2009.

CROÁCIA: APOIO DA FRENTE FEMININA A COTAS PARA CANDIDATOS E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES[1]

THINKSTOCK

PALAVRAS-CHAVE

Mobilização de mulheres
Frente feminina
Cota interna do partido

EXEMPLO DE PARTIDO POLÍTICO

Partido Social-Democrata (SDP, na sigla em inglês)

RESUMO: CROÁCIA

Nome do parlamento	Parlamento Croata
Estrutura do parlamento	Unicameral
Tipo de sistema eleitoral	Representação Proporcional
Última eleição legislativa	Novembro de 2007
Número de mulheres eleitas	32, de um total de 153 (20,9 %)

Contexto

Nas duas últimas décadas, a Croácia conquistou sua independência, tornou-se membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte e candidata a membro da União Europeia. Os primeiros anos de independência da Croácia transcorreram no difícil contexto das guerras em torno da dissolução da Iugoslávia. Desde 2000, a Croácia adota um sistema de multipartidarismo, com os dois principais partidos - a União Democrática Croata e o Partido Social-Democrata (SDP) detendo a maioria dos assentos no parlamento. Os membros do parlamento unicameral da Croácia são eleitos por um sistema de representação proporcional das listas dos partidos. Pelo menos seis partidos figuram na política croata, e eles geralmente se unem em coalizões com um dos dois principais partidos.

A pressão de organizações da sociedade civil (OSC) e de ativistas por uma legislação de igualdade de gênero tem ajudado a aumentar a participação feminina no

Este estudo de caso apresenta algumas das Estratégias Empregadas pelo Partido Social-Democrata para promover a participação feminina, embora o partido não tenha sido o único a fazê-lo na Croácia. Seu foco é a mobilização de mulheres no partido e a adoção de cotas partidárias internas.

parlamento. Em 1990, as mulheres representavam apenas 4,6 % dos membros do parlamento. Essa proporção subiu para 7,9 % em 1995 e para 17,8 % em 2000. Em 2011, as mulheres detinham 23,5 % dos assentos no parlamento.[2] As OSC, em parceria com líderes políticas, vêm defendendo, desde meados da década de 1990, que as listas de candidatas dos partidos a eleições deveriam incluir uma representação feminina mínima de 30 %.

Parte em resposta à essa pressão, a legislação e a política de governo croata têm fomentado a participação feminina. A Lei de Igualdade de Gênero de 2003 exige que o equilíbrio de gênero seja promovido por meio de medidas especiais em órgãos do legislativo, do executivo e do judiciário, incluindo o serviço público, para que o sexo subrepresentado possa gradativamente alcançar uma participação condizente com seu contingente na população total.[3] A lei também exige que os partidos políticos registrados adotem planos de ação para assegurar o equilíbrio de gênero entre candidatos a cargos eletivos.

Justificativa para Aumentar a Participação Feminina

O Fórum Social-Democrata das Mulheres do SDP (SDWF, na sigla em inglês) foi instituído em 1995, como uma organização interna do partido. As mulheres ativistas do SDP buscavam criar uma frente **feminina,** especialmente para abordar as baixas taxas de participação feminina no partido. Uma mulher do SDP descreveu os primeiros anos de independência como uma época em que as mulheres "deveriam ficar em casa e fazer bebês".[4] Muitas das mulheres que fundaram o SDWF tinham experiência de trabalho em outros partidos social-democratas europeus e buscavam fazer com que o SDP croata emulasse esses partidos com relação à igualdade de gênero.

Durante os últimos 15 anos, o SDWF tem ajudado a tornar o SDP uma voz política líder para a mulher croata. As mulheres ocupam posições de liderança nas estruturas do partido, bem como em vários órgãos legislativos em todo o país. Em 2010, mais de 40 % do comitê executivo do SDP e um de seus dois vice-presidentes eram mulheres. Esse sucesso pode ser atribuído à introdução de cotas partidárias, ao apoio de mulheres proeminentes do partido e ao desenvolvimento de programas legislativos e políticas legislativas com foco em questões prioritárias para as mulheres.

Estratégias Empregadas

(A) FORMAÇÃO DA FRENTE FEMININA

Motivadas a aumentar a participação feminina em seu partido, ativistas do SDP promoveram a criação de uma frente **feminina** no partido, com filiais subnacionais em vários níveis. Após sua criação em 1995, o SDWF trabalhou para desenvolver relações estratégicas com OSC e sindicatos, implementar uma cota partidária interna, oferecer oportunidades de desenvolvimento de competências às mulheres membros do partido e criar plataformas locais sobre políticas prioritárias para as mulheres.

Na década de 1990, o SDP era um partido pequeno: de 1992 a 1995 tinha seis parlamentares, dois dos quais eram mulheres, e de 1995 a 2000 tinha nove, incluindo três mulheres. Em vista do tamanho do partido à época e ao pequeno número de mulheres filiadas, as ativistas perceberam que não poderiam alcançar sua meta de criar um fórum partidário para as mulheres, a menos que estendessem sua atratividade a um grupo maior de mulheres. Dessa forma, o SDP não exigia que as mulheres se filiassem ao partido antes de aderir ao fórum, possibilitando que mulheres não filiadas ao partido dos setores não governamental e trabalhista participassem das atividades do SDWF.[5] Essa abordagem não apenas abriu a frente feminina do partido a um número maior de mulheres e ajudou a recrutar líderes cívicas para o partido, mas também resultou em laços sólidos entre o SDWF e OSC e sindicatos trabalhistas de mulheres. Esses laços beneficiaram tanto o SDWF como a sociedade civil, que tem sido uma aliada confiável do partido na formulação de legislação crucial.

(A) COTA PARTIDÁRIA INTERNA

Uma das primeiras iniciativas do SDWF foi aprovar uma **cota partidária interna de 40 %** para o "gênero subrepresentado" em todas as estruturas do partido, incluindo listas de candidatos a eleições parlamentares e assembleias locais. A referência a gênero subrepresentado teve como objetivo inibir quaisquer objeções de homens eventualmente preocupados com a possibilidade de que um sistema de cotas pudesse ser discriminatório ou viesse a afetar a participação masculina. Essa cota foi energicamente promovida pelo SDWF, para combater uma atitude conservadora em relação à participação da mulher na política e como um meio para distinguir o SDP de outros partidos croatas. As mulheres do SDP promoveram a conscientização de melhores práticas já consolidadas em muitos partidos social-democratas europeus em relação à igualdade de gênero. Nesse sentido, o SDWF usou exemplos de outros partidos europeus em seus esforços para convencer a liderança política da necessidade de cotas. Finalmente, em 1996 a cota voluntária do SDP foi aceita sem grande resistência de qualquer facção do SDP, e aprovada por unanimidade na convenção do partido.

O SDWF promoveu as políticas de cotas por meio de um **programa de capacitação intensivo para as mulheres** membros do partido. Durante essa capacitação, o SDWF aproveitou suas relações com partidos políticos e fundações na Europa aptas a prestar assistência e realizar capacitação. Esses programas de capacitação foram eficazes no sentido de apoiar as mulheres tanto candidatas como detentoras de cargos no desenvolvimento de competências úteis, com ênfase específica em comunicação política, área em que poucas mulheres tinham experiência prática. Esses programas e oficinas foram eficazes também por ajudar a desenvolver uma ampla rede de mulheres políticas. A existência dessa rede permitiu que as cotas fossem preenchidas por mulheres experientes.

Antes das eleições nacionais de 2007, o SDP adotou **posições de política** em uma série de questões prioritárias para as mulheres croatas, inclusive violência doméstica, igualdade salarial, assistência à criança e direitos reprodutivos. Em maio de 2009, o SDWF também apoiou a elaboração de um documento de plataforma sobre igualdade de gênero para eleições locais, que foi distribuído em todo o país e amplamente adotado pelos candidatos locais do SDP. Essas plataformas locais foram auxiliadas pela ampla rede de alas femininas do SDP nos níveis municipal, estadual e nacional, resultantes de uma estratégia do partido para criar alas femininas em todos os níveis subnacionais e em localidades onde outras filiais do partido estavam presentes. Certa ocasião, o SDP tinha 200 filiais de mulheres.[6]

Resultados

O número de assentos do SDP no parlamento vem crescendo nos últimos anos, aumentando, assim, o número de mulheres em sua frente parlamentar. A cota interna tem contribuído para uma maior representação feminina no parlamento: as mulheres constituíam 32 % da bancada parlamentar do SDP após as eleições de 2007. Várias mulheres têm ocupado cargos influentes no parlamento, incluindo a vice-liderança da bancada do SDP. Da mesma forma, várias mulheres influentes têm ocupado a presidência e vice-presidência de comissões como agricultura, família e juventude, serviços sociais e igualdade de gênero. Por sua vez, as parlamentares do SDP têm desempenhado um papel-chave na promoção de várias leis importantes, tais como a Lei de Igualdade de Gênero, a Lei de Combate à Discriminação e a Lei de Violência Doméstica.

Segundo várias ativistas do SDP, as mulheres também estão genuinamente envolvidas no processo decisório do partido. As mulheres que atuam no Conselho principal do SDP estão envolvidas na aprovação das listas de candidatos do partido e inspecionam o cumprimento da cota. No nível local, as mulheres representavam 29 % dos filiados do SDP eleitos para órgãos diretores locais e, com base no documento de plataforma sobre igualdade de gênero, hoje lideram políticas sociais significativas,

tais como a contratação de novos profissionais de saúde, fonoaudiólogos e psicólogos para o quadro de dedicação exclusiva de todas as escolas públicas da Croácia.

Desafios e Caminho à Frente

A cota do SDP poderia ser fortalecida com a abordagem da questão da inclusão das mulheres na lista do partido. A liderança do partido continua tendo um poder discricionário considerável na compilação final das listas de candidatos. O SDWF tem reivindicado um processo mais horizontal na seleção de candidatos, que envolva os membros comuns do partido mais diretamente no processo de seleção de candidatos.

O SDP tem uma diretoria feminina ativa, que visa aumentar a participação e a influência das mulheres. O partido percebe que isso o tem ajudado a desenvolver uma reputação entre os eleitores como o partido mais representativo das mulheres e das questões que lhes são importantes. O trabalho legislativo e o desenvolvimento de programas que o SDWF vem realizando também contribuíram para essa percepção. No caminho à frente, o desafio para o SDP e o SDWF será trabalhar com seus parceiros de coalizão para aproveitar os esforços anteriores na abordagem de fatores políticos, sociais e econômicos que poderão impedir a participação política das mulheres, com vistas a novas conquistas na direção da paridade de gênero que o partido vem buscando.

Notas

1 Este estudo de caso não apresenta uma análise abrangente das iniciativas de todos os partidos políticos no país, mas mostra ações concretas de alguns partidos mais profundamente. A análise e as recomendações não necessariamente refletem as opiniões do PNUD ou do NDI..

2 Inter-Parliamentary Union (IPU). (2011). "Women in national parliaments, situation as of 31st July 2011." disponível em http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm, acessado em setembro de 2011. Em dezembro de 2011, foram realizadas as eleições parlamentares, em que as mulheres tiveram 23.8 por cento dos assentos

3 IWRAW Asia Pacific – CEDAW Knowledge Resource, *Gender Equality Laws*. disponível em http://www.iwraw-ap.org/laws/genderequalitylaws.htm, acessado em setembro de 2011. Uma emenda em 2008 esclarece o gênero subrepresentado como acontece em casos onde a participação de um gênero em organismos de tomada de decisões é inferior a 40 por cento.

4 Entrevista com o membro doSDWF, julho de 2009.

5 Leakovick, K. (2004). "Political Party Cotas in the Croatian Social Democrat Party." International IDEA. Disponível em http://www.cotaproject.org/CS/Croatia.pdf, acessado em janeiro de 2012.

6 Ibid.

EL SALVADOR: ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA PÓS-LIBERTAÇÃO[1]

> NO EL SALVADOR, AS MULHERES LÍDERES POLÍTICAS PERCEBERAM QUE PODERIAM FAZER MAIS PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DAS MULHERES NA ARENA POLÍTICA, TRABALHANDO DE UMA FORMA INTERPARTIDÁRIA, EM VEZ DE ISOLADAMENTE.

PALAVRAS-CHAVE

Organização interna do partido

Cota voluntária

Frente feminina

EXEMPLO DE PARTIDO POLÍTICO

Frente Farabundo Marti pela Libertação Nacional (FMLN)

OUTRO EXEMPLO

Associação das Mulheres Salvadorenhas Parlamentares e Ex-Parlamentares (ASPARLEXSAL)

RESUMO: EL SALVADOR

Nome do parlamento	Assembleia Legislativa
Estrutura do parlamento	Unicameral
Tipo de sistema eleitoral	Representação Proporcional por Lista
Última eleição legislativa	Janeiro de 2009
Número de mulheres eleitas	16, de um total de 84 (19,1 %)

Contexto

Desde o fim da guerra civil de 1979-1992, El Salvador tem dado passos significativos para a consolidação de sua democracia, embora eleições recentes tenham ocorrido sob a sombra de potenciais atos de violência. Nas eleições legislativas de 2009, a Frente Farabundo Marti pela Libertação Nacional (FMLN) conquistou 43 % dos votos, seguida de perto pela Aliança Republicana Nacionalista (ARENA). Três partidos pequenos, o Partido Democrata Cristão, o Partido da Conciliação Nacional e a Mudança Democrática, também conquistaram assentos na Assembleia Legislativa nacional. Na eleição presidencial de 2009, a FMLN venceu pela primeira vez desde a criação do partido, após 20 anos de um governo majoritário da ARENA.

O recorde de representação e envolvimento de mulheres na política de El Salvador é misto. O parlamento tem 19 % de mulheres, o que coloca o país na faixa intermediária no nível tanto global como regional em termos de representação feminina.[2] No entanto, o ministério continua sendo dominado por homens: 13 dos 15 ministros são homens. Além disso, no nível local apenas 11 % dos prefeitos do país são mulheres.[3]

Justificativa para Aumentar a Participação Feminina

As raízes da influência feminina na FMLN remontam à história do partido como movimento de guerrilha durante a guerra civil e a sua filosofia política na época, que incluía

Este estudo de caso apresenta algumas medidas adotadas pela FMLN para promover a participação feminina na estrutura do partido e no contexto eleitoral. Também apresenta um pouco do trabalho realizado pela Associação das Mulheres Salvadorenhas Parlamentares e Ex-parlamentares (ASPARLEXSAL), organização apartidária que busca fortalecer a voz política das mulheres dentro e fora do parlamento.

a igualdade de gênero como um de seus "objetivos essenciais". Conforme descrito por uma ativista da FMLN: "Durante a guerra, as mulheres tiveram a oportunidade de ser chefes, tínhamos uma autoridade reconhecida; não éramos apenas compatriotas ou combatentes ou enfermeiras."[4] As mulheres estiveram presentes na liderança da FMLN durante toda a guerra civil. Mesmo durante as negociações do acordo de paz, as mulheres representavam 35 % da delegação da FMLN.[5] Quando a FMLN se tornou um partido político após o fim da guerra civil, o papel da mulher em geral, e de algumas mulheres em particular, já havia sido estabelecido, criando um *benchmark* importante para a participação feminina na medida em que o partido crescia. Embora isso não tenha sido uma garantia de que as mulheres continuariam sendo representadas na liderança da FMLN, foi um ponto de partida para que elas buscassem afirmar seus direitos na organização. Enquanto isso, a vontade política dos líderes masculinos para manter esse espaço aberto às mulheres, aliada a compromissos ideológicos mais amplos do partido, permitiu que as mulheres mantivessem algum grau de liderança após a transição para a paz.

Nos primeiros anos do pós-guerra, as mulheres líderes políticas perceberam que poderiam fazer mais para enfrentar os desafios das mulheres na arena política, trabalhando de uma forma interpartidária, em vez de isoladamente. Como as mulheres ainda não tinham uma massa crítica na Assembleia Legislativa, procuraram criar uma associação apartidária de mulheres parlamentares e ex-parlamentares, que pudesse reunir mulheres líderes políticas tanto de diferentes partidos como de diferentes ciclos legislativos.

Estratégias Empregadas

A FMLN, com base na proposta de mulheres membros, criou uma estrutura para a participação política feminina, incluindo a igualdade de gênero em seu estatuto, instituindo uma cota interna e criando estruturas partidárias para melhor apoiar suas mulheres membros, tais como uma filial feminina, um comitê consultivo de políticas para as mulheres e uma conferência anual de mulheres. Enquanto isso, as mulheres salvadorenhas uniram forças interpartidárias para treinar a próxima geração de mulheres líderes políticas.

(A) ORGANIZAÇÃO INTERNA: COTAS VOLUNTÁRIAS

Como reflexo do trabalho realizado pelas mulheres na força de guerrilha, a igualdade de gênero foi incluída na primeira declaração de missão e no código de ética da FMLN, que adotou uma forte posição contra a discriminação e a violência contra a mulher. A FMLN também institucionalizou o papel da mulher ao aprovar uma **cota voluntária interna** exigindo uma representação feminina de 35 % ou mais em todas as atividades do partido. A cota inclui todas as listas de candidatos, bem como todas as diretorias internas, comissões e outras estruturas partidárias. Essa cota foi proposta em 1993 e acordada em 1995, com base no reconhecimento de que, durante a guerra civil, as mulheres constituíram 35 % das forças armadas da FMLN. Embora a FMLN tivesse uma longa história de envolvimento e participação feminina significativas, a cota proposta foi inicialmente cumprida com a oposição de alguns homens do partido, mas foi finalmente imposta com o apoio da liderança masculina do partido.

As cotas partidárias internas por si sós raramente são suficientes para assegurar uma participação feminina significativa, mas no contexto da história política da FMLN, a cota formalizou tendências que já estavam claramente presentes. Não há sanções formais para a

estrutura do partido caso a cota não seja cumprida, mas a Secretaria da Mulher (a frente feminina do partido) e outras mulheres líderes do partido fiscalizam sua implementação. O estatuto do partido atribui formalmente à Secretaria da Mulher esse papel de fiscalização.

O estatuto da Secretaria da Mulher também prevê a realização anual de uma **conferência de mulheres líderes do partido**. Essa conferência reúne as mulheres ocupantes de altos cargos eletivos e membros da executiva, dentre outras, para discutir e formular estratégias sobre questões de políticas que são importantes para as mulheres do partido. A conferência anual também dá à Secretaria da Mulher a oportunidade de avaliar as necessidades das mulheres, e a Secretaria tem aproveitado essa oportunidade para oferecer capacitação em campanha às mulheres membros do partido. A FMLN fornece financiamento direto à Secretaria da Mulher para essa capacitação e outros programas, garantindo-lhe certo grau de autonomia.

A FMLN também tem implementado estratégias para prestar mais atenção a como a plataforma e o processo de desenvolvimento de políticas partidárias afetam as mulheres. O partido criou um **comitê consultivo** que analisa as plataformas propostas, com foco nas mulheres e em suas prioridades em termos de política. Além disso, as mulheres estão presentes nos comitês das plataformas, e representantes da Secretaria da Mulher participam de suas deliberações.

(A) A FRENTE FEMININA: ASPARLEXSAL

O sucesso da FMLN na promoção da mulher na política tem sido apoiado por outros esforços apartidários e multipartidários em El Salvador. Uma das principais organizações que trabalham para aumentar a participação feminina em El Salvador é a Associação das Mulheres Salvadorenhas Parlamentares e Ex-Parlamentares (ASPARLEXSAL). A APSARLEXSAL é uma organização apartidária que busca fortalecer a voz política das mulheres tanto dentro como fora do parlamento. A ideia inicial de formar uma **associação de mulheres líderes políticas** foi introduzida por atores internacionais que trabalhavam em El Salvador e levantaram a questão com mulheres parlamentares. Mulheres proeminentes na política, notadamente da ARENA, que reconheciam o potencial dessa ideia, trabalharam para reunir, primeiro informalmente e a seguir formalmente, todas as mulheres parlamentares e ex-parlamentares dos principais partidos políticos, a fim de convencê-las do benefício do trabalho interpartidário.[6] Desde sua fundação, a liderança da ASPARLEXSAL tem consistido de mulheres líderes da ARENA, do FMLN e de alguns partidos menores.

O objetivo da ASPARLEXSAL não é apenas promover o envolvimento das mulheres na política, mas também torná-las mais eficazes no governo. Assim, a ASPARLEXSAL, por meio de sua parceira, a Fundação Empresarial para o Desenvolvimento da Educação, oferece **capacitação e oficinas sobre comunicação e competências organizacionais**, que ajudam as mulheres a se tornar mais eficazes em seu trabalho político, bem como em temas mais diretamente relacionados com a governança, tais como relações entre diferentes setores do governo e formulação de políticas.

A ASPARLEXSAL está comprometida com seu status de entidade apartidária e busca oferecer oportunidades iguais às mulheres nos vários partidos. Embora as mulheres da ASPARLEXSAL sejam todas ativistas de partidos, tomaram a decisão consciente, nos primeiros anos, de não consultar as lideranças de seus respectivos partidos ou pedir sua a permissão para formar o grupo. Ao contrário, como parte da estrutura da associação, todos os membros foram solicitados a colocar sua identidade feminina acima da identidade dos seus partidos para que, independentemente de qual partido agisse em questões relacionadas às mulheres, todas as mulheres no grupo dariam seu apoio e reconheceriam que todas se beneficiariam desses esforços. Embora a ASPARLEXSAL trabalhe para permanecer apartidária, o grupo solicita aos partidos que identifiquem participantes para os seus vários programas, a fim de assegurar que suas beneficiárias possam usar suas competências no partido após a conclusão do programa de capacitação.

Resultados

As mulheres da FMLN se beneficiaram do recente sucesso do partido nas eleições: em 2009, 75 % das mulheres eleitas para o parlamento vinham da FMLN, ou seja, 13 dos 35 membros da FMLN eram mulheres, representando a maior proporção mulher-homem para os partidos no parlamento.

Enquanto isso, a abordagem apartidária da ASPARLEXSAL tem ajudado a instituição a obter e manter acesso a todos os partidos políticos relevantes. A ASPARLEXSAL, reconhecendo a importância da visibilidade para a organização, garantiu espaço físico formal nas dependências da Assembleia Legislativa. Essa localização oferece acesso mais fácil às parlamentares para o uso de recursos de escritório e para aumentar o envolvimento da ASPARLEXSAL no processo decisório legislativo, particularmente quando ele afeta as mulheres. O precedente criado pela ASPARLEXSAL para as mulheres que trabalham além das linhas do partido, resultou em um esforço para a instituição de uma frente feminina permanente na Assembleia Legislativa, para que as mulheres possam influir diretamente na agenda legislativa.

A ASPARLEXAL também capacitou 160 mulheres em programas intensivos de seis meses, bem como outras centenas em cursos de dois dias. Muitas mulheres que concluíram os programas da ASPARLEXSAL foram eleitas para vários cargos, inclusive no parlamento e nos governos municipais, e aquelas que participaram de seus programas passaram a liderar a criação de novas redes multipartidárias de mulheres.

Desafios e Caminho à Frente

A FMLN e todos os demais partidos em El Salvador ainda enfrentam uma série de desafios no que se refere ao envolvimento das mulheres. A cota da FMLN para candidatas do partido é mais rigidamente aplicada no nível nacional. Como resultado, a representação feminina é maior no parlamento do que nas assembleias estaduais ou municipais. No nível estadual e municipal, relatos sugerem que a cota tem sido aplicada de forma desigual. Atualmente, os estados e municípios que apresentam listas que não cumprem os requisitos da cota de gênero não sofrem necessariamente sanções da liderança do partido. Isso tem contribuído para reduzir o número de mulheres em cargos eletivos nessas esferas. Por exemplo, apenas 11 % dos prefeitos do país são mulheres.

A transição pós-guerra em El Salvador representou uma oportunidade para a criação de um ambiente mais favorável à participação política das mulheres. Embora as mulheres tenham tido uma participação importante no período de transição, mais ainda precisa ser feito para assegurar às mulheres participação na arena política em pé de igualdade com os homens, especialmente na Assembleia Legislativa, onde as políticas são debatidas e decididas. A nova geração de mulheres políticas não traz com elas próprias um sólido histórico de liderança nos tempos de guerra, diferentemente de suas antecessoras. Isso representará desafios adicionais e exigirá estratégias novas e criativas para promover a participação feminina. As estratégias da FMLN e da ASPARLEXSAL apresentadas foram passos importantes para promover espaço político para as mulheres. No entanto, mais esforços precisam ser envidados para garantir a participação igualitária das mulheres na política em El Salvador.

Notas de Fim:

1 Este estudo de caso não apresenta uma análise abrangente das iniciativas de todos os partidos políticos no país, mas mostra ações concretas de alguns partidos mais profundamente. A análise e as recomendações não necessariamente refletem as opiniões do PNUD ou do NDI..

2 Inter-Parliamentary Union (IPU). (2010). "World Average: Women in National Parliaments." Disponível em http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm, acessado em janeiro de 2012.

3 Entrevista com o ativista do partido FMLN, setembro de 2009.

4 Ibid.

5 Ibid.

6 Entrevista com o fundador do ASPARLEXSAL, julho de 2009.

ESPANHA: TRABALHANDO EM PARCERIA COM OS HOMENS PARA TRANSFORMAR O AMBIENTE POLÍTICO PARA AS MULHERES[1]

FOTOLIA/ALFONSO DE TOMÁS

PALAVRAS-CHAVE

Parceria com os homens

Cota interna

Mobilização das mulheres

EXEMPLO DE PARTIDO POLÍTICO

Partido Socialista dos Trabalhadores (PSOE)

RESUMO: ESPANHA

Nome do parlamento	Parlamento Espanhol / Cortes
Estrutura do parlamento	Bicameral (Congresso de Deputados e Senado)
Tipo de sistema eleitoral	Representação proporcional (câmara baixa)
Eleição legislativa	Março de 2008
Número de mulheres eleitas (câmara baixa)	127 de 350 (36 %)2

Contexto

A Espanha tem um parlamento bicameral, que consiste no Congresso dos Deputados (câmara baixa) e o Senado (câmara alta). Existem dois grandes partidos que dominam a política, o Partido Socialista dos Trabalhadores (PSOE) e Partido Popular. Além disso, há uma série de pequenos partidos políticos na arena política espanhola, inclusive a Esquerda Unida, a Convergência e União, o Partido Nacionalista Basco, a Esquerda Republicana da Catalunha, o Bloco Nacionalista Galego e a Coalizão Canária.[3]

O PSOE tem uma alta proporção de mulheres nos mais altos níveis de liderança política. Após a eleição de 2008, 47,6 por cento do grupo parlamentar do PSOE eram mulheres. Além disso, a maioria do gabinete do PSOE era de mulheres, com nove mulheres entre os 17 membros do gabinete, inclusive as posições-chave, tais como a defesa, economia, obras públicas e vice-primeira-ministra. A Ministra da Defesa, Carmen Chacon, também foi primeira ministra grávida da Espanha, e a Ministra da Igualdade, Bibiana Aido, foi a ministra mais jovem da Espanha, 31 anos de idade, quando assumiu o cargo. As realizações do PSOE na promoção do acesso político das mulheres são atribuíveis a diversas estratégias que se sobrepõem.

Este estudo de caso apresenta algumas das estratégias desenvolvidas pelo Partido Socialista para promover a participação das mulheres dentro do partido e no contexto das eleições, embora não seja o único partido político da Espanha a ter feito isto. Examina como o apoio de líderes do sexo masculino tem melhorado significativamente as oportunidades políticas das mulheres dentro do partido e levado à adoção de um regime de cotas progressivas.

Justificativa para o Aumento da Participação Feminina

Em 2004, conforme o PSOE buscava ganhar poder político, a liderança do partido foi receptiva aos argumentos de ativistas mulheres do partido, que sugeriram que a marca PSOE como o partido das mulheres poderia ajudá-los a ser bem-sucedidos nas eleições. O PSOE de forma proativa nomeou as candidatas e fez campanha para uma vaga legislada e políticas de igualdade de gêneros. As muitas mulheres que foram votadas para o parlamento e nomeadas para o governo de Zapatero foram capazes de ajudar a cumprir as promessas do PSOE em campanha.

Estratégias empregadas

A Secretaria das Mulheres do PSOE desempenhou um papel importante na introdução de uma série de cotas internas incrementais que forneceriam a estrutura para uma cultura de partido aberta à promoção das mulheres como líderes, bem como teriam a igualdade de gênero na plataforma do partido. Com o surgimento de um líder em favor das mulheres e a aplicação de uma cota de gênero para o gabinete, o PSOE posicionou-se bem para estender essa mesma estrutura de igualdade de gênero que foi desenvolvida dentro do partido para o sistema político espanhol, passando por várias políticas públicas que abordaram as desigualdades enfrentadas pelas mulheres na política, na economia e na sociedade.

(A) COTA INTERNA NO PARTIDO

Os esforços do PSOE para promover as mulheres dentro do partido tiveram origem na década de 1970 quando a Espanha saía do regime autoritário e dirigia-se para a democracia. Durante esse período, a Secretaria de Mulheres do PSOE de mulheres foi fundada e começou a advogar pela igualdade de gênero dentro do partido. As cotas sempre estiveram no centro de seus esforços de mobilização, mas, inicialmente houve resistência às cotas internas tanto dos homens quanto das mulheres, que argumentavam que as cotas dariam uma vantagem injusta para as mulheres e de alguma forma questionariam as qualificações de todas as candidatas mulheres. Os defensores de cotas do PSOE ligaram suas campanhas às cotas geográficas, que faziam parte de um esforço por parte do PSOE para assegurar uma ampla base de apoio por meio dos vários estados e regiões espanholas.[4] Em última análise, os argumentos da secretaria foram eficazes e, em 1988, o **PSOE implementou um sistema de cota interna para todas as listas do partido**. Essa cota foi inicialmente fixada em 25 por cento, mas aumentou para 40 por cento em 1997, e foi aplicada na liderança e comissões, bem como às listas de candidatos.

Por causa dos diferentes sistemas utilizados para eleger deputados e senadores, a cota interna do PSOE sempre teve um impacto mais forte sobre o Congresso dos Deputados (eleitos por meio de listas partidárias) que sobre o Senado (que usa um sistema eleitoral misto combinando listas e distritos uninominais). No entanto, a cota interna tornou possível, e até mesmo necessário, para o PSOE construir as capacidades das mulheres candidatas e abrir oportunidades para as filiadas do partido ganharem experiência na política local e nacionalmente.

(B) REFORMA DA POLÍTICA

A partir do benefício da cota, a presença reforçada de mulheres no partido contribuiu para outras estratégias, inclusive a forte mobilização do primeiro-ministro Zapatero em prol das mulheres e a aprovação da lei da igualdade de 2007. Precedendo sua ascensão ao poder,

Zapatero se autodeclarou um feminista comprometido e, ao fazê-lo, nas palavras de um entrevistado, removeu o "tabu" associado ao feminismo na política espanhola.[5] Em 2004, o partido fez campanha para aprovar uma lei ampla de igualdade de gênero, que também incluiria as cotas de 40 por cento em todas as listas de candidatos para todas as legislaturas. O primeiro movimento político de Zapatero após sua eleição como primeiro-ministro foi articular com seu gabinete e bancada do partido no parlamento a apresentação de um projeto de lei. Ele também é amplamente reconhecido como sendo fundamental na criação do primeiro gabinete com a maioria de mulheres, em 2008, bem como dar às mulheres um quantitativo numérico no gabinete, criando um Ministério da Igualdade.

Depois que a lei de igualdade de gênero foi aprovada, o PSOE buscou **integrar o gênero no processo de formulação de políticas**. Desde 2004, o PSOE apresentou uma lei sobre a reforma agrícola, para que homens e mulheres pudessem compartilhar títulos de propriedade, e sobre os cuidados com dependentes para que o Ministério da Administração Pública pudesse apoiar as famílias com até dois terços das despesas relacionadas com o cuidado de dependentes. Além de sua influência no parlamento, as mulheres estão envolvidas no desenvolvimento da política do PSOE, nos debates internos do partido e em outros processos decisórios. Como um entrevistado descreveu, as mulheres são vistas como mais que apenas "vitrine" na política.[6] Vários respondentes descreveram as mulheres como tratadas da mesma forma que os homens do partido e que suas opiniões foram dadas como muita consideração tanto quanto as dos seus homólogos masculinos.

Resultados

Ao longo da década de 1980, conforme a democracia espanhola foi se consolidando, a representação das mulheres no parlamento permaneceu baixa. As mulheres não excediam 10 por cento dos membros do parlamento, nem mesmo da delegação do PSOE nos anos antes de 1988, quando o PSOE aprovou a sua cota interna. Nas eleições de 1989, o primeiro ano depois das cotas do PSOE, a proporção de mulheres da delegação do PSOE no parlamento aumentou de 7 para 17 por cento. A lei sobre a igualdade, no que diz respeito às cotas, transformou a política interna no PSOE em um mandato legal para todos os partidos.

O Partido Popular cumpriu a cota legislada nas eleições nacionais de 2008 e nomeou mais candidatas mulheres que no passado. A lei também impôs disposições comparáveis para uma maior igualdade de gênero nos órgãos de liderança no setor privado, outro setor em que as mulheres espanholas tinham sido tradicionalmente marginalizadas.

A Espanha também tentou replicar no exterior a liderança na questão de gênero que experimenta, defendendo na UE leis contra a violência de gênero e a criação de uma resolução de não discriminação.

Desafios e Caminho à frente

Assim como as cotas internas, o apoio de líderes homens e a lei da igualdade podem ser consideradas estratégias partidárias distintas, mas também são interdependentes. A longa experiência do PSOE com uma política de cotas internas aberta a toda a sua liderança, tanto de homens quanto de mulheres, com o valor da inclusão das mulheres no partido, havia aumentado a probabilidade de seu candidato a primeiro-ministro estar aberto à igualdade de gênero. Da mesma forma, suas parlamentares, que se beneficiaram das cotas e constituíam quase a metade da delegação do PSOE, desempenharam um papel fundamental na aprovação do projeto de lei de Zapatero no parlamento.

No entanto, ainda há desafios na Espanha e no PSOE. O sucesso do PSOE em garantir a representação das mulheres na arena política nacional não foi igualmente realizado no nível local. Apesar de 36 por cento dos membros do conselho do PSOE serem mulheres, as mulheres representam apenas 15 por cento dos prefeitos do PSOE, sugerindo que esta posição eleita, que é

impermeável à lista de cotas-base, ainda é dominada pelos homens. Além disso, no nível nacional, os homens são reeleitos com mais frequência e servem prazos mais longos que as mulheres. Olhando para frente, a Espanha e o PSOE terão que considerar estratégias que lhes permitam sustentar os sucessos que alcançaram, respondendo a fatores que podem impedir um grupo diversificado de mulheres de participar na esfera política espanhola e promover políticas sensíveis ao gênero nas instituições para que as mulheres tenham igual oportunidade de seguir uma carreira na política.

Notas de fim

1 Este estudo de caso não apresenta uma análise abrangente das iniciativas de todos os partidos políticos no país, mas mostra ações concretas de alguns partidos mais profundamente. A análise e as recomendações não necessariamente refletem as opiniões do PNUD ou do NDI.

2 Este estudo de caso foi escrito em 2009-2010, e a informação se refere à eleição de 2008 . Uma outra eleição aconteceu em maio de 2011 na qual as mulheres obtiveram 36 % dos assentos.

3 Inter-Parliamentary Union (IPU). PARLINE Database. Disponível em http://www.ipu.org/parline-e/reports/2293_E.htm, acessado em janeiro de 2012.

4 Dahlerup, D. and L. Freidenvall. (2008). "Electoral Gender Cota Systems and Their Implementation in Europe." Stockholm University, International IDEA, and Women in Politics Research Center. Disponível em http://5050campaign.files.wordpress.com/2009/03/ep-cota-report.pdf, acessado em janeiro de 2012.

5 Entrevista com o representante do PSOE, setembro de 2009.

6 Ibid.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: REDES DE LEVANTAMENTO DE RECURSOS E UMA POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO PARA AS CONVENÇÕES DE PARTIDOS[1]

DIGITAL VISION

PALAVRAS-CHAVE

Mobilização das mulheres
redes de financiamento
organização do partido

EXEMPLO DE PARTIDO POLÍTICO

Partido Democrata

RESUMO: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Nome da legislatura	Congresso
Estrutura da legislatura	Bicameral (Senado e Câmara dos Representantes)
Tipo de sistema eleitoral	Pluralidade/Maioria
Última eleição legislativa	Novembro de 2008
Número de mulheres eleitas (câmara baixa)	73 de 435 (16,8 %)

Contexto

Os Estados Unidos da América (EUA) são uma república constitucional federal, e dois partidos políticos têm dominado a política americana desde a década de 1850: os democratas de centro-esquerda e os republicanos de centro-direita. Vários outros terceiros partidos atingem menor representação nos níveis nacional e estadual de vez em quando. Há poucas leis que regulamentam a organização política e, consequentemente, os partidos políticos têm o direito de desenvolver seus próprios sistemas de organização. A convenção nacional é a autoridade máxima para ambos os partidos Democrata e Republicano, e compreende uma série de encontros ou convenções de nomeação, com a presença de delegados dos partidos em ano de eleição presidencial que nomeiam os candidatos do partido para presidente e vice-presidente, bem como adotam a plataforma do partido. Os comitês democratas e republicanos nacionais têm a responsabilidade geral para os assuntos de seus respectivos partidos entre as convenções de nomeação, enquanto que cada capítulo estadual possui seu próprio regulamento e estatuto social.

Os EUA tem um Congresso bicameral, com a Câmara dos Representantes e o Senado. As mulheres constituem 17 por cento do Senado e 16 por cento da Câmara dos Representantes na 112º Legislatura.[2] Os candidatos que pretendam concorrer como democrata ou republicano para cargo eletivo precisam simplesmente declarar sua

Este estudo de caso apresenta algumas das estratégias empregadas pelo Partido Democrata para promover a participação das mulheres. Apesar de cotas de gênero serem proibidas por seus estatutos, o Partido Democrata aplica uma cota chamada cota leve para suas estruturas partidárias e processos, determinando a igualdade de representação no partido "tanto quanto possível." O estudo de caso centra-se na participação das mulheres na esfera federal.

afiliação a um partido e, se conseguirem votos suficientes na eleição primária, podem se tornar o candidato oficial do partido. Na prática, os comitês estaduais do partido frequentemente recrutam e apoiam os candidatos de sua escolha, mas os processos eleitorais variam entre os estados, bem como entre os distritos dentro dos estados.[3]

Justificativa para o Aumento da Participação Feminina

Já em 1848, ativistas convocaram a primeira convenção dos direitos das mulheres nos Estados Unidos em Seneca Falls, Nova Iorque, e criaram uma Declaração de Sentimentos, exigindo o sufrágio feminino. Apesar de um século de apoio à participação política das mulheres, as ativistas norte-americanas tiveram ganhos inconsistentes dentro do Partido Democrata. Em 1953, os líderes democratas decidiram dissolver a Divisão de Mulheres do partido em favor da integração de mulheres ativistas em todas as comissões e funções de liderança. Embora vista com desdém pelas mulheres no partido, esta abordagem de gênero neutro perdurou por várias décadas e as mulheres geralmente abandonavam estratégias coletivas para influenciar a política como grupo.[4] No entanto, como resultado da organização das mulheres tanto externa como internamente, as democratas começaram a defender a sua influência dentro do partido. Como as mulheres começaram a se mobilizar em todos os setores, o Partido Democrata foi mais sensível ao apelo das mulheres para uma maior representação, reconhecendo o impacto que as mulheres poderiam ter sobre o sucesso eleitoral do partido. Além disso, a liderança do partido veio a reconhecer as mulheres como um dos seus círculos eleitorais-chave, com mais mulheres eleitoras que os homens desde 1980, constituindo-se também um maior número de eleitoras indecisas.[5]

Estratégias empregadas

MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES

Ativistas mulheres alinhadas com o Partido Democrata trabalharam dentro e fora do partido para alavancar períodos de reforma e exigir que a liderança do partido atingisse marcos importantes para as mulheres na política, inclusive a igualdade de representação nas convenções nacionais, a divisão igualitária das posições de liderança do partido no nível estadual e a nomeação de mulheres na chapa presidencial.

Enquanto isso, organizações externas de mulheres emergiram. Na década de 1960 e 1970, as diversas OSCs de mulheres e comitês de ação política surgiram com a missão específica de promover a plena participação política das mulheres, argumentando que a política americana representava um "'Clube do Bolinha de Velhos".6 Várias dessas organizações passaram a atingir destaque dentro e fora dos principais partidos políticos, inclusive a Organização Nacional para Mulheres (NOW), Encontro Político Nacional de Mulheres (NWPC), a Federação Nacional das Mulheres Democratas (NFDW), o Fundo de Campanha das Mulheres e Emily List. Essas organizações buscaram aumentar o acesso das mulheres ao poder político por meio do recrutamento e formação, e doações financeiras para mulheres candidatas no nível estadual e nacional.

Conforme essas organizações foram crescendo em participação e apoio, começaram a pressionar as instituições políticas para garantir espaço político de igualdade e oportunidades para as mulheres. Aproveitando a onda de manifestações feministas em torno da aprovação da Emenda de Direitos Iguais (ERA) - uma emenda à

REDES DE LEVANTAMENTO DE RECURSOS: EMILY'S LIST

Na década de 1980, as 25 "mães fundadoras" da lista EMILY identificaram que as candidatas não recebiam o capital inicial necessário para as suas campanhas de modo a serem levadas a sério como candidatas competitivas contra os homens.[1] A partir de suas redes imediatas, as fundadoras embarcaram em uma campanha com cartas de sensibilização sobre a sua nova rede e encorajaram as mulheres a dar dinheiro para mulheres candidatas, argumentando que mesmo pequenas doações poderiam ajudar em suas campanhas.[2]

A Lista EMILY concebeu estratégias de angariação de recursos com base no entendimento do "sistema e leis de financiamento de campanha" dos EUA. O grupo percebeu que, como um comitê de ação política, havia uma limitação de US$ 5.000 por candidato por ciclo eleitoral, mas que poderiam "agrupar" uma quantidade ilimitada de contribuições individuais3 de seus membros. Usando um rigoroso processo de seleção, a Lista EMILY identifica e recomenda principais candidatas democratas aos seus membros em todo o país e pede-lhes para doar diretamente para as campanhas dessas mulheres, dando-lhes perfis detalhados sobre a visão de cada candidato, fundos e campanhas para que eles possam tomar decisões informadas. Cem por cento das contribuições dos membros vão diretamente para as campanhas a fim de fornecer maiores recursos dinheiro para as candidatas.[4]

Conforme cresceu a capacidade de levantamento de recursos e afiliação da EMILY's List, o Partido Democrata reconheceu o compromisso do grupo com as candidatas proescolha e a quantidade crescente de fundos que as candidatas femininas conseguiam coletar para as campanhas como resultado de seu envolvimento na rede EMILY's List. A liderança do partido e a facção eleitoral feminina acolheram os sistemas implementados pela EMILY's List, mas nem o partido nem a EMILY's List previram a obtenção de sucessos comparáveis dentro das estruturas do partido.[5]

Desde sua fundação, a EMILY's List cresceu e já possui mais de 100.000 membros, levantou milhões de dólares para as candidatas e auxiliou 80 mulheres democratas proescolha membros do Congresso, 15 senadoras, 9 governadoras e centenas de mulheres em cargos estaduais e locais.[6] A EMILY's List já inspirou e apoiou a multiplicação de suas estratégias com organizações democráticas no nível estadual, tal como a Annie's List no Texas, e entre linhas de partidos, com a criação da Lista de Desejos (Wish List), e a Susan B. Anthony List para as candidatas republicanas

NOTAS:

1 Seed money (capital inicial) é o financiamento inicial exigido para iniciar uma campanha a fim de ganhar a nomeação do partido. Como tal, a sigla EMILY's List significa "Early Money Is Like Yeast" (capital inicial é como fermento – faz a massa (i.e., fundos de campanha) crescer. (Entrevista com a fundadora da EMILY's List, janeiro de 2010.)

2 EMILY's List. "Our History," http://emilyslist.org/who/history/, acessado em janeiro de 2012.

3 Os indivíduos só podem contribuir para um máximo de 2,400 dólares por eleição por candidato para o escritório federal.

4 EMILY's List. "Our History," http://emilyslist.org/who/history/, acessado em janeiro de 2012.

5 Entrevista com um dos fundadores da EMILY's List, janeiro de 2010.

6 Ibid.

Constituição dos Estados Unidos, que teria garantido a igualdade de direitos sob qualquer lei federal, estadual ou local não podia ser negada em razão de gênero - organizações de mulheres como a NWPC estrategicamente pressionaram a liderança do Partido Democrata para reafirmar a plataforma do partido pró-ERA em sua Convenção de 1972.

Regras Internas para as Convenções do partido Como resultado da queda na representação das mulheres entre os delegados presentes na Convenção de 1976, o NWPC, o NOW e os encontros de mulheres se uniram para defender a linguagem nos estatutos do partido a fim de garantir a representação de 50-50 entre mulheres e homens nas convenções do Partido Democrata. Antes

da Convenção de 1980, o presidente Jimmy Carter foi convencido a dar seu apoio a esta iniciativa, aproveitando a sua preocupação de que as mulheres poderiam votar em seu principal concorrente nas primárias caso não o fizesse.7 Como resultado, a Convenção de 1980 do Partido Democrata foi pela primeira vez na história dos EUA representada em convenção nacional com nomeação que incluía números iguais de homens e mulheres. Os membros do NWPC e do NOW constituíam mais de 20 por cento das delegadas mulheres naquela convenção. [8]

O Partido Democrata também votou para revisar seu estatuto no sentido de garantir que as futuras convenções nacionais fossem compostas por igual número de delegados e delegadas. Além disso, os estatutos atuais incluem a igualdade em todas as estruturas do partido dividindo igualmente entre homens e mulheres, inclusive o DNC, a comissão executiva, bancadas regionais e comitês estaduais centrais, e dá ao NFDW assentos a mulheres na convenção partidária no DNC e a direção do comitê do partido. Os estados-membros são igualmente obrigados a tomar "passos positivos comprováveis" para cumprir com as disposições do estatuto em relação à igual divisão de gênero,[9] e a maioria dos estatutos estaduais do Partido Democrata estipula que o vice-presidente do partido estadual deva ser do sexo oposto ao do presidente.[10]

A bancada das mulheres e organizações de mulheres trabalham para desenvolver uma agenda de liderança política para as mulheres desde a base até o nível nacional. Este trabalho baseia-se em estratégias para recrutar mulheres líderes no nível local, fazer pressão para candidaturas de mulheres, especialmente em assentos abertos, onde os nomeados históricos do Partido Democrata não estão concorrendo,[11] e encorajar os candidatos a incluir imagens de mulheres em sua campanha televisiva.[12]

Resultados

Desde 1980, o Partido Democrata tem mantido um equilíbrio de gênero em convenções nacionais do partido. As mulheres que frequentam as convenções partidárias tiveram a oportunidade de captar relações e de levantar recursos que têm sido fundamentais para suas carreiras políticas. Muitas candidatas de primeira viagem já atuaram como delegadas do partido, que lhes permitiu aproveitar os relacionamentos que construíram por meio da participação em convenções do partido. Respondendo aos esforços do Partido Democrata para formalizar o papel das mulheres nas convenções por meio de revisões de estatuto, o Partido Republicano também trabalhou para promover uma maior proporção de mulheres em suas convenções, com 48 por cento das mulheres em 1980.[13]

Desafios e Caminho à frente

Apesar dos ganhos reais de representação e apoio às prioridades da política das mulheres no Partido Democrata, o papel da convenção na política mostrou-se limitado na obtenção de um maior número de mulheres eleitas para cargos públicos. Mulheres que procuram cargos políticos em todos os níveis nos Estados Unidos têm frequentemente deixado de lado os centros tradicionais de apoio, recebendo apoio de uma rede de organizações políticas de mulheres, que fornecem ajuda financeira, pesquisa, informação e pessoal, e geralmente incentivam a participação ativa das mulheres democratas no processo político.[14]

Dada a ênfase dos partidos políticos sobre as eleições presidenciais, ativistas do partido e cívicas continuam defendendo o Partido Democrata para eleger uma candidata presidencial. No entanto, o foco na política presidencial tem limitado a capacidade dos ativistas em conseguir impulso para a paridade na representação das mulheres nos diferentes níveis de governo. Além disso, o sucesso da lista EMILY tem dado ao Partido Democrata uma justificativa para a não construção de uma frente fortalecida de mulheres dentro do partido. As mulheres nos Estados Unidos continuam enfrentando um obstáculo na obtenção de mais de 17 por cento de representação no Congresso e, a partir de 2010, representam apenas 22,9 por cento dos cargos executivos estaduais,[15] 24 por cento dos deputados estaduais[16] e 17,6 por cento dos prefeitos.[17]

Notas de fim

1 Este estudo de caso não apresenta uma análise abrangente das iniciativas de todos os partidos políticos no país, mas mostra ações concretas de alguns partidos mais profundamente. A análise e as recomendações não necessariamente refletem as opiniões do PNUD ou do NDI.

2 "Facts on Women in Congress 2010." *Center for American Women and Politics.* http://www.cawp.rutgers.edu/fast_facts/levels_of_office/Congress-CurrentFacts.php, acessado em janeiro de 2012.

3 Ulloa, F. "The Electoral System of the United States." *Mundo Electoral,* http://174.36.232.8/html/index.php?id=98, acessado em janeiro de 2012.

4 Brodkin, K. (2007). "We Are Neither Male nor Women Democrats: Gender Difference and Women's Integration Within the Democratic Party." *Journal of Women's History*, 19(2): 111-137.

5 "The Gender Gap and the 2004 Women's Vote: Setting the Record Straight." *Center for American Women in Politics,* http://www.cawp.rutgers.edu/fast_facts/voters/documents/GenderGapAdvisory04.pdf, acessado em janeiro de 2012.

6 Entrevista com o ativista do Partido Democrático, janeiro de 2010.

7 Gelb, J. (1989). "Feminism and Politics: A Comparative Perspective." Berkeley, USA: University of California Press.

8 Ibid.

9 Center for American Women and Politics. "Firsts for Women in U.S. Politics," http://www.cawp.rutgers.edu/fast_facts/resources/Firsts.php, acessado em janeiro de 2012.

10 The Democratic National Committee. "The Charter and Bylaws of the Democratic Party of the United States," http://s3.amazonaws.com/apache.3cdn.net/58e635582dc516dd52_5wsmvyn09.pdf, acessado em janeiro de 2012.

11 Entrevista com o ativista do Partido Democrático, janeiro de 2010.

12 Ibid.

13 Gelb, J. (1989). "Feminism and Politics: A Comparative Perspective." Berkeley, USA: University of California Press, p. 64.

14 Gelb, J. (1989) "Feminism and Politics: A Comparative Perspective." Berkeley: University of California Press, p. 67.

15 Center for American Women and Politics. "Facts on Women in Stateside Elective Executive Office 2010." Disponível em http://www.cawp.rutgers.edu/fast_facts/levels_of_office/Statewide-CurrentFacts.php, acessado em janeiro de 2012.

16 Center for American Women and Politics. "State Legislature." Disponível em http://www.cawp.rutgers.edu/fast_facts/levels_of_office/state_legislature.php, acessado em janeiro de 2012.

17 Center for American Women and Politics. "Women Mayors in U.S. Cities 2009." Disponível em http://www.cawp.rutgers.edu/fast_facts/levels_of_office/Local-WomenMayors.php, acessado em janeiro de 2012.

BOX

ÍNDIA: COTAS, RESERVAS E PARTIDOS POLÍTICOS[1]

Apesar de seu status de maior democracia do mundo, a Índia tem ficado historicamente no último quartil no que se refere ao número de mulheres no parlamento. As eleições para o Lok Sabha de 2009 resultaram no recorde de 58 mulheres entre os 543 parlamentares eleitos, o maior desde a independência, aumentando a representação feminina no parlamento para 10,7 %.[2] Dezessete das mulheres eleitas tinham menos de 40 anos, o que sugere perspectivas promissoras para as mulheres jovens. Além disso, as mulheres obtiveram acesso aos mais altos cargos de liderança política, com a primeira mulher presidente, Pratibha Devisingh Patil, eleita em 2007, e com representação feminina na liderança de quatro partidos políticos, inclusive no partido do governo, o Partido do Congresso Indiano.

O progresso observado nessas estatísticas se baseia nos ganhos mais notáveis obtidos pelas mulheres por meio de um **sistema de reserva de assentos** no nível local, determinado por lei. Em 1993, as Emendas Constitucionais 73 e 74 fortaleceram as instituições do *panchayat raj* – o sistema de governo local da Índia – e determinaram que um terço de todos os assentos no *panchayat* e um terço de todas as presidências do *panchayat* fossem destinadas às mulheres. Estima-se que nos 15 anos seguintes às emendas constitucionais, mais de dois milhões de mulheres rurais tenham participado desses órgãos decisórios dos governos locais.[3] Alguns estados, como Karnataka, já haviam inserido as mulheres na política rural antes da obrigação imposta pela Constituição. Vários estados, inclusive Madhya Pradesh, Himachal Pradesh, Bihar e Uttarkhand, aumentaram para 50 % a porcentagem obrigatória de assentos para mulheres no *panchayat*.

> "EMBORA AS POLÍTICAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS INDIANOS APARENTEMENTE APOIEM UMA COTA DE UM TERÇO DE MULHERES, OUTRAS AÇÕES PRECISAM SER IMPLEMENTADAS PELOS PARTIDOS POLÍTICOS NO QUE SE REFERE À INCLUSÃO SIGNIFICATIVA DE MULHERES NOS PROCESSOS DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS E TOMADA DE DECISÕES."

Os partidos políticos também estão reconhecendo os benefícios de abrir suas estruturas à participação feminina. Em junho de 2009, o Partido do Congresso Indiano indicou Meira Kumar para o cargo de **primeira mulher porta-voz** da Câmara dos Deputados. Essa iniciativa promoveu a imagem do partido como um partido "pró-mulheres", aliado ao seu papel de ajudar Pratibha Patil a se tornar a primeira mulher presidente.4 Além disso, o fato de Meira Kumar ser membro da classe Dalit, pode ajudar o partido a fortalecer sua base tanto com mulheres como com homens da subcasta Dalit, após a eleição de Sonia Gandhi para a presidência do partido.

O Partido Bharatiya Janata (BJP, na sigla em inglês) também tem trabalhado para aumentar a representação feminina de vários níveis de castas na sua **liderança partidária**. Os esforços do BJP para promover as mulheres se beneficiaram da liderança

de uma mulher que participou da fundação do partido em 1981 e abraçou uma visão inicial para o papel das mulheres no partido. As estratégias do BJP para melhorar a posição feminina no partido incluíram um programa de liderança feminina, uma academia de liderança para mulheres entre 18 e 35 anos, oficinas para mulheres estudantes, profissionais de TIC e mulheres em comunidades rurais, além de assistência financeira e programas de arrecadação de fundos para mulheres candidatas.[5] Em 2008, a executiva nacional do BJP também alterou a constituição do partido, a fim de **reservar 35 % dos cargos de liderança do partido** para as mulheres e incluir a chefe da filial nacional feminina entre os membros do comitê eleitoral central do partido. As mulheres líderes do BJP introduziram políticas inovadoras, especialmente nos níveis subnacionais.[6] Em Rajastan, uma governadora do BJP adotou táticas de campanha para identificar eleitores do sexo feminino, o que aumentou sua base de apoio e lhe permitiu vencer com folga as eleições estaduais.

Embora as políticas dos partidos políticos indianos aparentemente apoiem uma cota de um terço de mulheres, outras ações precisam ser implementadas pelos partidos políticos no que se refere à inclusão significativa de mulheres nos processos de seleção de candidatos e tomada de decisões.[7] No nível local, onde as mulheres estão cada vez mais presentes no *panchayats,* os homens continuam dominando as estruturas partidárias locais, apresentando-se como aqueles que podem vencer as eleições para os seus partidos. No parlamento, as frentes partidárias dominadas pelos homens continuam determinando quem pode falar e que questões políticas devem ser abordadas, impedindo a evolução da Lei de Representação Feminina de 1996 que dispõe sobre uma cota nacional e outras contribuições, mais amplas, das mulheres.

NOTAS DE FIM

1 Este estudo de caso não apresenta uma análise abrangente das iniciativas de todos os partidos políticos no país, mas mostra ações concretas de alguns partidos mais profundamente. A análise e as recomendações não necessariamente refletem as opiniões do PNUD ou do NDI.

2 The Lok Sabha is the directly-elected câmara baixa of the Parliament in India (http://loksabha.nic.in/, acessado em janeiro de 2012).

3 The Hunger Project. (2009). "Two Million Women Leaders and Counting: Indian Women Participate in Their Local Government." International Museum of Women: Women, Power and Politics Online Exhibition. Disponível em http://www.imow.org/wpp/stories/viewStory?storyId=100, acessado em janeiro de 2012.

4 Pasricha, A. (2009). "India's Parliament Chooses First Woman Speaker." *Voice of America News*. Disponível em http://www1.voanews.com/english/news/a-13-2009-06-03-voa11-68826467.html, acessado em janeiro de 2012.

5 Entrevista com o ativista do partido BJP, julho de 2009.

6 Ibid.

7 Entrevista com a presidente de uma organizaçãofeminina indiana, julho de 2009; Nagpal, S. (2008). "O BJP reserva 33 % dos cargos no partido às mulheres. Disponível em http://www.topnews.in/bjp-reserves-33-partys-posts-women-217313, acessado em janeiro de 2012.

BOX

INDONÉSIA: RECRUTAMENTO DE CANDIDATAS E COTAS PARTIDÁRIAS[1]

Ao longo da última década, a Indonésia avançou muito em sua transição democrática. As mulheres ocupam 18,2 % dos assentos na Câmara dos Deputados. Mulheres ativistas de partidos e da sociedade civil na Indonésia defenderam com sucesso uma cota de 30 % para as mulheres nas listas dos partidos de candidatos ao parlamento, com um mandato de colocação, apenas para ver seus esforços prejudicados pela introdução de um sistema de lista aberta nos meses que antecederam as eleições de abril de 2009. As candidatas foram forçadas a fazer campanha ativa dentro de seus partidos para obter colocação significativa na listas de candidatos.

O Partido Democrático Indonésio da Luta (PDIP) foi um dos partidos que conseguiu conduzir mais mulheres para cargos eletivos, com as mulheres perfazendo 20 % da frente parlamentar do PDIP em 2009. Desde 2000, antes da aprovação da cota eleitoral, as mulheres ativistas do PDIP fizeram lobby pela revisão dos estatutos do partido para incluir uma **cota de 20 % para as mulheres** em todas as estruturas do partido. As mulheres membros do PDIP também trabalharam para garantir a extensão da cota interna para o pessoal do partido e para os níveis subnacionais do partido. As mulheres chamaram atenção dentro do partido para os benefícios de ter mulheres em cargos frequentemente dominados por homens. Até 2009, as mulheres no PDIP ocupavam três dos 47 altos cargos dentro do partido, incluindo os de presidente, vice-presidente de assuntos da mulher e vice-secretária-geral. No entanto, as mulheres membros do partido também chamaram atenção para o fato de que ter mulheres em cargos de liderança não seria suficiente para que as mulheres influenciassem decisões, estratégias e políticas importantes. Com base na popularidade da cota interna, em 2010 a liderança do PDIP reformou seus estatutos para aumentar a cota interna para 30 %, esperando que a nova cota encorajasse mais candidatas a concorrer e se eleger nas eleições de 2014.

> “AS CANDIDATAS FORAM FORÇADAS A FAZER CAMPANHA ATIVA DENTRO DE SEUS PARTIDOS PARA OBTER COLOCAÇÃO SIGNIFICATIVA NAS LISTAS DE CANDIDATOS.”

No período que antecedeu às eleições de 2009, o **Departamento de Empoderamento das Mulheres,** o braço feminino do PDIP, contou com o apoio da diretoria do partido para promover a colocação de mulheres em posições passíveis de ganhar nas listas dos partidos. Tanto as mulheres membros quanto os líderes do partido reconheceram que a colocação ainda era importante nos sistemas de lista aberta, já que muitos eleitores na Indonésia ainda eram inexperientes com esse sistema eleitoral específico e tendiam a votar na primeira pessoa da lista ao escolher seu partido. As mulheres na liderança do partido, portanto, desempenharam um papel fundamental na defesa da colocação mais alta das candidatas na lista. Ao determinar a colocação de candidatos individuais nas listas dos partidos, o PDIP havia estabelecido um sistema de pontuação para os candidatos que levava

em consideração questões como tempo de serviço no partido, atividades cívicas, prêmios e treinamento e educação. Esse sistema ajudou a demonstrar para o partido que as mulheres do PDIP já atendiam aos critérios e garantiu-lhes atenção no que foi descrito por uma entrevistada como um ambiente político "fortemente patriarcal".[2]

O Departamento de Empoderamento das Mulheres do PDIP também procurou a área de capacitação do partido para desenvolver e implementar um programa de treinamento para as candidatas, que foi implantado em 2003. Esses treinamentos buscavam aumentar as habilidades políticas das mulheres no partido e foram considerados bem-sucedidos em ajudar as mulheres a aprender a "defender seus próprios interesses no nível local."[3]

No entanto, as ativistas continuam expressando preocupações de que alguns partidos políticos na Indonésia atendem as suas cotas internas colocando as mulheres em posições onde elas não têm impacto sobre os processos decisórios do partido. Um membro de um partido observou que a maioria das mulheres são frequentemente designadas para cargos de "secretariado ou contabilidade do partido, ou no inventário interno do partido."[4] Um número de mulheres políticas também comentou que, embora o trabalho de capacitação seja valioso, as novas habilidades de liderança das mulheres têm pouco significado em um sistema político que continua sendo influenciado por dinheiro e clientelismo. Um entrevistado disse que, para ganhar uma eleição, as variáveis mais importantes são "dinheiro, [estar na primeira] posição na lista do partido, conexões familiares e, por último, a campanha", nessa ordem. O sistema de lista aberta é considerado mais um obstáculo no financiamento das candidatas, pois faz com que membros do mesmo partido compitam diretamente uns com os outros.

NOTAS DE FIM

1 Esta caixa não apresenta uma análise abrangente de todas as iniciativas ou de todas as partes interessadas no país que atuam na promoção da participação política das mulheres, mas mostra algumas ações concretas de um partido específico.

2 Alguns observadores internacionais na Indonésia sugeriram que não teria feito diferença se as listas tivessem permanecido fechadas nas eleições de 2009, porque nenhum partido teria ganho mais do que um ou dois assentos em cada província, uma vez que havia uma média de seis vagas por distrito e vários partidos disputando esses assentos. Mesmo com a cota de 30 %, as mulheres provavelmente teriam sido listadas em terceiro lugar e, portanto, não seriam eleitas de qualquer maneira. Portanto, a cota legal como está formulada não teria garantido uma maior representação das mulheres no Parlamento.

3 Entrevista com ativista do partido, agosto de 2009.

4 Ibid.

MARROCOS: ATIVISMO TRANS-SETORIAL PARA PROMOVER COTAS PARTIDÁRIAS PARA CANDIDATOS[1]

UNDP

Contexto

Marrocos tem um sistema político híbrido com uma monarquia relativamente forte convivendo com a política parlamentar. A câmara baixa é eleita por meio de um sistema de representação proporcional, e a câmara alta é eleita indiretamente por conselhos locais, organizações profissionais e sindicatos. Há 18 partidos representados na câmara baixa, organizados em vários grupos parlamentares. Seis desses partidos têm 25 ou mais assentos no parlamento.

Em 2002, os partidos políticos assinaram uma carta que reservou 30 lugares na câmara baixa (10 % do total dos membros) para as mulheres, a serem preenchidos a partir de listas nacionais.[2] Como resultado, as mulheres representaram 10,7 % dos parlamentares eleitos em 2002 e 10,5 % em 2007. Esta proporção dobrou para 60 assentos para as mulheres antes da eleição de 2011 e, como resultado, as mulheres já detêm 17 % dos assentos na assembleia. Na câmara alta, onde não existe tal acordo, as mulheres representam apenas 2 % dos membros.

Justificativa para o Aumento da Participação Feminina

Na Cimeira Árabe de 2004, os líderes estaduais manifestaram seu compromisso de "... ampliar a participação das mulheres nos campos político, econômico, social, cultural e educacional, e fortalecer seus direitos e status na sociedade."[3] No Marrocos, as perspectivas

PALAVRAS-CHAVE

Mobilização das mulheres
Cota de candidatos
Políticas partidárias

RESUMO: MARROCOS

Nome do parlamento	Parlamento de Marrocos
Estrutura do parlamento	Bicameral (Câmara dos Conselheiros e da Câmara dos Deputados)
Tipo de sistema eleitoral	Representação proporcional (câmara baixa)
Última eleição legislativa	Novembro de 2011
Número de mulheres eleitas (câmara baixa)	67 de 395 (17 %)

Este estudo de caso apresenta algumas iniciativas empreendidas por organizações da sociedade civil e partidos políticos para promover a participação das mulheres dentro dos partidos e no contexto das eleições, embora essas não sejam as únicas iniciativas no Marrocos. O estudo de caso centra-se na participação das mulheres no nível nacional, que é muito maior do que em outros níveis de governança.

para as posições políticas e envolvimento das mulheres melhoraram paralelamente ao processo geral de reforma institucional para a democracia durante a última década. O governo marroquino assumiu o compromisso de promover a representação das mulheres nas estruturas eletivas e combater todas as formas de descriminação de gênero.[4] Apesar da existência desses compromissos expressos, e avanços têm sido feitos nos últimos anos, a participação das mulheres na vida política continua enfrentando desafios.[5]

Estratégias empregadas

(A) MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES

As mulheres marroquinas durante muitos anos se esforçaram para conseguir maior participação social e política, inclusive nas seções femininas dos partidos políticos, e por meio de associações independentes vinculadas a partidos. Seus esforços combinados foram um fator crucial que levou à reforma do Código da Família (Mudawana) em 2003, que abordou a discriminação cultural e judicial enfrentada pelas mulheres devido ao status jurídico inferior no código anterior.[6] Essa reforma informou e foi influenciada por outras alterações no status sócio-econômico e político das mulheres.

Coalizões de OSC de mulheres e membros do partido trabalharam para **aumentar a consciência cívica** sobre o valor da participação política das mulheres e os dispositivos para a igualdade de direitos das mulheres na constituição marroquina. Um amplo leque de organizações de mulheres locais e internacionais se mobilizaram para defender um sistema de cotas nacionais, gradualmente conscientizando o público e trazendo a atenção da mídia para a representação das mulheres por meio de campanhas de sensibilização, seminários e palestras públicas e atividades de capacitação. Um discurso público começou a se formar em torno das questões de exclusão das mulheres, o direito das mulheres à participação e o papel da cotas.[7]

Ao longo de sua campanha pelas cotas, mulheres líderes cívicas e partidárias alavancaram protocolos internacionais, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e a oportunidade de melhorar a posição do Marrocos na comunidade internacional em seus esforços de lobby junto às lideranças masculinas dos principais partidos, o primeiro-ministro e o palácio.

(B) COTAS ELEITORAIS

Todos os atores que lutavam por maior participação das mulheres na política se uniram em uma campanha articulada realizada por uma coalizão de organizações de mulheres. Uma Comissão Nacional composta por 20 alas de mulheres dos partidos políticos e organizações de direitos das mulheres pressionaram os líderes partidários, ministros do gabinete e o público para obter apoio a propostas políticas e jurídicas concedendo às mulheres maior participação política.8 Em 2002, esse esforço coordenado de advocacy resultou em um acordo entre os partidos políticos para reservar 30 assentos na câmara baixa do parlamento para as mulheres, preenchidos a partir de uma lista nacional. A cota não foi formalizada em lei, e em vez disso existiu como um "acordo" entre os partidos políticos.

Com base nesse acordo, em 2008 o governo introduziu uma lei de cotas de gênero de 12 % para as eleições comunais, que foi aplicada no ano seguinte. Como parte desse código eleitoral atualizado, assentos foram adicionados aos diversos conselhos comunais, tornando

possível aos partidos cumprir a meta acordada. Em uma eleição histórica que marcou os avanços na participação das mulheres, mais de 3.400 mulheres foram eleitas para cargos locais em junho de 2009, na sequência da adoção de uma cota determinando um mínimo de 12 % de representação de mulheres eleitas para órgãos locais.9

As reformas constitucionais em 2011 dobraram o número de assentos nacionais reservados para as mulheres de 30 para 60 dos 395 assentos no parlamento (15 %). O Código Eleitoral também foi alterado de modo a aumentar o número de assentos e reformar a estrutura de eleição. Como resultado dessas mudanças e do papel ativo da sociedade civil e grupos de mulheres, a proporção de mulheres membros do parlamento aumentou de 10 para 17 % nas eleições de 2011.[10]

(C) POLÍTICAS PARTIDÁRIAS

Dentro contexto da evolução política marroquina, a União Socialista das Forças Populares (USFP) foi o primeiro partido a pôr em prática **cotas internas** durante seu sexto congresso em 2000, com uma cota de 20 % para todos os conselhos do partido e órgãos de liderança no nível local e nacional. O partido também estabeleceu uma cota de 20 % para a representação das mulheres nas listas de candidatos eleitorais. Para ajudar a ganhar o apoio da liderança de seus partidos, ativistas partidárias vincularam sua campanha pela expansão dos direitos das mulheres e a plena participação das mulheres na política a discussões mais amplas em torno da igualdade de gênero, democratização e melhoria das relações externas entre Marrocos e a comunidade internacional. Além do USFP, o Partido Istiqlal adotou critérios de seleção para assegurar a colocação das mulheres em suas listas nacionais.[11]

A maioria dos principais partidos políticos marroquinos criou **seções femininas ou estruturas internas comparáveis** que abordam as questões das mulheres e as necessidades dos membros femininos do partido. Por exemplo, o Partido do Progresso e Socialismo (PPS) criou um conselho de igualdade para garantir a representação das mulheres no partido nos processos decisórios. O USFP tem trabalhado de modo a refletir os direitos das mulheres em sua plataforma, abordando questões como a lei da cidadania, que garante direitos aos filhos de mulheres marroquinas com estrangeiros. Atendendo a seus próprios eleitores, outros partidos implementaram estratégias de promoção semelhantes, considerando que é desejável ser visto como partido que promove o empoderamento das mulheres.

Resultados e Caminho à frente

As reformas constitucionais e eleitorais, e a formalização dos assentos reservados para as mulheres, têm permitido a participação política das mulheres no Marrocos. Antes do acordo de assentos reservados para as mulheres, apenas duas mulheres haviam atuado na câmara baixa do parlamento. Enquanto isso, nas eleições comunais de 2009, a cota de nível local permitiu que o número de vereadoras eleitas saltasse de 127 para mais de 3.400, superando as expectativas, com as mulheres ocupando 12,4 % dos assentos disponíveis nos conselhos. Em geral, a cota foi um fator motivador para que mais de 20.000 mulheres, em todos os partidos políticos, se candidatassem nas eleições de 2009.[12]

Contudo, a dependência no sistema de cotas é forte, em parte devido à falta de estratégias complementares ou políticas em vigor para promover a participação política das mulheres de outras maneiras. Além disso, o grosso do financiamento dos partidos políticos vem por meio de um sistema de financiamento público. As decisões sobre como gastar os recursos públicos ainda se concentram nas mãos das lideranças partidárias masculinas, e não há mecanismos para garantir que as candidatas receberão o financiamento de que necessitam para realizar campanhas eleitorais bem-sucedidas.

O avanço das mulheres por meio de um acordo entre os partidos políticos ajudou a construir bases de liderança das mulheres em todos os partidos políticos marroquinos à medida que o Marrocos continua sua evolução democrática, essas estruturas partidárias estarão bem

posicionadas para promover o desenvolvimento de um papel mais amplo e um maior impacto das mulheres na política. As mulheres já eleitas no nível local, que procuram trabalhar além das linhas partidárias, podem conduzir campanhas de sensibilização pela maior aplicação das cotas e outras políticas de base.

Notas

1 Este estudo de caso não apresenta uma análise abrangente de todas as iniciativas de todos os partidos políticos ou organizações do país, mas apresenta algumas ações concretas em um determinado momento no tempo. A análise e as recomendações não necessariamente refletem as opiniões do PNUD ou NDI.

2 Tahri, R. (2004). "Women's Political Participation: The Case of Morocco." In Julie Ballington, ed. (2004). T*he Implementation of Cotas: African Experiences*, International IDEA, p. 32. Disponível em http://www.idea.int/publications/cotas_africa/index.cfm, acessado em janeiro de 2012.

3 United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women (UN-INSTRAW). (2009). "North Africa: Women's Political Participation." Disponível em Women Living Under Muslim Laws, http://www.wluml.org/node/5231~~HEAD=NNS.

4 Gribaa, B. (2009). *Mapping of the situation of women participation in politics in Algeria, Morocco and Tunisia*. UN-INSTRAW e Centro de Formação Mulheres Árabes e Pesquisa (CAWTAR). Disponível em http://www.womenpoliticalparticipation.org/upload/publication/publication2.pdf, acessado em janeiro de 2012.

5 UN-INSTRAW, 2009.

6 Gribaa, 2009.

7 Tahri, 2003.

8 Liddell, J. (2009) "Gender Cotas in Clientelist Systems: The Case of Morocco's National List.". Em al-Raida (*The Pioneer*), Edição 126-127, pp 79-86. Disponível em http://inhouse.lau.edu.lb/iwsaw/raida126-127/EN/p001-105.pdf, acessado em janeiro de 2012, p. 82.

9 National Democratic Institute for International Affairs (NDI). (2009). "Morocco." Disponível em http://www.ndi.org/morocco, acessado em janeiro de 2012.

10 Make Every Woman Count. (2011). "Women Political Participation & Elections Monitoring: MOROCCO Parliamentary Election 2011." Disponível em http://www.makeeverywomancount.org/index.php?option=com_content&view=article&id=2124:morocco-parlamentary-elections-2011&catid=69:political-participation-a-election-monitoring&Itemid=170, acessado em janeiro de 2012.

11 Liddell, 2009, p. 83.

12 Morocco News. (2009). "Over 20,000 women to run for 2009 local elections." Disponível em http://morocco.marweb.ma/politics/women-local-elections.txt, acessado em janeiro de 2012

MÉXICO: APOIO À REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES POR MEIO DE COTAS E FUNDOS ESTADUAIS PARA CAPACITAÇÃO[1]

COMSTOCK IMAGES

Contexto

O Congresso Mexicano é bicameral, composto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Ambas as câmaras são eleitas por meio de um sistema misto que combina representação proporcional e assentos de mandato único. Não há reeleição no México, o que resulta em alianças mais fortes com o partido do que com candidatos individuais, e coloca maior pressão sobre os representantes eleitos para implementar suas plataformas dentro do prazo de seus mandatos.

O México tem um sistema multipartidário competitivo, com três grandes partidos: o Partido Revolucionário Institucional (PRI), o Partido da Revolução Democrática (PRD) e o Partido da Ação Nacional (PAN). Além disso, existem vários partidos menores disputando o poder em

Este estudo de caso apresenta algumas das estratégias desenvolvidas pelo PAN para promover a participação das mulheres dentro do partido e no contexto das eleições. Embora não seja o único partido político mexicano que tem procurado ampliar sua base eleitoral apelando para as mulheres, é um dos poucos partidos políticos com tendência à direita que adotaram cotas partidárias internas. O estudo de caso centra-se na participação das mulheres no nível federal.

PALAVRAS-CHAVE

Mobilização das mulheres
Financiamento de candidatas
Cotas partidárias internas

RESUMO: MÉXICO

Nome do parlamento	Congresso da União
Estrutura do parlamento	Bicameral (Senado e Câmara dos Deputados)
Tipo de sistema eleitoral	Sistema misto proporcional (Câmara dos Deputados))
Última eleições legislativas	Julho de 2009
Número de mulheres eleitas	141 de 500 (28,2 %)

todos os níveis que, apesar de elementos de relações clientelistas, sustentam plataformas baseadas na ideologia do partido. Comparado com alguns de seus vizinhos latino-americanos, o México tem ficado para trás em termos de participação das mulheres no parlamento. No entanto, os partidos políticos estão cada vez mais tomando medidas para promover o empoderamento das mulheres.

Justificativa para o Aumento da Participação Feminina

A pressão para aumentar a participação das mulheres surgiu a partir das mulheres nos principais partidos políticos, bem como de atores da sociedade civil e da organização das mulheres, que estavam monitorando cuidadosamente os sucessos de seus vizinhos latino-americanos com as cotas de gênero. Na esteira das eleições históricas de 2000 e da transferência de poder da presidência do PRI pela primeira vez em mais de sete décadas, os partidos políticos não podiam ignorar o ambiente político cada vez mais competitivo no México. No caso do PAN, os líderes políticos reconheceram a importância das eleitoras na consolidação dos ganhos recém-conquistados do partido.

Com apoio unificado para um projeto de lei de cotas entre as mulheres do PAN e o apoio das mulheres dos outros partidos, foi gerada a massa crítica necessária para convencer os líderes do partido PAN a apoiar o projeto de lei de cotas. As mulheres políticas trabalharam com atores cívicos para incorporar uma **cota legislada de gênero** na legislação eleitoral do México, o Código Federal de Instituições e Procedimentos Eleitorais - COFIPE. A cota é estabelecida no artigo 219 do COFIPE, e estipula que os partidos políticos devem garantir que as mulheres constituam pelo menos 40 % dos candidatos, o que se aplica tanto às listas de candidatos para a eleição à PR e aos candidatos às eleições gerais.[2] O artigo 220 do COFIPE também exige que pelo menos dois em cada cinco candidatos da lista do partido sejam mulheres, com alternância de homens e mulheres.

Embora a cota tenha sido um passo positivo, com aplicação de mecanismos mais fortes do que as políticas anteriores legais ou partidárias, no sistema eleitoral misto do México as cotas foram inadequados como única solução para a multiplicidade de desafios enfrentados pelas mulheres que buscam a igualdade na política. O PAN, à direita do centro, é um dos partidos políticos que defenderam fortemente a cota nacional e buscaram a implementação de iniciativas partidárias complementares para enfrentar os diversos obstáculos à participação política das mulheres.

Estratégias empregadas

(A) CONSTRUÇÃO DE ALIANÇAS ESTRATÉGICAS PARA A REFORMA

Construindo uma base sólida de ativismo feminino no partido, as mulheres do PAN alavancaram **alianças estratégicas** com outros atores partidários e cívicos para obter apoio do PAN à cota nacional de gênero e à legislação de financiamento público para os partidos, o que permitiria a capacitação das candidatas, bem como o estabelecimento de cotas internas para deixar as mulheres membros em melhor posição para aproveitar essas oportunidades de reforma nacional.

A lei nacional de cotas no México foi produto de uma **campanha multipartidária** realizada por OSC mexicana, assim como mulheres ativistas e legisladoras dos principais partidos, que se estendeu de 1991 a 2008. Essa aliança se uniu em torno da prioridade de eleger mais mulheres para o Congresso. Os esforços de advocacy dessas mulheres atingiram momentos críticos em 1992, 1996 e 1998, e resultados iniciais moderados foram alcançados com uma série fraca de reformas em 1993 e 1996. A cota de gênero de 30 % finalmente ganhou reforço nos termos do artigo 175 do COFIPE 2002, e foi fortalecida em 2007 para sua forma atual de 45 %.

Legisladoras de todas as linhas partidárias da Comissão Parlamentar sobre Assuntos de Equidade e Gênero estiveram envolvidas nas reformas eleitorais de 2007

e desempenharam um papel fundamental ao colocar a questão na pauta. Muitas das mesmas ativistas partidárias que ajudaram a criar a cota do COFIPE 2007 estiveram envolvidas na defesa de cotas partidárias internas em seus respectivos partidos e estavam cientes da necessidade de **estabelecer mecanismos de aplicação local** para impedir que as mulheres ficassem no fim das listas dos partidos, como acontecera com as leis de 1996 e 2002. Como resultado, a lei de 2007 determina que partidos que não preencherem sua cota de mulheres candidatas têm 48 horas para corrigir suas listas antes de serem publicamente repreendidos; 24 horas após a reprimenda, o Conselho Geral do Instituto Federal Eleitoral (IFE) se recusará a registrar a lista (COFIPE, artigo 221) se as alterações não foram feitas.

As mulheres líderes do PAN trabalharam muito para informar e influenciar seus colegas do sexo masculino a apoiar as reformas de 2007, contando com o apoio de German Martinez Cazares, o então presidente do PAN, que desempenhou um papel significativo reunindo as fileiras do partido. Depois de já terem alcançado cargos de grande visibilidade no Congresso e na liderança do partido, as mulheres líderes do PAN estavam bem posicionadas para ganhar os ouvidos de Cazares e demonstrar sua credibilidade fazendo lobby pelo apoio do partido.

Preparando o terreno para o **apoio interno do partido** à cota, as ativistas do PAN contaram com a longa história de ativismo das mulheres no PAN. O papel das mulheres no partido evoluiu substancialmente ao longo dos anos. Durante os primeiros anos do partido, a Comissão do PAN para a Promoção das Mulheres incluiu responsabilidades como organizar alimentação e alojamento em eventos do partido e voluntariado em diversas campanhas políticas. Mais recentemente, as mulheres mais jovens do partido fazem parte de "uma nova geração de membros jovens do PAN, que são agressivas, novas e não hesitam em assumir cargos de poder." [3]

(B) COTAS PARTIDÁRIAS INTERNAS

O PAN também estabeleceu várias políticas para ajudar a garantir a representação das mulheres em todas as estruturas partidárias. Os dois órgãos decisórios mais poderosos do partido são o Conselho Nacional e a Comissão Executiva Nacional, ambos com 30 % ou mais mulheres. O PAN implementou uma **cota interna de 40 %** para sua CEN, para os comitês estaduais e para os comitês municipais, mas tem enfrentado desafios em atender plenamente esse padrão. Outros partidos do México também implementaram cotas internas, incluindo o PRI e o PRD. Em 2001, o PRI reformou o artigo 38 do Estatuto Social do partido para incluir a paridade de gênero na nomeação de candidatos, e, em 1993, o PRD aprovou uma cota partidária interna voluntária.

A eleição direta do PAN de seu comitê municipal por membros locais do partido também tem facilitado a participação de mais mulheres nas estruturas partidárias no nível local. As mulheres que demonstraram liderança em suas comunidades tiveram mais sucesso em ganhar a atenção de outros membros locais do partido do que da Comissão Executiva Nacional ou comitês estaduais, cujos membros são nomeados pelos conselhos estaduais e nacionais do PAN.

Embora a prática da cota e da eleição direta não garanta a igualdade de representação das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão, há mulheres presentes nos órgãos decisórios do PAN que exercem influência sobre as políticas, plataformas e decisões do partido. Além disso, a minuta da plataforma do partido é submetida à secretária da frente das mulheres do partido para que ela possa revisá-la com uma lente de gênero antes de ser finalizada, garantindo que as questões de interesse para as mulheres do PAN sejam refletidas no documento. Segundo uma oficial, "As mulheres são importantes na plataforma, nos projetos, nas políticas, nas opiniões e nas consultas públicas ... (e) são consultadas sobre como as coisas são feitas." [4]

(C) FINANCIAMENTO PÚBLICO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

O PAN e outros partidos estiveram envolvidos na aprovação da "Lei dos 2 %" do México, prevista no artigo 78 do COFIPE, e procuraram tirar vantagem dela. Esse artigo determina que **pelo menos 2 % do financiamento público dos partidos políticos** deve ser empregado especificamente em programas destinados à formação, promoção e desenvolvimento da liderança política das mulheres. Embora o volume de recursos seja insuficiente para atender todas as necessidades políticas das mulheres, a lei obriga os partidos a empenhar recursos para capacitar as mulheres e ajudá-las a fortalecer suas posições dentro do partido. Os fundos estaduais podem ser usados para atender uma série de necessidades das mulheres, como a implementação de oficinas de formação ou aquisição de equipamentos para os diretórios das mulheres. A decisão sobre como usar esse financiamento estadual é tomada inicialmente pelo escritório central do partido e, em seguida, pelas alas femininas dos partidos estaduais. No entanto, o escritório central do partido pode implementar medidas adicionais para garantir que o dinheiro seja alocado e usado de forma adequada, como exigir que os comitês estaduais do PAN apresentem planos de trabalho para capacitação. Alguns tesoureiros estaduais do PAN que não utilizaram esse dinheiro de forma adequada foram afastados do cargo.

Resultados

Os dispositivos sobre as cotas no COFIPE foram instrumentais para trazer mais mulheres para a política mexicana. Em 2000, antes da aprovação da cota, 18 % dos assentos de ambas as câmaras do Congresso mexicano eram ocupados por mulheres; nas eleições de 2009, 28 % dos legisladores eleitos eram mulheres.[5]

Dentro do PAN, a participação das mulheres nos escritórios municipais do partido também ajudou a construir a confiança e as habilidades políticas das mulheres membros do partido, com um impacto gradual na participação das mulheres nos níveis estadual e nacional. As mulheres constituem, atualmente, 24,3 % dos legisladores estaduais do PAN, índice superior à média nacional de 21,4 %.[6] Além disso, uma ativista do partido percebe que mais mulheres ativistas voluntárias no nível local estão concorrendo a cargos eletivos locais, ajudando as mulheres na transição de "apenas voluntárias para aprender a tomar decisões." Espera-se que a Lei dos 2 % também promova a entrada no cenário político nacional de mulheres capacitadas dos vários subníveis de governo. No entanto, como esta é uma nova lei, sua eficácia ainda não foi inteiramente determinada.

Desafios e Caminho à Frente

A lei de cotas do COFIPE se aplica apenas à parte das listas dos partidos da eleição e não à nomeação de candidatos nos distritos. Tem havido uma tendência no Congresso Mexicano onde as mulheres cedem seus assentos no Congresso para substitutos do sexo masculino depois de tomar posse. Nas semanas seguintes às eleições de julho de 2009 e antes de tomar posse, 11 mulheres abriram mão do cargo e foram substituídas por homens. Essa prática de substituição de mulheres eleitas foi documentada e denunciada por mulheres ativistas, acadêmicos e funcionários públicos apartidários de todo o México. Esses atores externos exigiram um grau maior de regulação e fiscalização tanto da cota quanto da Lei dos 2 %.

A partir de 2009, 18 dos 32 estados mexicanos também haviam promulgado leis de cotas para os órgãos legislativos estaduais, com Chihuahua, Oaxaca, Sonora e Sinaloa na liderança em 2000. No entanto, várias deficiências foram identificadas com as cotas subnacionais e, em 2006, o estado de Sonora chegou a abandonar a sua cota, reconhecendo que a forma como a lei foi redigida prejudicava a representação das mulheres.[7] Da mesma forma, mulheres que já haviam conseguido um ponto de apoio nos escritórios municipais do partido não conseguiram ganhar cargos públicos locais, e as mulheres continuam representando menos de 5 % dos prefeitos no México.

As cotas partidárias internas do México produziram resultados inconsistentes para as mulheres. Embora o PRD tenha sido o primeiro partido político no México a adotar uma cota, só conseguiu atingir a cota uma vez, em 1997. A comissão estadual do PAN para o Estado do México tem apenas sete mulheres membros de um total de 107.[8] A ausência de mulheres neste nível por sua vez restringe as oportunidades das mulheres nos níveis superiores do partido. Uma entrevistada também mencionou outra tendência, qual seja, que as mulheres mais ativas no PAN são "solteiras, viúvas ou divorciadas."[9] Isso sugere que o PAN não implementou práticas sensíveis a gênero suficientes para permitir que as mulheres equilibrem adequadamente a família e a vida política, impedindo assim que as mulheres busquem carreiras políticas.

As diferentes leis de cotas também não garantiram a diversificação do conjunto de mulheres de onde são selecionadas as candidatas para preencher as cotas. No México, a maioria das mulheres na política tende a vir das cidades e ter alto grau de escolaridade, enquanto as mulheres rurais com menos recursos e educação ainda enfrentam grandes barreiras para entrar na área da política formal, e como resultado, seus talentos fazem falta quando são elaboradas soluções para os problemas locais e nacionais.

Além disso, as atuais leis e políticas de cotas de gênero precisam se alinhar com os 12 milhões de indígenas mexicanos. As leis de "Usos e Costumes" em vigor nos estados mexicanos com grandes populações indígenas protegem as estruturas e práticas tradicionais indígenas de governança e apresentam um desafio adicional para as mulheres, já que seu papel nas sociedades indígenas é frequentemente definido como fora das estruturas decisórias.

De modo geral, o caso do México demonstra que as cotas são apenas um ponto de entrada para abordar a representação das mulheres. Elas exigem mecanismos de aplicação significativos e medidas partidárias complementares que abordem os recursos humanos e financeiros necessários para que as mulheres se elejam e governem efetivamente, individual e coletivamente, especialmente à luz da ausência de reeleição.

Notas

1 Este estudo de caso não apresenta uma análise abrangente das iniciativas de todos os partidos políticos no país, mas apresenta ações concretas de alguns partidos em detalhe. A análise e as recomendações não necessariamente refletem as opiniões do PNUD ou NDI.

2 IDEA, Universidade de Estocolmo e UIP. (2010). "Mexico." Global Database of Electoral Quotas for Women. Disponível em http://www.cotaproject.org/uid/countryview.cfm?country=157, acessado em janeiro de 2012.

3 Entrevista com ativista do PAN, agosto de 2009.

4 Entrevista com oficial do partido PAN, agosto de 2009.

5 Globalis. "Mexico: Seats in Parliament Held by Women." Disponível em http://globalis.gvu.unu.edu/indicator_detail.cfm?IndicatorID=63&Country=MX, acessado em janeiro de 2012.

6 Estatísticas fornecidas por ativista do PAN.

7 IDEA, Universidade de Estocolmo e IPU, 2010.

8 Ibid.

9 Entrevista com ativista do PAN, agosto de 2009.

BOX

PERU: FÓRUM DAS MULHERES DE MOBILIZAÇÃO PELAS COTAS

FÓRUM DAS MULHERES CONSEGUIU ALAVANCAR AS NOVAS COTAS NA REGIÃO A FIM DE MOBILIZAR PARA COTAS NACIONAIS.

Conforme demonstrado no caso do México, ao longo dos anos 1990 houve cada vez mais conscientização na América Latina quanto à necessidade de criar mais oportunidades políticas para as mulheres e uma onda de legislações de cotas foram criadas como resultado. Em 1994, uma coalizão de organizações de mulheres no Peru chamada Fórum das Mulheres conseguiu alavancar as novas cotas na região a fim de mobilizar para cotas nacionais. Ao ganhar apoio de mulheres ativistas chaves nos partidos, o presidente Fujimori acabou sendo convencido de apoiar as deliberações no congresso em prol da lei de cotas.

Em 1997, os esforços coordenados de mulheres líderes na sociedade civil e partidos políticos levou à promulgação de uma lei com cota de 25 por cento para as listas dos partidos e depois 30 por cento nas eleições municipais e nacionais. Os partidos enfrentam a rejeição de sua lista em caso de não cumprimento à cota. Embora o mecanismo de implementação ainda tenha que ser aplicado, a aprovação das cotas abriu portas para aumentar substancialmente o número de mulheres no parlamento, de 11 para 29 por cento nas eleições de 2006.

REINO UNIDO: NOMEANDO MULHERES CANDIDATAS EM ASSENTOS VITORIOSOS[1]

Contexto

O Reino Unido é uma monarquia constitucional em que a Rainha é a chefe de Estado e o primeiro-ministro é o chefe de governo. O Parlamento, ou Westminster, é bicameral, composto da Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns. Os membros da Câmara dos Comuns são eleitos diretamente em distritos uninominais com mandatos de cinco anos. O Reino Unido é um sistema multipartidário e o Partido Conservador e o Partido Trabalhista têm dominado o parlamento desde os anos 1920. Na Câmara dos Comuns, as mulheres representam 22 por cento dos membros eleitos do Parlamento, um aumento de 2,5 por cento sobre o Parlamento anteriormente eleito em 2005.[2]

A evolução do empoderamento político das mulheres e seu envolvimento no parlamento têm sido lentos. Diferentes estratégias têm sido utilizadas pelos partidos políticos para aumentar a proporção de mulheres eleitas no sistema eleitoral *first-past-the-post* (regra majoritária). O sistema eleitoral não favorece a eleição de mulheres particularmente, colocando-as em concorrência direta com os homens, muitas vezes homens com vasto histórico, nome reconhecido e maior acesso ao financiamento necessário para executar uma campanha bem-sucedida. O sistema eleitoral do vencedor-leva-tudo também torna mais difícil de implementar as cotas de candidatas, pois as estratégias têm se centrado na nomeação das mulheres em concorrer em posições vitoriosas.

FOTOLIA/RUI VALE DE SOUSA

PALAVRAS-CHAVE

Nomeação de candidatas

Reforma na política do partido

RESUMO: REINO UNIDO

Nome do parlamento	Parlamento de Westminster
Tipo de parlamento	Bicameral (Câmara dos Comuns e Câmara dos Lordes)
Tipo de sistema eleitoral	Pluralidade/Maioria (câmara baixa)
Última eleição legislativa	Maio de 2010
Número de mulheres eleitas (câmara baixa)	143 de 650 (22 %)

Este estudo de caso apresenta algumas das estratégias empreendidas pelos partidos políticos para promover a participação política das mulheres, inclusive as do Partido Conservador. Ele destaca o uso de métodos de seleção de candidatos para promover a participação ativa das mulheres.

A participação política das mulheres

Um estudo realizado em 2004 pela Comissão Eleitoral do Reino Unido não encontrou nenhuma diferença significativa entre os sexos em termos de afluência às urnas. No entanto, o mesmo estudo constatou que as mulheres eram significativamente menos prováveis que os homens a participarem de campanhas políticas, tais como campanhas de partidos políticos, associações ou doações, ou até mesmo estabelecer contato com políticos.[3] As mulheres tinham menos confiança que os homens nas instituições políticas e em sua própria capacidade de influenciar o processo político, que percebiam ser dominada pelos homens. Elas estavam mais propensas a se envolver em campanhas eleitorais e a confiar nas instituições do governo em eleitorados com deputadas, indicando a importância do aumento da representação política das mulheres.[4]

A eleição de 1997, em que o Partido Trabalhista retomou a maioria do parlamento do Partido Conservador, foi atribuída em parte à deserção de mulheres do Partido Conservador para o Partido Trabalhista.[5] A adoção pelo Partido Trabalhista de cotas voluntárias resultou em um número recorde de mulheres eleitas. No total, 120 mulheres foram eleitas, duplicando o número de mulheres no parlamento: 101 eram do Partido Trabalhista, 13 eram conservadores e seis vieram de pequenos partidos ou como independentes. Estes números diminuíram ligeiramente nas eleições de 2001, quando os partidos hesitaram em implementar as cotas por medo dos desafios legais.[6] Nas eleições gerais de 2005, as mulheres ganharam 128 (20 %) dos assentos no parlamento,[7] com a maioria das mulheres vindas mais uma vez do Partido Trabalhista. As eleições de 2010 resultaram no primeiro parlamento sem uma maioria (*hung parliament*) desde 1974, com o Partido Conservador e o Partido Liberal Democrático finalmente anunciando um governo de coalizão. Ao todo, 143 mulheres foram eleitas. O número de mulheres eleitas pelo Partido Conservador aumentou consideravelmente de 17 para 49,[8] em grande parte devido à sua campanha MulheresParaVencer (*Women2Win*).

No Reino Unido, os partidos políticos têm tomado iniciativas para incentivar as mulheres como candidatas e como membros de partidos políticos e outras organizações. Estas iniciativas incluem treinamento, orientação, afiliação com foco nas mulheres e o uso de incentivos financeiros para encorajar a inovação organizacional.[9] Por exemplo, o Partido Trabalhista tem implementado listas só de mulheres para nomeação de candidatos a fim de promover as chances das mulheres de garantir uma nomeação do partido, e o Partido Conservador também implementou reformas para os processos de seleção de candidatas.

Em 2005, David Cameron tornou-se líder do Partido Conservador. Em um discurso após sua vitória como líder do Partido Conservador, Cameron afirmou que o futuro do Partido Conservador era "crucial, [em] ampliando nossa representação no Parlamento, para que melhor reflitam o país que aspiramos governar."[10] Por meio da revisão do processo de seleção de candidatos a fim de torná-lo mais inclusivo e diversificado, o Partido Conservador esperava se tornar mais relevante para as populações crescentes de eleitores britânicos, inclusive mulheres, jovens e minorias étnicas.

Estratégias empregadas

(A) AUMENTANDO O NÚMERO DE MULHERES LÍDERES: MULHERESPARAVENCER

Em 2005, um grupo de homens e mulheres parlamentares conservadores lançou o MulheresParaVencer, uma iniciativa destinada a aumentar o número de parlamentares

mulheres, fazendo campanha para as mulheres com mais possibilidades de ganhar as nomeações e assentos dos conservadores. MulheresParaVencer é "uma seção transversal ampla de homens e mulheres de todo o Partido Conservador, que se reúne em um reconhecimento de que o partido precisa mudar constantemente, a fim de ganhar a confiança do povo britânico."[11]

MulheresParaVencer, que incluía um *site* de mesmo nome, desempenhou um papel ativo no recrutamento de novos membros mulheres e em sua formação, orientação e apoio de que precisavam para ter sucesso dentro do partido. Muitas das candidatas selecionadas até agora receberam o apoio do MulheresParaVencer.[12] A iniciativa acredita "que quando o equilíbrio entre os sexos dos candidatos reflete a Grã-Bretanha moderna, o apoio eleitoral do Partido Conservador aumenta substancialmente, fazendo um esforço para trazer a igualdade de gênero, o eleitorado vai reconhecer os esforços positivos e isso será refletido em seu voto."[13]

(A) COTAS PARA SELEÇÃO DE CANDIDATAS

Poucas semanas após o lançamento do MulheresParaVencer, novos processos de seleção de candidatos foram anunciados, projetados para aumentar o número de mulheres e de minorias étnicas entre os legisladores conservadores. Eles incluíram a introdução de uma **Lista de Prioridades** dos "melhores e mais brilhantes" candidatos, com pelo menos metade de mulheres e 10 por cento das minorias étnicas. As associações de Conservadores e certos distritos eleitorais deviam selecionar seus candidatos a partir desta lista. Em janeiro de 2007, as mudanças foram anunciadas para permitir que qualquer pessoa na Lista pudesse se candidatar a qualquer lugar. Outra rodada de mudanças eleitorais concedia duas opções principais. Primeiro, como parte de um "grande evento", cada membro poderia ter quatro votos - dois para as mulheres e dois para os homens - para criar uma lista de quatro pessoas, metade dos quais sendo mulheres. Os executivos, em seguida, realizavam um processo de entrevista completa e selecionavam o candidato final. De acordo com a segunda opção, ninguém no registro eleitoral local poderia votar em uma lista que não atendesse aos requisitos de gênero. Reformas posteriores exigiam um equilíbrio entre os sexos de 50 por cento entre os indivíduos considerados em cada fase do processo, independentemente da abordagem escolhida pelo eleitorado.[14]

O caminho à frente

Os defensores argumentam que a política revisada de seleção de candidatos não só se mostrou eficaz no aumento do número de mulheres que são pré-selecionadas e nomeadas, mas também ajudou a ampliar o apelo do Partido Conservador. As mudanças nas regras de seleção de candidatos certamente trouxeram impactos. Na eleição de 2010, o número de mulheres deputadas no grupo do Partido Conservador no Parlamento aumentou de 17 para 49.

No entanto, esta proporção representa 16 % do total conservador. O MulheresParaVencer reconhece a necessidade de "continuar aumentando o número de deputadas conservadoras, fornecendo apoio, aconselhamento e treinamento para as mulheres que desejam entrar no Parlamento."[15]

Este desafio também se aplica a cargos ministeriais; dos 24 postos ministeriais em 2010 do governo, apenas quatro foram preenchidos por mulheres. As mulheres também continuam enfrentando barreiras em assumir a liderança do partido. Houve somente uma dirigente partidária na história do Partido Conservador, e tendências semelhantes são encontradas em outros partidos políticos no Reino Unido.

Notas de fim

1 Este estudo de caso não apresenta uma análise abrangente das iniciativas de todos os partidos políticos no país, mas mostra ações concretas de alguns partidos mais profundamente. A análise e as recomendações não necessariamente refletem as opiniões do PNUD ou do NDI.

2 Center for Women and Democracy. (2010)."'Derisory' Increase in Number of Women MPs (2010)." Disponível em http://www.cfwd.

org.uk/news/28/61/Derisory-increase-in-number-of-women-MPs, acessado em janeiro de 2012.

3 Norris, P., J. Lovenduski, and R. Campbell. (2004). *Gender and Political Participation*. The Electoral Commission, disponível em http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Acrobat/Electoral%20Commission%20gender%20report.pdf, acessado em janeiro de 2012.

4 Ibid.

5 The Fawcett Society. (2010). "Fawcett BBC News 27 Abril 2010." Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=HcQaLX4jzGQ, acessado em janeiro de 2012.

6 The British Council. (2002). *Women's Political Participation in the UK*. Disponível em http://www.britishcouncil.org/china-society-publication-lawandgovernance-2002-en.pdf, acessado em janeiro de 2012.

7 Inter-Parliamentary Union (IPU). (2010). "United Kingdom (House of Commons): Elections in 2005." Disponível em http://www.ipu.org/parline-e/reports/arc/2335_05.htm, acessado em janeiro de 2012.

8 Women2Win. (2011). "Our Organization." Disponível em http://www.women2win.com/text.aspx?id=5, acessado em janeiro de 2012.

9 Norris, Lovenduski, and Campbell, 2004.

10 Cameron, D. (2005) "Cameron: Until we're represented by men and women in the country, we won't be half the party we could be." *Conservatives*. Disponível em http://www.conservatives.com/News/Speeches/2005/12/Cameron_Until_were_represented_by_men_and_women_in_the_country_we_wont_be_half_the_party_we_could_be.aspx, acessado em janeiro de 2012.

11 Women2Win, 2011.

12 Ashiagbor, S. (2008). *Political Parties and Democracy in Theoretical and Practical Perspectives: Selecting Candidates for Legislative Office*. National Democratic Institute for International Affairs. Disponível em http://www.accessdemocracy.org/files/2406_polpart_report_engpdf_100708.pdf, acessado em janeiro de 2012.

13 Women2Win, 2011.

14 Ashiagbor, 2008.

15 Women2Win, 2011.

RUANDA: USANDO A CONSTITUIÇÃO PARA INSTITUCIONALIZAR OS GANHOS PARA AS MULHERES PÓS-CONFLITOS[1]

UNDP

Contexto

Ruanda passou por uma guerra civil no começo dos anos 1990 e um genocídio em 1994. A Frente Patriótica Ruandesa (RPF), agora um partido político, trouxe estabilidade ao país e desempenhou um papel de liderança na árdua e contínua tarefa de reconstruir o país. Em 2003, o presidente Kagame foi eleito na primeira eleição presidencial após o genocídio e manteve sua posição como Chefe de Estado.

Em 2008, Ruanda tornou-se o primeiro país no mundo a eleger uma maioria de mulheres parlamentares para a câmara baixa do parlamento, com 56 por cento dos assentos.[2] Esta conquista deveu-se aos esforços internacionais pós-genocídio para incentivar a participação das mulheres na vida pública e na implementação de uma cota já garantida constitucionalmente. Contudo, a liderança em Ruanda quanto à participação política das mulheres deve ser compreendida no contexto dos maiores desafios do país na consolidação da democracia.

Este estudo de caso apresenta algumas das estratégias adotadas pela Frente Patriótica Ruandesa a fim de promover o empoderamento político das mulheres. Mostra como os esforços combinados de mulheres ativistas e o apoio de líderes do sexo masculino levou à adoção de assentos reservados e cotas internas para as mulheres. Como resultado, no mundo todo, Ruanda é o país que tem a maior proporção de mulheres na câmara baixa.

PALAVRAS-CHAVE

Cotas voluntárias e legisladas

Mobilização das mulheres

RESUMO: RWANDA

Nome do parlamento	Parliament of Rwanda
Estrutura do parlamento	Bicameral (Senado e Câmara dos Deputados)
Tipo de sistema eleitoral	Representação proporcional Representação e assentos reservados (câmara baixa)
Última eleição legislativa	Setembro de 2008
Número de mulheres eleitas	45 de 80 (56,3 %)

Justificativa para o Aumento da Participação Feminina

O apoio à participação das mulheres na política pode ser retroativo ao período de liberação de 1994 – 2003. Durante a transição, os parlamentares eram escolhidos por partidos políticos, e não diretamente eleitos. A RPF rotineiramente designava mulheres a quase 50 por cento de seus assentos parlamentares permitidos.[3] Tais ativistas mulheres, de acordo com um observador, estavam cientes de precedentes em outros países na África quando as mulheres eram marginalizadas da política depois que os movimentos rebeldes chegaram ao poder.[4] Assim, em 2003, as mulheres se organizaram para evitar que Ruanda seguisse aquele caminho e conseguiram uma mobilização para a inserção da cota de 30 por cento na constituição do país.[5]

O genocídio e seus efeitos também afetaram a promoção da liderança das mulheres no governo de Ruanda. Logo após o ocorrido, houve grande comoção social e as mulheres constituíam a maioria dos sobreviventes. As mulheres assumiram novos papeis econômicos e sociais, literalmente reconstruindo famílias e a nação. Foi inevitável que as mulheres também assumissem papeis públicos e ditassem as prioridades políticas. A participação das mulheres no governo surgiu dos novos papeis que as mulheres preencheram no período pós-genocídio no país.

As viúvas do genocídio que trabalharam juntamente com as esposas dos criminosos para reconstruir as comunidades após a violência foram consideradas modelos do país. As instituições chaves criadas para lidar com o genocídio, por ex., Comissão de Unidade e Reconciliação e os Tribunais de Gacaca, eram encabeçadas por mulheres. Guerra, violência e deslocamento, que podem destruir o tecido social de um país, também podem dar às viúvas a oportunidade para a mudança social. Isto ocorreu com as mulheres de Ruanda.

Estratégias empregadas

(A) MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES

Durante a transição para a paz, as mulheres ativistas de Ruanda trabalharam para **institutionalizar o compromisso expresso com os líderes políticos** e garantir que as mulheres continuariam tendo oportunidades iguais para a representação em instituições políticas em todos os níveis. A RPF apoiou as cotas e se comprometeu com a construção da experiência feminina na liderança política a familizarizar o eleitorado a votar em candidatas mulheres.

O compromisso dos líderes políticos de Ruanda com a igualdade política para as mulheres possibilitou que as cotas fizessem parte da constituição e que as mulheres pudessem assumir posições de poder na política. A posição da RPF a favor das mulheres fez com outros partidos seguissem o exemplo, especialmente dada a maioria do eleitorado feminino de Ruanda. Caso outros partidos tivesses se oposto a tais reformas ou se recusado a colocar as mulheres em posições chaves, teria havido maior risco de marginalização política.

A liderança política de Kagame e a RPF nesta questão eram acompanhadas de uma **campanha de mobilização** por organizações de base femininas e mulheres dentro do partidos políticos. O movimento das mulheres buscava garantir que as mulheres, que haviam tido papeis tão significativos na construção do país após o genocídio, fariam parte do novo sistema político. As organizações das mulheres entenderam que enquanto o apoio de Kagame era valioso, não poderia ser entendido que o país tinha uma liderança que sempre apoiaria políticas de igualdade de gênero, então pressionaram para positivar os direitos das mulheres. As organizações de mulheres em Ruanda estão bem representadas por uma organização guarda-chuva, chamada *Pro-Femmes/Twese Hamwe*, que possui próxima relação com o governo e com líderes femininas. As líderes das organizações da sociedade civil defenderam

muitas das mudanças recentes que modificaram a posição jurídica das mulheres em Ruanda, inclusive uma lei de herança, a criminalização do estupro e a violência com base no gênero e a cota constitucional de 2003.

(B) CRIANDO MECANISMOS ESTATAIS PARA A PARTICIPAÇÃO FEMININA

O primeiro governo criado após o genocídio criou mecanismos que fundamentaram o trabalho para a participação das mulheres em todos os níveis de governo. Um **sistema de conselhos de mulheres** foi criado em cada um dos muitos níveis de governo, desde a vizinhaça até o nível nacional. Inicialmente um represenante do conselho das mulheres em cada nível tinha um assento reservado no conselho oficial naquele nível, criando assim um link entre os conselhos das mulheres e o governo. Os conselhos das mulheres forneceram oportunidades para as mulheres se desenvolverem em termos de habilidades de liderança e construir apoio em várias comunidades. Em 2003, quando a cota constitucional foi adotada e 30 por cento dos assentos no parlamento ficaram reservados para as mulheres, tais assentos foram preenchidos a partir do sistema de conselhos de mulheres existente.

Além dos conselhos, Ruanda adotou outros **mecanismos inovadores eleitorais** feitos para colocar mais mulheres na vida política. Durante as eleições locais distritais em 2001 e 2006, por exemplo, cada eleitor recebia 3 urnas: uma geral, uma da juventude e uma das mulheres. Este sistema garantia que algumas mulheres seriam eleitas nos conselhos distritais e também dava aos eleitores a experiência de votar em candidatas mulheres, tornando uma parte aceitável do processo político em um país que, historicamente, havia desencorajado as mulheres a buscarem papeis públicos de liderança.

(C) COTAS CONSTITUCIONAIS

A constituição de Ruanda é notável, pois cita a CEDAW e por que cria uma cota para a representação das mulheres. A **constituição exige a participação das mulheres** com 30 por cento em todos os órgãos decisórios. A cota se aplica não somente ao parlamento, mas também à presidência, ao judiciário e ao governo local.

A cláusula constitucional reserva 24 dos 80 assentos na câmara baixa do parlamento para as mulheres, que foram preenchidos por meio de uma lista eleitoral separada de mulheres apenas. Além dos assentos reservados, os **partidos políticos adotaram suas próprias cotas voluntárias** a fim de garantir que 30 por cento de seus candidatos na listas sejam mulheres. A combinação de assentos reservados e cotas voluntárias levaram a resultados dramáticos, com as mulheres chegando a 48,8 por cento dos assentos nas eleições de 2003 e 56 por cento em 2008.

Resultados

A influência das mulheres de Ruanda não está limitada ao parlamento, mas também se estende para todos os órgãos decisórios. Mais de 30 por cento de vereadores e prefeitos são mulheres. As Ministras de Comércio, Educação, da Comunidade do Leste Africano e outras, inclusive a Chefe da Comissão de Direitos Humanos, a Ministra-Chefe do Supremo Tribunal, a Chefe dos Tribunais de Gacaca e a Chefe Adjunta da Polícia são mulheres. Um respondente comentou que, "Ruanda tem que respeitar a autoridade feminina… em todas as instituições que são de fato o coração deste país, nós encontramos mulheres."[6]

Enquanto a RPF desempenhou um papel dominante na criação das cotas, os outros partidos também cumpriram a lei e nomearam e elegeram mulheres para o parlamento. As mulheres de partidos minoritários serviram em posições de alto escalão por causa das coalizões com a RPF.

A grande proporção de mulheres no parlamento levou a uma bancada ativa de mulheres, que em sua criação em 1996, foi a primeira bancada transpartidária no parlamento de Ruanda. De acordo com uma de suas fundadoras, o Fórum de Mulheres Parlamentares buscou "defender os interesses das mulheres sem considerar de onde haviam vindo, sem qualquer divisão, sem

discriminação com base na raça ou partido político."[7] Especialmente durante o período de transição, as mulheres parlamentares muitas vezes atravessavam as fronteiras partidárias se vissem que os interesses das mulheres de Ruanda estavam ameaçados. A maioria das mulheres age para garantir que os interesses das mulheres sejam levados a sério no legislativo.

Vários instrumentos legais em Ruanda podem ser atribuídos aos altos níveis de representação feminina e ao fortalecimento do Fórum das Mulheres Parlamentares.[8] Inclusive a lei de herança e sucessão (1999), a lei de proteção à criança (2001) e a lei contra a violência com base no gênero (2008). As mulheres também influenciaram a garantia de que outras leis incluíssem a questão de gênero e a infância, inclusive a lei de cidadania nacional, a tipificação criminal do genocídio e a proteção de testemunhas.

Desafios e Caminho à frente

A experiência Ruandesa demonstra que o avanço das mulheres na política por meio de cotas ou outros meios pode ser bem eficaz se já inserido no momento da elaboração da constituição. Inclusive colocar as cotas na constituição foi uma abordagem preferível a deixar a questão nas mãos dos partidos políticos, já que assim todos os partidos são forçados a cumprir.

As mulheres em posições de liderança enfrentam alguns desafios, especialmente no equilíbrio entre os papeis públicos e privados. Enquanto a expectativa é que as mulheres participarão da vida pública, não houve qualquer movimento correspondente para reduzir suas responsabilidades na família e na vida doméstica. A aceitação de sua liderança mudou drasticamente, mas as expectativas de suas famílias e papeis sociais não mudaram e as mulheres muitas vezes acabam com jornada dupla.

Ao mesmo tempo, as mulheres parlamentares estavam muito mais sujeitas às críticas que os homens. Durante as eleições de 2008, por exemplo, um editorial de um jornal famoso em inglês de Ruanda perguntava o que as mulheres haviam feito pelo país desde as eleições de 2003. O editorial não indagava o que os parlamentares homens haviam feito pelo país no mesmo período. As mulheres ficam bem visíveis em seus velhos papeis e às vezes até mais que seus colegas homens. Como integrantes de uma geração pioneira, os erros e fracassos das mulheres em cargos públicos em Ruanda são espezinhados. A consolidação da democracia e a obtenção de vitórias históricas - em que foram o primeiro país no mundo a eleger uma maioria feminina para o legislativo - ainda são obstáculos políticos que as mulheres de Ruanda enfrentam.

Notas de fim

1 Este estudo de caso não apresenta uma análise abrangente das iniciativas de todos os partidos políticos no país, mas mostra ações concretas de alguns partidos mais profundamente. A análise e as recomendações não necessariamente refletem as opiniões do PNUD ou do NDI.

2 Inter-Parliamentary Union (IPU). (2008). "IPU Applauds Rwanda as First Parliament to Elect a Majority of Women Members (2008)." Disponível em http://www.ipu.org/press-e/gen311.htm, acessado em janeiro de 2012.

3 Powley, E. (2003). "Strengthening Governance: The Role of Women in Rwanda's Transition." *Hunt Alternatives*. Disponível em http://www.huntalternatives.org/download/10_strengthening_governance_the_role_of_women_in_rwanda_s_transition.pdf, acessado em janeiro de 2012.

4 Entrevista com perito em sociedade civil, novembro de 2009.

5 Ministry of Defense Rwanda. "Constitution of the Republic of Rwanda (2003)." Disponível em http://www.cjcr.gov.rw/eng/constitution_eng.doc, acessado em janeiro de 2012.

6 Entrevista com a ativista feminina, 2009.

7 Ibid.

8 Powley, E. (2008) "Defending Children's Rights: The Policy Priorities of Rwandan Women Legislators." Hunt Alternatives. Disponível em http://www.huntalternatives.org/pages/7859_defending_children_s_rights_the_legislative_priorities_of_rwandan_women_parliamentarians.cfm, acessado em janeiro de 2012.

BOX

SÉRVIA: A MOBILIZAÇÃO DA FRENTE DAS MULHERES PARA A MUDANÇA POLÍTICA[1]

A Sérvia é uma república com o poder legislativo representado tanto pelo governo quanto pela Assembleia Nacional da Sérvia (Narodna skupština Republike Srbije). As mulheres ganharam 21,6 por cento dos assentos na Assembleia Nacional nas eleições de 2008. Com vários atores políticos buscando o poder político, os partidos muitas vezes têm que formar coalizões para influenciar a agenda política da Assembleia Nacional. O G17 Plus Women é um partido liberal-conservador, formado a partir de uma OSC fundada por um grupo de 17 economistas liberais. Esse partido possui uma forte ala feminina que ajudou tanto a aumentar a representação das mulheres na delegação do G17 Plus Women no parlamento sérvio quanto a expandir a presença feminina em posições de influência dentro do partido. As mulheres compreendem cerca de 29,1 por cento do grupo parlamentar no G17 Plus Women.

As origens da **frente das mulheres** do G17 Plus Women remontam de um grupo de 15 líderes mulheres do partido, começando com sua fundação em 2002, buscando garantir que as mulheres conseguissem um papel significativo no partido. Estas mulheres fundaram-se com base em laços anteriormente existentes com organizações internacionais que já haviam financiado treinamentos, oficinas e outras atividades entre mulheres sérvias. O grupo G17 Plus Women aderiram a essas organizações internacionais, requisitando treinamentos em uma série de assuntos, inclusive conscientização quanto ao gênero, comunicação e negociação para os membros do G17 Plus Women.

> TRAZENDO MAIS MULHERES AOS CARGOS PÚBLICOS E À LIDERANÇA DO PARTIDO, ISTO AJUDARIA A MANTER ESTE APOIO E A ATRAIR MAIS ELEITORES EM POTENCIAL PARA O PARTIDO.

Após o G17 Plus women passar por esses treinamentos, 16 das mulheres mais ativas foram nomeadas como coordenadoras regionais da rede, responsáveis por recrutar mais mulheres; essas mulheres lideraram a criação da frente feminina do partido. Esta abordagem criou um eleitorado de base fortalecido para a frente das mulheres que serviu tanto para o partido quanto para as mulheres terem melhor posição de barganha com a maioria masculina de líderes.

Após a frente das mulheres estar estabelecida, sua liderança convenceu o G17 Plus a reformar os estatutos do partido de modo a reconhecer a frente como uma estrutura formal do partido. Logo após, a frente das mulheres começou a defender mais medidas para garantir que mais mulheres assumissem cargos públicos. A Sérvia possui uma lei de cotas de 30 por cento para todas as listas de partidos, mas não foi implementada já que não havia mandato de colocação que exigisse que os partidos colocassem as mulheres em posições vitoriosas nas listas. Portanto, a frente das mulheres fizeram *lobby* direto no partido a fim de garantir que as mulheres candidatas recebessem posições mais altas nas listas.

A frente das mulheres do G17 Plus apoiou-se primariamente em dois argumentos a fim de convencer a liderança do partido a promover a participação política das mulheres. As ativistas, ao levar o G17 Plus à base pró-europeia, discutiam que a promoção da igualdade de gênero era necessária para que o G17 Plus fosse visto como um partido "europeu". Além disso, a frente dizia que já que as mulheres representavam mais da metade da população e pelo menos 40 por cento dos membros do partido, trazendo mais mulheres aos cargos públicos e à liderança do partido, isto ajudaria a manter este apoio e a atrair mais eleitores em potencial para o partido. Além de defender maior representação das mulheres, a frente buscava financiamento para treinamentos e oficinas para candidatas e ativistas mulheres. Também apoiou e nomeou mulheres para comissões de igualdade de gênero que os governos locais criavam em toda a Sérvia, a fim de melhorar os impactos das políticas de priorização das mulheres no nível local.[2]

NOTAS DE FIM

1 Este box não apresenta uma análise abrangente das iniciativas de todos os partidos políticos no país, mas mostram ações concretas de um partido mais profundamente.

2 National Democratic Institute for International Affairs (NDI). (2008). "Assessing Women's Political Party Programs: Best Practices and Recommendations." Disponível em http://www.ndi.org/node/15121, acessado em janeiro de 2012; Entrevista com Lidija Prokic, NDI Sérvia, Diretora Sênior de Programas em 2009.

BOX

SUL DA ÁFRICA: LIÇÕES REGIONAL NA ALAVANCAGEM DE PERÍODOS DE TRANSIÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE PRÁTICAS PARA A IGUALDADE DE GÊNEROS[1]

Os atores políticos em Moçambique e Namíbia, muitos dos quais vieram de movimentos de luta pela independência, usaram os períodos de transição para construir a igualdade de gênero em ambas as estruturas dos partidos políticos e suas constituições. Ambos os países apresentam agora fortes níveis de representação política das mulheres e demonstram a importância de aproveitar as oportunidades que resultam de grandes mudanças nos governos para o avanço das mulheres na política.

Em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) começou como um movimento anticolonialista em 1962 e, mesmo nos primeiros anos, incluía mulheres na luta pela independência. Em 1977, quando a FRELIMO tornou-se um partido político, a inclusão das mulheres manteve-se um elemento chave da missão do partido, e as mulheres foram propositadamente inseridas na estrutura do partido em todos os níveis, inclusive por causa da criação da frente feminina. Em 1992, a FRELIMO formalizou a igualdade de gênero dentro do partido por meio da implementação de um sistema de cotas para garantir a representação das mulheres em todas as instâncias e em todos os níveis de governo. Em janeiro de 2010, as mulheres constituíam 42 por cento do parlamento de Moçambique, e o Parlamento elegeu sua primeira presidente, Veronica Macamo.[2]

Na Namíbia, a Constituição de 1990 foi adotada após a independência do poder colonial e do *apartheid* Sul-Africano. A partir da luta do país pela independência, a Constituição agregou grande valor à restauração da dignidade, igualdade e direitos humanos.[3]

> MOÇAMBIQUE E NAMÍBIA DEMONSTRARAM QUE OS PARTIDOS POLÍTICOS E GOVERNOS QUE SE COMPROMETERAM COM ESTRATÉGIAS PROGRESSISTAS PARA MELHORAR A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES PODEM INFLUENCIARSE MUTUAMENTE A TOMAR INICIATIVAS SEMELHANTES OU COMPLEMENTARES.

Especificamente, o artigo 23 fala da adoção de medidas especiais para remediar "o fato de que as mulheres tradicionalmente na Namíbia sofreram especial discriminação e que elas precisam ser incentivadas a desempenhar um papel pleno, equitativo e efetivo na vida política, social, econômica e cultural da nação". A partir da constituição, o parlamento da Namíbia aprovou a Lei de Autoridades Locais de 1992, que determinou que as eleições locais fossem realizadas utilizando um sistema de lista do partido em que pelo menos duas mulheres estejam presentes a cada grupo de 10 pessoas ou menos, e três mulheres para cada conselho de mais de 11 pessoas. Essa lei foi reforçada em 1997 e, como resultado, 42 por cento dos vereadores do governo local e 40 por cento dos prefeitos na Namíbia agora são mulheres.[4]

Institucionalização de práticas de igualdade de gênero nos partidos políticos

Moçambique e Namíbia demonstraram que os partidos políticos e governos que se comprometeram

com estratégias progressistas para melhorar a participação política das mulheres podem influenciar-se mutuamente a tomar iniciativas semelhantes ou complementares.

Após o advento da legislação com cotas para as mulheres no Parlamento da Namíbia em 1997, os líderes políticos do governo e a Rede de Manifesto de Mulheres da Namíbia trabalharam em conjunto para convencer o partido Swapo e o partido da oposição, a Aliança Democrática Turnhalle, para convocar alas do partido a alternar homens e mulheres candidatas nas listas dos partidos localmente.[5] Nas eleições subsequentes, a porcentagem total de mulheres candidatas subiu para 47 por cento.

Em Moçambique, incentivados pela política de cotas da FRELIMO, vários ministérios do governo começaram a implementar programas para integrar o gênero na política de desenvolvimento, resultando em mais iniciativas do governo que incorporam a questão de gênero.[6] Sob a liderança do partido FRELIMO, o Poder Executivo criou novos mecanismos para dar entrada às mulheres e suas questões prioritárias, inclusive o desenvolvimento de comitês de mulheres e comissões especiais. Da mesma forma, no Parlamento, uma comissão foi criada para lidar com as questões de gênero, sociais e ambientais. O Poder Judiciário tem tomado medidas para incluir as mulheres no processo legislativo.

Estes exemplos ilustram as maneiras pelas quais as estratégicas de relações entre os partidos e o governo podem conduzir ao aumento da participação política das mulheres mais amplamente.

Reconhecimento do Gênero e Etnia

Nas Ilhas Maurício, o debate eleitoral historicamente enfatizava as divisões étnicas em detrimento das questões de gênero e a representação das mulheres no país continua sendo uma das mais baixas entre os países da SADC com apenas 18 por cento de mulheres no parlamento. Os partidos políticos das Ilhas Maurício desenvolveram depois um sistema específico para garantir que todos os grupos étnicos estejam incluídos na política, chamado de "Sistema do melhor perdedor", mas não há iniciativas semelhantes postas em prática para as mulheres. A atenção dada às divisões étnicas nas Ilhas Maurício desencorajou o surgimento de organizações viáveis transversais de mulheres ou de um movimento organizado que poderia defender a causa para o governo e resolver o desequilíbrio de gênero na política.[7] O país demonstra que nas democracias com espaço operacional limitado para discursos de inclusão, os grupos étnicos e a participação das mulheres em busca da igualdade podem acabar na competição por reconhecimento.

NOTAS DE FIM

1 Este estudo de caso não apresenta uma análise abrangente das iniciativas de todos os partidos políticos no país, mas mostra ações concretas mais específicas.

2 Sapa. (2010). "Moçambique's First Woman Speaker." *Times Live*. Disponível em http://www.timeslive.co.za/news/africa/article257512.ece, acessado em janeiro de 2012.

3 Bauer, G. (2004). "The hand that stirs the pot can also run the country: electing women to parliament in Namibia." *Journal of Modern African Studies*, 42(4): 479-509.

4 Gender Links. (2009). "Namibia: Women in Parliament likely to decline despite regional commitments (2009)." Disponível em http://www.genderlinks.org.za/article/for-immediate-release-namibia-women-in-parliament-likely-to-decline-despite-regional-commitments-2009-11-04, acessado em janeiro de 2012.

5 Bauer, 2004.

6 Leigh Disney, J. (2008) "Women's activism and feminist agency in Moçambique and Nicaragua." Temple University Press: Philadelphia, PA.

7 Chiroro, B. (2005). "Engendering Democracy Through the Ballot Box in the Mauritius 2005 Elections." EISA Occasional Paper, No. 57. Disponível em http://www.eisa.org.za/PDF/OP37.pdf, acessado em janeiro de 2012.

BOX

TIMOR LESTE: CRIANDO INCENTIVOS PARA AVANÇAR NO RECRUTAMENTO DE MULHERES CANDIDATAS

O Timor Leste conquistou a independência em 2002. Como era tanto um estado novo e um país pós-conflito, esforços bem-sucedidos para trazer as mulheres à vida política no Timor Leste ressaltaram o valor de abordar a participação política das mulheres no início do desenvolvimento do país. Em 2001, a Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET), procurou assegurar que as mulheres estivessem envolvidas na primeira eleição do país para a assembleia constituinte, ou seja, o corpo encarregado de escrever a Constituição, reconhecendo o papel importante da inclusão das mulheres e consagrando sua igualdade na constituição. A UNTAET trabalhou para fortalecer a participação das mulheres em vários aspectos do processo eleitoral. Em 2001, o Timor Leste teve um sistema eleitoral misto, combinando eleições distritais uninominais com uma lista nacional para eleger os 88 membros.[1]

A UNTAET apoiou uma estratégia de divulgação na mídia para as mulheres candidatas, muitas das quais eram candidatas pela primeira vez e precisavam do acesso à mídia a fim de construir sua base de eleitores. O **tempo de mídia** foi disponibilizado às candidatas e aos partidos que colocaram as mulheres em posições passíveis de ganhar em suas listas partidárias. A última tática criou um forte incentivo para os partidos apoiarem as candidatas. O acesso à mídia incluía o tempo na televisão e rádio, bem como o espaço para anúncios em jornais.

> “FORAM FEITOS ESFORÇOS PARA GARANTIR QUE AS MULHERES FOSSEM REPRESENTADAS NA EQUIPE DE CAMPANHA E EM OUTROS NÍVEIS DE GOVERNO.”

Além disso, foram feitos esforços para garantir que as mulheres fossem representadas na equipe de campanha e em outros níveis de governo. Embora nenhuma cota tenha sido aplicada nas leis eleitorais, uma cota de **30 por cento** foi criada para as mulheres nos escritórios de campanha dos partidos políticos, e uma cota semelhante foi criada para mulheres em cargos da administração pública. A UNTAET contribuiu para criar uma cota para a Comissão Nacional de Eleições para garantir que pelo menos quatro dos 15 membros da comissão fossem mulheres. Estas iniciativas contribuíram para que as mulheres obtivessem 26 por cento dos assentos na Assembleia Constituinte de 2001. Os membros da assembleia que eram mulheres passaram a desempenhar um papel fundamental na aprovação do artigo 17 da Constituição que estipula que “as mulheres e os homens têm os mesmos direitos e deveres em todas as áreas da vida familiar, política, econômica, social e cultural.”[2] Desde 2001, o país criou outras políticas para garantir a representação das mulheres na vida política.

Mais recentemente, o Timor Leste aprovou uma **cota para as mulheres candidatas** na sua Lei Eleitoral. Os partidos políticos devem garantir que as mulheres

constituam 25 por cento dos candidatos nas listas partidárias, e que um em cada quatro candidatos seja mulher. Os partidos que não cumprirem esta cota deverão rever suas listas de candidatos para poderem se registrar nas eleições.[3]

NOTAS DE FIM

1 Mais tarde, nas eleições de 2007, as vagas distritais foram eliminadas e o tamanho do parlamento foi reduzido, então 65 parlamentares foram eleitos por uma lista única. .

2 East Timor and Indonesia Action Network. "Constituent Assembly: East Timor." Disponível em http://www.etan.org/etanpdf/pdf2/constfnen.pdf, acessado em janeiro de 2012.

3 Consulte Global Database of Cotas for Women em http://www.cotaproject.org/uid/countryview.cfm?country=22, acessado em janeiro de 2012.